



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ARTHUR RAMALHO FREIRE

ESCOLA EM PROJETO:

Trajetórias e construções da tutela educacional entre os Potiguaras da Paraíba.

João Pessoa

2021

ARTHUR RAMALHO FREIRE

ESCOLA EM PROJETO:

Trajetórias e construções da tutela educacional entre os Potiguaras da Paraíba.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de Pesquisa: Território, Identidade e Meio Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Melo Santos

João Pessoa
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado do Aluno ARTHUR RAMALHO FREIRE

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se por meio da plataforma de videoconferência Google Meet, a sessão pública de defesa remota da Dissertação intitulada: **ESCOLA EM PROJETO: TRAJETÓRIAS E CONSTRUÇÕES DA TUTELA EDUCACIONAL ENTRE OS POTIGUARAS DA PARAÍBA**, apresentada pelo aluno **ARTHUR RAMALHO FREIRE**, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM ANTROPOLOGIA, área de Concentração em Antropologia Social, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Marcia Reis Longhi, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Profa. Dra. Rita de Cássia Melo Santos (PPGA/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os professores doutores Estêvão Martins Palitot (PPGA/UFPB), examinador interno, José Gabriel Silveira Correa (UFCG), examinador externo. Dando início aos trabalhos, A Senhora Presidente, Profa. Dra. Rita de Cássia Melo Santos convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADO. Proclamados os resultados pelo Profa. Dra. Rita de Cássia Melo Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Profa. Dra. Rita de Cássia Melo Santos, (Secretário(a) ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 17 de agosto de 2021.

Arthur Ramalho Freire

ARTHUR RAMALHO FREIRE
(Mestrando)

José Gabriel Silveira Correa

Prof. Dr. José Gabriel Silveira Correa
(Examinador Externo)

Estêvão Martins Palitot

Prof. Dr. Estêvão Martins Palitot
(Examinador Interno)

Rita de Cássia Melo Santos

Profa. Dra. Rita de Cássia Melo Santos
(Presidente da Banca)

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

F866e Freire, Arthur Ramalho.

Escola em projeto : trajetórias e construções da
tutela educacional entre os Potiguaras da Paraíba /
Arthur Ramalho Freire. - João Pessoa, 2021.
143 f. : il.

Orientação: Rita de Cássia Melo Santos.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Etnologia indígena. 2. Projetos educacionais. 3.
Populações indígenas. 4. Tutela. I. Santos, Rita de
Cássia Melo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 39(=1-82) (043)

Elaborado por WALQUELINE DA SILVA ARAUJO - CRB-15/514

*Dedico esse trabalho à meu filho Teodoro,
à meu pai Adenildo
à minha mãe Nerizomar
à meu irmão Adriano.*

Agradecimentos

A CAPES pelo financiamento de uma bolsa de mestrado durante um ano de pesquisa.

Aos meus pais Adenildo e Neri, que são os maiores responsáveis de toda minha trajetória acadêmica, me proporcionando o privilégio de poder apenas estudar durante boa parte da minha vida, por serem minha maior fonte de apoio, segurança e muito amor.

A todos os meus professores e professoras do mestrado do PPGA, todos eles foram de extrema importância na construção desse trabalho, desde a fundamentação teórica ao momento de realizar a pesquisa antropológica.

Agradeço a banca tanto pelo ritual da qualificação quanto pelo ritual da defesa da dissertação, ao professor Estevão Martins Palitot pelas contribuições na qualificação, e nas aulas de antropologia no mestrado. O professor José Gabriel, que acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação, estivemos juntos em três anos de pesquisa no PIBIC, agradeço pelas contribuições acadêmicas, pela força e amizade de sempre.

Agradeço à minha orientadora, Rita, primeiramente pela paciência durante todo esse processo de orientação, pela contribuição neste trabalho, com indicações de leituras, ideias e pela força para seguir sempre em frente.

Agradeço aos meus amigos que estão sempre comigo, Antares, Diego, Igor, Jérffeson, mesmo com a distância estão sempre conectados comigo e dando aquela força e muito amor que são fundamentais para que eu possa conseguir caminhar, agradecer nossas conversas que me fazem repensar minha pesquisa.

Ao meu irmão Adriano, por todo carinho e amor, uma pessoa de fundamental importância em todo meu processo acadêmico me fazendo pensar um pouco fora da caixa, me indicando livros, quadrinhos, músicas e pelas conversas de horas sempre antes de dormir sobre o mundo, o universo e tudo mais.

Agradecer a todos os meus amigos maravilhosos do mestrado: Caio, Yago, Matheus, Fabricio, Stephanie, Rafaela, Durvalina, Dani, Lais, Milena, Rosi sem eles esse processo do mestrado teria sido muito mais difícil, obrigado pelos momentos de muita risada, de choro e de muito aprendizado.

Agradeço a Weversson, por ser uma pessoa maravilhosa que apareceu na minha vida, um ser humano de coração enorme, que juntos passamos por todos esses processos juntos e sua amizade me deu muita força para sempre continuar firme nessa caminhada.

Agradeço imensamente ao povo Potiguara, em especial aqueles que desde o começo pude contar como Soninha Potiguara minha interlocutora principal, Robson Cassiano, Martha Cassiano, Cleide professora da FUNAI, sua filha Idalina e Manoel Cassiano pela paciência, pela conversa, por terem sido peças fundamentais nesse trabalho.

Agradeço a FUNAI por digitalizar e disponibilizar alguns relatórios relacionados a educação para os Potiguaras, esses arquivos foram de fundamental importância para a construção dessa pesquisa.

RESUMO

FREIRE, Arthur Ramalho. ESCOLA EM PROJETO: Trajetórias e construções da tutela educacional entre os Potiguaras da Paraíba.. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

Esse trabalho tem como objetivo analisar os projetos educacionais nos quais os Potiguaras foram submetidos especialmente a partir do período do SPI. Trata-se de uma pesquisa nos arquivos disponibilizados pela FUNAI e no acervo online do SPI disponível no museu do índio. Diante disso, o trabalho traz uma descrição dos documentos coletados e discute os projetos educacionais das missões religiosas, dos órgãos oficiais e de outras instituições educacionais que estavam dentro do circuito circunscrito no território indígena. As populações indígenas passam a ressignificar as escolas desses projetos de educação no qual vão sempre procurar formas de resistir ao silenciamento de suas identidades. A documentação e as literaturas consultadas situam as práticas tutelares no contexto dos diversos momentos políticos e sociais nos quais as populações indígenas Potiguaras estavam inseridas. As trajetórias analisadas mostram a resistência e luta dos Potiguaras diante desses projetos tutelares, assim como os desdobramentos desses processos desde a época da colônia até os dias de hoje diante das políticas públicas implementadas pós constituição de 1988.

Palavras-Chave: Projetos educacionais; populações indígenas, tutela, etnologia indígena.

ABSTRACT

FREIRE, Arthur Ramalho. SCHOOL IN PROJECT: Trajectories and constructions of educational protection among the Potiguaras of Paraíba.. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

This work aims to analyze the educational projects in which the Potiguaras were submitted, especially from the SPI period onwards. This is a research in the archives made available by FUNAI and in the SPI's online collection available at the Museu do Índio. Therefore, the work provides a description of the collected documents and discusses the educational projects of religious missions, official bodies and other educational institutions that were within the circuit circumscribed in the indigenous territory. Indigenous populations start to give new meaning to the schools of these education projects in which they will always look for ways to resist the silencing of their identities. The documentation and literature consulted place the tutelary practices in the context of the different political and social moments in which the Potiguaras indigenous populations were inserted. The trajectories analyzed show the resistance and struggle of the Potiguaras in the face of these tutelary projects, as well as the unfolding of these processes from the colonial period to the present day, in view of the public policies implemented after the 1988 constitution.

Key words: Educational projects; indigenous peoples, tutelage, indigenous ethnology.

ANEXOS

Anexo 1 - Arquivos do Serviço de Proteção aos Índios.....	97
Anexo 2 - Fichas escolares e famílias Indígenas.....	130
Anexo 3 - Observações das fichas escolares.....	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território Indígena Potiguara.....	19
Figura 2 - Índios na Baía da Traição no ano de 1923.....	40
Figura 3 - Índios da Aldeia de São Francisco no ano de 1923.....	41
Figura 4 - Um grupo de índios em São Miguel no ano de 1923.....	44
Figura 5 - Cemitério abandonado em São Miguel no ano de 1923.....	44
Figura 6 - Igreja de São Miguel no ano de 1923.....	44
Figura 7 - Vista aérea da Companhia de Tecidos Rio Tinto.....	47
Figura 8 - Aldeamento São Francisco, Posto Nísia. Escola Alípio Bandeira.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População dos municípios de Baía da Traição, Mamanguape, Marcação e Rio Tinto nas décadas de 1970 e 1980.....	26
Tabela 2 - População dos municípios de Baía da Traição, Mamanguape, Marcação e Rio Tinto nas décadas de 1991, 2000 e 2010.....	27
Tabela 3 – Nome das famílias que mais aparecem nas fichas escolares do SPI.....	48
Tabela 4 – Nome das famílias que mais aparecem nas fichas escolares do SPI.....	56

LISTA DE SIGLAS

SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

PNEEI - Plano Nacional de Educação Escolar Indígena

CONEEI - Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena

PI - Posto Indígena

IR4 – Inspeção Regional 4

NUPAR - Núcleo de Pesquisa Arquivística

SEDOC - serviço de Gestão Documental

OPIP - Organização de Professores Indígenas Potiguaras

SIL - Summer Institute of Linguistics

MEC - Ministério de Educação e Cultura

SEC-PB - Secretária de Estado da Educação da Paraíba

UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

ProLind - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Os indígenas Potiguara na Paraíba hoje.....	18
O percurso etnográfico.....	19
As trajetórias.....	22
Os capítulos.....	24
PARTE 1 : DO PROJETO COLONIAL AO PROJETO TUTELAR DO SPI.....	29
1.1. O projeto educacional das missões religiosas.....	29
1.2. A construção da tutela educacional estatal dos povos indígenas.....	35
1.3. O projeto tutelar educacional do S.P.I.	38
1.3.1. A chegada do S.P.I. em terras paraibanas.....	39
1.3.2. O posto indígena Nísia Brasileira.....	45
1.3.3. As escolas do PI.....	51
1.3.4. As famílias, a educação e os primeiros professores Potiguaras.....	55
1.4. Cleide Duarte e Manoel Cassiano, os monitores bilíngues.....	58
PARTE 2: DO PROJETO TUTELAR DA FUNAI A CONTEMPORANEIDADE.....	64
2.1. Disputas e conflitos.....	64
2.2. O projeto da FUNAI.....	67
2.2.1. A nova política educacional a partir dos anos de 1990.....	80
2.3. O Instituto Moderno.....	84
2.4. Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren.....	85
2.5. Sônia Barbalho Potiguara.....	86
2.6. Nancy Cassiano.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de mestrado desde a elaboração do projeto para a seleção no ano de 2018 até o atual momento no qual enfrentamos uma pandemia da COVID-19, no qual me impossibilitou de ir à campo e realizar a pesquisa como me propus no projeto de pesquisa, tive que repensar e fazer um novo cronograma da pesquisa, repensar a abordagem teórica, a abordagem metodológica, porém, permanecendo apenas o recorte do tema. O atual momento no qual a prática do distanciamento social, o fazer antropológico, no sentido de ir até às pessoas, ter interações, foram repensadas e a etnografia em arquivos se tornou o caminho para a realização da pesquisa antropológica, assim como as redes sociais serviram para entrar em contato com alguns interlocutores importantes e estruturar os alicerces dos documentos analisados. Vivemos em um período bastante delicado para conseguir digerir tudo que vem acontecendo de uma forma muito avassaladora e rápida, a preocupação com amigos e familiares entre outros aspectos da vida particular afetam diretamente a produção da pesquisa assim como a escrita, ter que repensar e articular tem sido trabalho difícil, porém necessário para se manter.

Nessa dissertação realizei uma etnografia nos arquivos do Serviço de Proteção aos Índios, documentos que se encontram disponíveis no acervo online do Museu do Índio, assim como nos relatórios educacionais cedidos pela FUNAI. A etnografia em arquivos no primeiro momento da antropologia era visto como uma antropologia de gabinete e tinha uma menor relevância do que o modelo de pesquisa formalizado e popularizado através da experiência da observação participante realizada por Bronislaw Malinowski (MALINOWSKI, 1978), que ao ter vivido junto aos nativos das Ilhas Trobriand, permitiu se construir um movimento central para o entendimento através da pesquisa, de como eles construíam e explicavam seu mundo. Em sua proposta — em que pesem críticas, mudanças e reavaliações acerca de quem teriam primeiro formalizado e praticado a virada moderna da antropologia — temos a ideia do trabalho de campo sistemático e prolongado como elemento central para realização da pesquisa.

Nesse contexto, pesquisas como a do (SOUZA LIMA, 1995) na qual analisa as relações entre o Estado e as populações indígenas no território hoje chamado Brasil, o autor realiza uma etnografia da formação do Estado no Brasil através da relação do órgão oficial SPI e as populações indígenas. A pesquisa do (PERES, 1992) uma etnografia nos documentos do Serviço de Proteção aos Índios, o autor analisa as redes de domínio tecidas pelo SPI, partindo da reconstrução histórica do processo político regional da prática tutelar indigenista.

Em (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016) o autor em sua etnografia, combina antropologia com a crítica historiográfica. O autor descreve e questiona cinco projetos de alteridade com os quais se tem representado a presença indígena em diferentes momentos do Brasil. Outro texto que me ajudou a pensar a etnografia em arquivos (COMAROFF, 2010) no qual trouxe elementos para pensar a intersecção entre antropologia e história, os desafios analíticos, e a incompletude na pesquisa. A pesquisa (CORRÊA, 2000) na qual o autor analisa o funcionamento do Reformatório Agrícola Indígena Krenak e para entender essa instituição o autor buscou entender a relação entre Estado brasileiro e as populações indígenas assim como analisar as formas de controle exercidas pelos tutelares o SPI e a FUNAI, foram pesquisas que me ajudaram a pensar e a construir essa pesquisa.

Venho pesquisando o tema da Educação Escolar Indígena desde a graduação, quando fui aluno bolsista do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) durante os anos de 2014 a 2017 no qual objetiva-se mapear a produção acerca da Educação Escolar Indígena nas últimas três décadas, neste mapeamento das produções encontradas nos acervos “online” de todas as universidades federais e estaduais do Brasil, os livros, teses, dissertações, monografias e demais produções nos mostraram um panorama renovado acerca da produção sobre Educação Escolar Indígena. Esse panorama nos mostrou tanto o aumento de experiências e propostas, como a ainda pequena existência de materiais onde os indígenas explicitam o que pensam da educação e quais são os desafios vislumbrados.

Na monografia eu analisei a bibliografia sobre os processos de construção de intervenções estatais acerca da educação para as populações indígenas no território, hoje chamado Brasil. Através da análise bibliográfica da história, começando com as missões jesuíticas que foram os primeiros responsáveis pela educação para as populações indígenas, depois com a Proclamação da República. A manutenção da educação tem como órgão responsável pela constituição e uniformização de uma política de estado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o qual mantinha uma educação baseada nos ideais positivistas e evolucionistas. Em 1967, é fundada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o então órgão oficial responsável em auxiliar na construção da Educação Escolar das populações indígenas. Partindo da trajetória histórica dos agentes que propuseram projetos de educação para as populações indígenas, passando por uma reflexão acerca dos processos que constroem a Educação Escolar Indígena como um campo de conhecimento e interesse, através da recuperação de temas e questões em experiências locais e projetos propostos e por fim, uma análise de como o conjunto de ações e a luta dos agentes envolvidos faz a Educação Escolar Indígena uma política pública.

É no contexto pré-constituição de 1988 onde vão começar a se desenvolver ações voltadas à garantia dos direitos indígenas: usufruto das suas terras ocupadas em tempos imemoriais, melhores condições de vida, acesso à educação, saúde e o direito do exercício da diversidade no seio da comunidade nacional (MONTE, 2000). Nesse contexto começam a ser difundidos os primeiros cursos de formação de professores indígenas, tendo como meta a elaboração de materiais didáticos nas diversas línguas e em português e uma renovação curricular em todas as áreas do conhecimento. No Acre e em outras regiões do Brasil começam a ser oferecidos de maneira contínua os primeiros cursos de formação de Professores Indígenas, portanto “os professores indígenas vêm tentando reagir às condições anteriores impostas pelas escolas das agências que atuam no contato, reforçando as suas vozes agora na qualidade de autores” (MONTE, 2000).

A Educação Escolar Indígena tem sido um tema de grande importância na luta por direitos e afirmação étnica feita por diferentes comunidades indígenas dentro do cenário atual do Brasil. A construção desta através das escolas indígenas, dos materiais didáticos, do currículo que contemple toda a diversidade e respeite o contexto de cada comunidade e por fim a construção de uma autonomia para que cada vez mais os indígenas sejam os principais responsáveis desde a montagem até a execução da escola. Diante de um contexto nacional que ainda recorre a um modelo de indígena muitas vezes remetido as imagens pré-cabalinhas, como de pessoas despidas e vistas como primitivas, tendo modos de vida opostos aos dos Europeus, sem possuir religião, organização política ou sistema legal — sem fé, sem rei ou lei — estereótipo profundamente datado, mas seguidamente referido no cotidiano de interações e afirmações.

As ideias sobre as populações indígenas construídas ao longo das décadas também são carregados de alacronismo¹ presa a um passado, onde possuir novas tecnologias, de escrita, de vestimenta, modos de viver ou mesmo de arquitetura das casas são identificadas como descaracterização ou perda de cultura verdadeira. As modificações fariam que os indígenas perdessem sua autoctonia e quando não ocorrem apenas salientam a ideia de que estão parados no tempo, o que os coloca entre inautenticidade ou primitividade, imagens recorrentes nas narrativas presentes em livros didáticos, filmes, livros ou novelas (SILVA, 1981). Se consideramos que cada vez mais as populações indígenas têm atuado em defesa de

¹ Johannes Fabian, em sua obra “O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto”, problematiza os usos do tempo pelos antropólogos em suas investigações em campo e na escrita dessa temporalidade descrita por seus interlocutores. Ele formula uma crítica ao que diz ser padrão na antropologia, o alacronismo enquanto negação do tempo do outro e que dessa forma houve transparência na própria escrita. A não negação da coetaneidade aludida por Fabian perpassa pelo compartilhamento do tempo entre pesquisador e pesquisado enquanto “práxis comunicativa” para gerar novo conhecimento sobre o outro.

seus direitos, retomada de territórios, construção de uma educação, reafirmação de sua identidade e com isso a luta para a construção de imagens menos simplórias seguidamente reforçadas pela sociedade nacional, examinar tais contextos permite fugir dessas posições estereotipadas acerca do cotidiano das comunidades indígenas. É neste cenário de mudanças e atuação indígena a identidade tem um papel fundamental nessa luta.

Os indígenas Potiguara na Paraíba hoje

Contextualizando a pesquisa, o povo Potiguara estar localizado no Litoral norte do Estado da Paraíba, mais especificamente nos municípios da Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, desempenham um protagonismo na constituição da população, na ocupação do território e na história (PALITOT, 2005). Segundo o censo de 2010 a população indígenas Potiguara contabilizava cerca de 25.043, sendo 18.296 que vivem em terras indígenas e 6.647 fora das terras indígenas. Atualmente os Potiguaras tem duas terras indígenas regularizadas, Jacaré de São Domingos localizada nos municípios de Rio Tinto e Marcação com superfície de 5.032,243 hectares, terra indígenas Potiguara localizada nos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação com superfície de 21.238,489. Os indígenas também possuem uma terra em situação declarada a Potiguara de Monte-Mor, situada nos municípios de Rio Tinto e Marcação com superfície de 7.530,596 hectares. Logo em seguida reproduzo o mapa com a distribuição das terras Potiguaras no território do litoral norte paraibano. No contexto da organização social dos Potiguaras, os povoados que são considerados aldeias são aqueles que possuem um líder ou representante, geralmente chamado de cacique, nessa configuração não importa a quantidade de pessoas que habitam estes povoados (PALITOT, 2005). As aldeias Potiguaras são: Forte, Alto do Tambá (antiga Aldeia Galego), Lagoa do Mato, Cumaru, São Francisco, Vila São Miguel, Laranjeiras, Santa Rita, Tracoeira, Bento, Silva, Acajutibiró, essas localizadas no município da Baía da Traição. Jaraguá, Silva de Belém, Vila Monte-Mór, essas localizadas no município de Rio Tinto. Jacaré de São Domingos, Jacaré de César, estiva Velha, Lagoa Grande, Grapiúna, Brejinho, Tramataia, Cumurupim, Caieira, Nova Brasília (Ibiquara) e Três Rios, essas localizadas no município de Marcação (PALITOT, 2005).

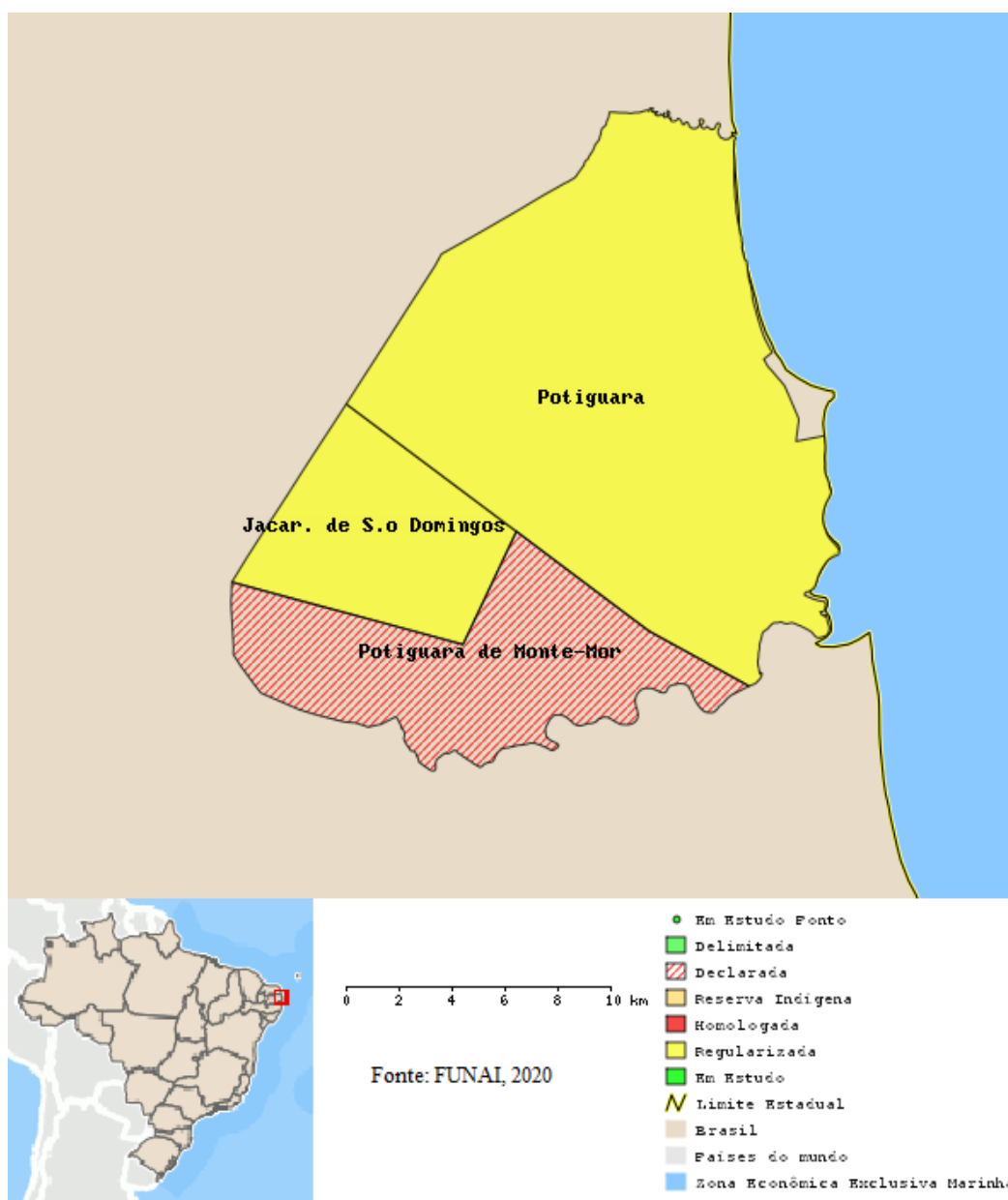


Figura 1 - Território Indígena Potiguara²

O percurso etnográfico

No primeiro momento da pesquisa analisei os arquivos do Serviço de Proteção aos Índios disponíveis no acervo online do Museu do Índio, toda a documentação encontra-se digitalizada o que facilitou a consulta aos arquivos. Meu recorte foi os arquivos referentes ao P.I. São Francisco no qual foi inaugurado em 1932 no município de Mamanguape, que depois passou a ser chamado P.I. Nísia Brasileira no qual sua sede foi transferida para a cidade da Baía da Traição, submetida a 4.^a Inspeção Regional. Nessa imensidão de arquivos eu recortei

²<http://mapas2.funai.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm?3b1e59be01a1591cbc7c54e9f9c4cd9c> <acessado no dia 26 de junho de 2020>

apenas aqueles que têm a educação como assunto principal nos documentos, separei 226 arquivos relacionados à educação, catalogados em uma tabela e divididos em nome do arquivo, ano no qual foi assinado, o tipo de arquivo e o assunto. Depois fiz o segundo recorte, separei as fichas escolares e nessas fichas separei os nomes das famílias que mais apareciam, de três até cinco membros da mesma família na escola, com o intuito de perceber como e quais eram as famílias indígenas Potiguaras que sempre tiveram a frente para a construção de uma Educação Escolar Indígena. Na terceira tabela cataloguei as observações encontradas nessas fichas escolares, essas observações trazem informações importantes do cotidiano da escola, desligamento de alunos, presença diária, comunicados sobre a falta de material escolar entre outras informações do dia-a-dia do funcionamento da escola. Os arquivos do posto disponíveis no acervo online no Museu do Índio são dados heterogêneos de dados relativos ao funcionamento das unidades administrativas do SPI são frequências escolares, prestação de ocorrências do posto, relatório de inspeção, recibos de compras para o posto e de serviços prestados, inventário, telegramas, comunicados, termos de avaliação, memorial, censo demográfico indígena, relatórios, relação dos prédios existentes no posto, material de consumo, questionário de genealogia, mapa da escola, relação de servidores, recenseamento, etc.

Portanto, nesses documentos se tinha a escrita do Estado (PERES, 1992, p.2, apud CHARTIER, 1990b) nos quais constavam as informações relacionadas ao aparato de dominação indigenista (PERES, 1992). Segundo Peres, 1992 esses documentos faziam parte de uma

Rede de comunicação implantada sobre os próprios agentes do SPI, que transformaram-se nos construtores das condições simbólicas de sua subordinação. Daí a verdade emergente destes documentos estar inserida na lógica de legitimação (segundo os critérios do aparato governamental indigenista) da conduta de funcionários diferenciadamente posicionados na hierarquia burocrática do órgão estatal. (PERES, 1992, p. 2-3).

Com a análise desses arquivos tenho como objetivo entender o contexto que permitiu o aparecimento dos documentos, considerando esses documentos a partir de uma “propriedade inerente à experiência social em geral, ou seja, o seu caráter relatável.” (PERES, 1992, p. 3). Diante desse contexto tudo que foi relatado nesses documentos sendo um produto da ação governamental está diretamente relacionada e distribuída entre os vários membros do corpo administrativo (PERES, 1992). Concomitante a esse primeiro momento foram sendo realizadas as primeiras tentativas de contato com os indígenas, sendo a partir desses contatos

que me levaram a solicitar os relatórios da educação Potiguara das décadas de 1970 e 1980 a FUNAI, período no qual esse órgão era responsável pela educação indígena no Brasil.

O segundo momento da pesquisa foi voltado à análise dos documentos cedidos pela FUNAI, essa ideia de pesquisar no acervo do órgão oficial da época surge em uma conversa com minha interlocutora a Sônia Potiguara, em determinado momento da conversa ela menciona sobre o curso de Monitor Bilíngue que era dirigido pela Fundação Nacional do Índio já no final da década de 1970 e começo da década de 1980, logo me despertou para o nome do curso e eu perguntei a ela mais informações sobre essa época e o curso em si, a Sônia me passou o contato de dois professores que foram monitores bilíngues e me sugeriu entrar em contato com a FUNAI para obter os relatórios educacionais desse período. Entrei em contato via e-mail no dia 10 de agosto de 2020 solicitando esses relatórios, e no dia 3 de setembro de 2020 recebi a resposta que tinham sido identificados pelo Núcleo de Pesquisa Arquivística (NUPAR) 75 (setenta e cinco) arquivos disponíveis para digitalização, entre processos administrativos e outros documentos, que fazem alusão à pesquisa. Também me foi enviado nesse e-mail a lista com esses 75 documentos e vários links com livros, artigos e outras produções relacionados aos Potiguaras disponíveis nos acervos online da FUNAI.

Como muitos dos arquivos apresentam algum tipo de informação pessoal de terceiros, tais como endereço residencial, RG e/ou CPF ou fotografias e, diante disso, a liberação dos documentos se deu após assinatura de um termo de compromisso no qual corrobora que o acesso à documentação que contém informações pessoais visa unicamente fins de pesquisa com caráter científico. Após a assinatura do termo a FUNAI me disponibilizou os 75 arquivos digitalizados no dia 9 de setembro através do e-mail da FUNAI/Serviço de Gestão Documental (SEDOC) com um link para acesso dos documentos para fazer o download. Com esses documentos em mãos passei a analisar e catalogar, entre os 75 arquivos nem todos eram diretamente relacionados à educação para os Potiguaras, tinha os projetos de educação das populações de outros estados como Xavante, Guajajara entre outros, no segundo capítulo eu me dedico a analisar esses documentos e entender como a FUNAI pensava a educação para os Potiguaras e como o curso de monitor bilíngue foi pensado e colocado em prática.

No contexto atual a maneira de interação com os interlocutores também teve que ser repensada, as redes sociais se tornaram uma ferramenta importante para entrar em contato com alguns interlocutores após realizada a análise nos arquivos do SPI. Em um primeiro momento tive dificuldades de utilizar os aplicativos de conversas para realizar entrevistas com os interlocutores, senti falta da interação social até mesmo de ler as emoções dos entrevistados no momento da conversa, mas com o tempo fui me acostumando um pouco ao uso dessas

ferramentas para a realização de uma pesquisa antropológica. Dentro dessa perspectiva uma metodologia na qual me ajudou a construir uma rede de interlocutores foi a amostragem em bola de neve (VINUTO, 2014), uma semente me passou o contato de outra semente e essa outra semente me passa o contato de outra e assim estou conseguindo montar uma rede de interlocutores no qual estão me ajudando a construir um panorama de atuação do SPI e dos desdobramentos da atuação do órgão oficial já na época de atuação da FUNAI. A leitura de etnografias realizadas em arquivos, me ajudaram bastante a analisar os documentos coletados no Museu do Índio, no sentido que “estes documentos devem ser considerados a partir de uma propriedade inerente a experiência social, em geral, ou seja, o seu caráter relatável.”(PERES, 1992, p. 3). Até pelo fato desses documentos oficiais serem produzidos dentro de um contexto e por vários agentes numa cadeia administrativa.

As trajetórias

Antes da pandemia da COVID-19, meu objetivo era acompanhar o cotidiano dos professores indígenas Potiguaras, estava com planos para me mudar para a Baía da Traição, ficando assim mais perto dos meus interlocutores. Primeiro com os cortes das bolsas de pós-graduação no ano de 2020 e o que acarretou que eu fiquei sem renda e logo depois pandemia veio essa ideia se tornou inviável e muita coisa teve que ser planejada novamente o que nos fez repensar de como ia ser feita a pesquisa, a metodologia a ser utilizada e de como conseguir contactar os interlocutores da pesquisa.

Devido às barreiras sanitárias, decretos do governo do estado da Paraíba que fecharam todos os serviços não essenciais, assim como a circulação dos ônibus municipais e intermunicipais em grande parte no ano de 2020. Dessa forma muitos eventos acadêmicos, contatos com familiares, aulas passaram a ser de forma virtual, todas as interações passaram a ser através dos aplicativos de conversa, redes sociais o que rapidamente deixou as pessoas totalmente saturadas de precisar recorrer a essas ferramentas para se comunicar.

Essa forma de entrar em contato dificultou ainda mais minha aproximação e minhas conversas com os poucos interlocutores que eu conseguir contactar, na grande maioria se torna difícil manter as conversas, respostas curtas que não davam margem para se continuar a conversa, o sentimento de estar ali invadindo um espaço privado e até mesmo incomodando as pessoas. Mesmo diante disso estar ali tentando a conversa render um pouco mais, outro quesito que eu queria chamar atenção é que nenhum dos entrevistados tinham alguma foto, arquivo pessoal que pudesse compartilhar comigo que fossem referente a época em questão.

Portanto, as conversas foram feitas através do whatsapp, apenas um conversa com a Sônia foi feita ainda presencialmente antes da pandemia depois de um evento na UFPB no ano de 2019 e algumas outras informações foram complementadas por outras entrevistas disponíveis em outras plataformas como o Youtube, jornais e blog da Baía da Traição. A pesquisa com histórias de vida é um fenômeno individual, algo próprio da pessoa, e segundo Pollak (1992) em uma história de vida individual existem elementos que não se pode reduzir e o trabalho de concretização da memória passa a ser “Tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificarem em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala” (POLLAK, 1992, p. 2). Portanto, para Pollack os elementos que constituem a memória seja ela individual ou coletiva são “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.” (POLLAK, 1992, p. 2).

Segundo Pollak (1992) existem diferentes elementos da memória assim como os fenômenos de projeção e transferência de memória que podem ocorrer dentro da organização da memória, seja ela individual ou coletiva, ou seja, a memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. A organização da memória vai variar de acordo com as preocupações pessoais e políticas do momento, o que mostra que a memória é um fenômeno construído e essa construção pode ser tanto consciente como inconsciente (POLLAK, 1992) “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5).

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLLAK, 1992, p.4).

A memória segundo Pollak (1992) ela é um fenômeno construído social e individualmente, a fronteira entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito, o que se pode confessar e o que não se pode confessar, separa a memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada na qual resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989).

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. (POLLAK, 1989, p.6-7).

Segundo Pollak (1989), uma história de vida colhida por meio da entrevista oral na qual passa a ser um resumo condensado de uma história social individual, é também passível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. Mas assim como no caso de uma memória coletiva, essas variações de uma história de vida são limitadas, tanto no nível individual como no nível do grupo “tudo se passa como se a coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória credível e de um sentido de identidade assegurados” (POLLAK, 1989, p. 11).

Os capítulos

Nessa dissertação eu me proponho a analisar os projetos de educação nos quais foram submetidos às populações indígenas no Brasil, com o recorte para a população Potiguara do litoral norte do Estado da Paraíba. As populações indígenas foram e ainda são mantidas em uma situação de exclusão e marginalidade desde o início da colonização, sempre submetidas a um forte e direto poder tutelar, que consentiu a outros o direito de pensar e falar por eles (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Segundo Pacheco de Oliveira (2016) é apenas no final da década de 1970 é que começou a chegar as vozes dos indígenas contra a colonização, com as lutas por demarcação de seus territórios "ampliadas e repercutidas por um arco de alianças (igrejas, universidades, grupos de direitos humanos) começaram a chegar até a opinião pública, em aberta contradição com as imagens idealizadas sobre a construção do país e com a postura tutelar do indigenismo” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.13).

Essa questão de analisar os projetos educacionais nos quais os Potiguaras foram submetidos, surge ao analisar as produções acerca da educação escolar indígena Potiguara e não encontrar produções voltadas para a história desses projetos educacionais nos quais foram submetidos às populações indígenas. Assim como produções que investiguem o acesso da população potiguara a outras instituições de ensino a tese EDUCAÇÃO ENTRE TORNOS,

NOTAS E SALÁRIOS: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto/PB (1944-1967) do autor JOSÉ JASSUIPE DA SILVA MORAIS (2011) que aborda toda como era a educação realizada na fábrica em parceria com o SENAI, porém a passagem de indígenas Potiguaras não é mencionada, a tese CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social da autora MARIA VALDENICE RESENDE SOARES (2016) na qual aborda a história do ensino normal na Paraíba e menciona o Instituto Moderno, porém não menciona os Potiguaras dentro dessas instituições. A dissertação NILZA FERNANDES DE SOUZA: tessituras de memórias de uma educadora de Mamanguape/PB (1954 – 1985) da autora THAÍS JUSSARA DE OLIVEIRA GUEDES ISIDRO (2018) que trata da trajetória da educadora Nilza Fernandes de Souza na qual foi professora do Instituto Moderno. Temos produções com um recorte mais recente como os artigos Além do arco e flecha: a construção étnico-identitária a partir da educação bilíngue indígena Potiguara-PB dos autores Pedro Lôbo dos Santos e Eduardo Dias da Silva (2017), Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas dos autores Maria Alda Tranquelino da Silva e Eduardo Jorge Lopes da Silva (2019), Educação escolar indígena potiguara: uma análise estrutural e material das autoras Simone Maria Silva e Claudia Cristina do Lago Borges (2019), as dissertações A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA DA ALDEIA TRÊS RIOS da autora ANGELA LÓPEZ CANTERO (2015) faz um breve apanhado do histórico da educação escolar indígena Potiguara, Educação escolar indígena: uma análise a partir da perspectiva da sexualidade e gênero no município indígena de Baía da Traição/PB da autora PATRÍCYA KARLA FERREIRA E SILVA (2010) que traz um recorte de gênero e sexualidade e a monografia EDUCAÇÃO INDÍGENA: A importância da Educação Indígena na Cultura e Tradição das Comunidades Potiguaras da autora JAQUELINE HIGINO DA SILVA (2017) no qual traz um estudo de caso das escolas da Baía da Traição.

Diante desse contexto de pouca pesquisa relacionada à matrícula de indígenas nas escolas que não eram administradas pelos órgãos de tutela do Estado (S.P.I e FUNAI), como no Instituto Moderno e na escola da Companhia de Tecidos de Rio Tinto. As pesquisas que tratam dessas instituições não mencionam a presença indígena assim como não levam em consideração que ambas estavam em território indígena e que a população da Baía da Traição, Mamanguape, Rio Tinto e Marcação são maioria de indígenas Potiguaras. Outro quesito são os censos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem a carência de dados demográficos sobre as populações indígenas em todo o país, portanto, existe uma falta de consenso no que se refere ao total da população indígena no país (DIAS JUNIOR &

VERONA, 2018 apud PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005).

Segundo Dias Junior e Verona (2018, apud IBGE, 2005; PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005) o censo de 1991 é considerado com um marco da presença indígena no questionário do Censo Demográfico Brasileiro, é assim considerado por ter “à presença explícita da categoria “indígena” no quesito cor/raça no questionário do Censo de 1991” (DIAS & VERONA, 2018, p. 2).

Nos Censos de 1950 e 1980 foram utilizadas quatro categorias, agrupando todos os que registraram cor diferente de branco, preto e amarelo na categoria “pardo” (ANJOS, 2013). No Censo de 1960 foi incluída a categoria índia, para os indígenas residentes nas reservas, sendo que os indígenas residentes fora das reservas foram agrupados na categoria “pardo” (ANJOS, 2013). Nos Censos de 1991, 2000 e 2010 incluiu-se a categoria indígena, sendo que no questionário do Censo de 2010 também foram incorporadas questões sobre língua falada e etnia (IBGE, 2012). Nos Censos de 1980, 1991 e 2000 o quesito cor/raça foi pesquisado apenas na amostra e, em 2010, voltou a ser pesquisado no universo. (DIAS JUNIOR & VERONA, 2018, p. 3).

Dessa forma, nos censos anteriores a 1991, os indígenas foram alocados na categoria “pardo”, com exceção dos censos de 1872, 1890 e 1960, ficando invisível nas estatísticas oficiais. Portanto, na tabela abaixo reproduzo o número da população total dos municípios de Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto das décadas de 1970 e 1980, números esses que não temos dados para afirmar quantos eram indígenas.

Tabela 1 - População dos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto nas décadas de 1970 e 1980.

UF	Município	1970	1980
PB	Baía da Traição	3346	4316
PB	Marcação	-	-
PB	Rio Tinto	100	100

Fonte: IBGE³

A partir do censo de 1991 já é possível ter uma ideia da população na qual se autodeclara indígena como reproduzo na tabela abaixo. A categoria indígena aparece no quesito cor/raça a mudança do quesito cor/raça para o questionário do universo, a reintrodução do quesito sobre língua falada e a inclusão do quesito etnia também foram colocadas a partir desse censo (DIAS JUNIOR & VERONA, 2018, apud CAMPOS; ESTANISLAU, 2016; IBGE, 1950, 2005, 2008, 2012).

³ IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro : IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, vol 54, 1994.

Tabela 2 - População dos municípios de Baía da Traição, Mamanguape, Marcação e Rio Tinto nas décadas de 1991, 2000 e 2010.

UF	MUNICÍPIO	1991	2000	2010
PB	Baía da Traição	2773	3093	5687
PB	Marcação	5895	1595	5895
PB	Rio Tinto	654	542	2378

Fonte: IBGE⁴

Portanto, a questão central desta dissertação são os projetos de educação nos quais os Potiguaras foram submetidos, porém os indígenas, mesmo que inseridos em relações de dominação colocavam em prática formas variadas de resistência e de acomodação (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Esses projetos educacionais sempre viam de cima para baixo, sem a consulta da população indígena e o contexto nos quais se inseriram, quais suas demandas no momento, mas mesmo assim os indígenas resistiram e “se organizaram e continuaram a atualizar sua cultura na contemporaneidade, inclusive formulando projetos de futuro.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.14).

Para Pacheco de Oliveira (2011) os indígenas do nordeste passaram por quatro regimes de memória, o primeiro regime trata os indígenas como nações indígenas, são coletividades que ocupam territórios específicos se contrapondo com a representação do século XIX que eram nômades. O segundo regime de memória segue uma rigorosa separação entre o indígena colonial no qual aparece nas fazendas ou aldeias missionárias “em via, portanto, de tornar-se indistinto de trabalhadores e de cristãos.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p.13) enquanto o indígena bravo, é representado “em incursões militares, chamadas de guerras justas, ou conduzido como cativo para o uso, dito temporário, da escravidão indígena”. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p.13).

O terceiro regime de memória opera com uma imagem do indígena em duas temporalidades distintas; a primeira seria o indígena do passado no qual precedeu o colonizador português “é fortemente estetizado e enobrecido em seus costumes, transformando-se em personagem trágico da literatura indianista e das artes românticas.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p.14), a segunda seria o indígena real caracterizado pela perda cultural e pela condição de miséria (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011). O quarto regime tentam construir na contemporaneidade a condição de indígena com grande exuberância e beleza “os elementos diacríticos da condição de indígena, em especial pinturas corporais e cocares, tornam-se muito valorizados e circulam, com intensidade e de modo livre, entre os diferentes povos, independentemente de tradições específicas.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p. 14).

⁴ Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>, acessado em 04/07/2021

Na primeira parte da dissertação proponho discutir o projeto educacional imposto no período colonial pelas missões religiosas nas quais utilizavam a educação como via para a catequização das populações indígenas. Enquanto o Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) o projeto educacional tinha como objetivo tornar os indígenas em brasileiro, cristão e trabalhadores nacionais, porém mesmo diante desses projetos de cima para baixo os indígenas procuram meios de afirmar sua identidade frente a tutela do Estado, assim como as famílias Potiguaras começam a ver a educação como uma ferramenta para a construção de um projeto autônomo que valorize a diversidade da população indígena.

Na segunda parte analiso o projeto educacional da FUNAI, pensado em um primeiro momento como um projeto que se diferenciava do projeto anterior do S.P.I. com a principal diferença sendo a valorização das línguas nativas e uma difusão de curso de monitores bilíngues e monitores biculturais, tinham uma imagem de tipo de indígena assim como esse projeto estava vinculado às missões religiosas protestantes. Nesta parte apresentei as trajetórias de dois monitores biculturais da FUNAI a Cleide Duarte e o Manoel Cassiano assim como as trajetórias mais contemporânea da presidenta da OPIP Sônia Barbalho Potiguara e da ex-prefeita Nancy Cassiano.

PARTE 1 : DO PROJETO COLONIAL AO PROJETO TUTELAR DO S.P.I.

Nessa primeira parte buscaremos analisar os projetos educacionais estabelecidos no período colonial e durante o projeto tutelar do Serviço de Proteção aos Índios no qual trouxeram consigo um projeto de educação para a população Potiguara. As missões religiosas que se estabeleceram em território em linhas gerais tinham como objetivo utilizar a educação como ponto para a catequização dos indígenas. O SPI desenvolve um projeto visando a educação dessa população com o objetivo de se tornarem trabalhadores nacionais, eu discuto como os indígenas vão utilizar desses projetos para reconstruir suas identidades que eram silenciadas diante desses projetos de cima para baixo.

1.1. O projeto educacional das missões religiosas

A centralidade e longevidade da educação para populações indígenas no contexto brasileiro muito antes de se tornar uma nação, de se constituir um Estado e de se pensar uma política para as populações originárias, a ideia de educar indígenas se constituiu no discurso e na prática no hoje território brasileiro. Parte fundamental da atuação missionária, educar indígenas para os modelos de sociedade, civilidade e cristandade, foram práticas constitutivas do período colonial e que jamais sofreram rompimento no período imperial e em alguma medida no período republicano. Mesmo que à guisa de comentário, é interessante pensar que até hoje missões cristãs desejam e atuam junto às populações nativas⁵, o que sinaliza que tal projeto nunca foi superado. Todavia, também não se trata apenas de um projeto de continuidade, não só porque histórica e contextualmente, muitos debates, conflitos, lutas e mudanças também se processaram.

Inspirados nos textos dos Evangelhos, as comunidades cristãs entenderam que a tarefa missionária foi instituída por Jesus Cristo e entregue por ele aos seus discípulos após a ressurreição. As missões teriam como objetivo principal a expansão do cristianismo por toda terra habitada, para as recém inauguradas igrejas. O significado da palavra missão foi entendida como sinônimo do processo de catequização e colonização das terras recém

⁵ Como exemplo do Centro de Treinamento Missionário Shekinah (CTMS) na qual tem sua atuação com os povos indígenas nos dias atuais, vide SILVA, Jhessica Angell Alves e. Evangelizando todas as tribos até a última se alcançada: reflexões sobre a Missão Novas Tribos do Brasil e a antropologia aplicada às ações missionárias. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Cchla, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

descobertas no início da Idade Moderna no Sul da África e no continente americano, a partir de uma mescla de interesses religiosos, econômicos e políticos do Estado e da Igreja Católica. Essa expansão colonial de nações protestantes teve a fé do colonizador utilizada como justificativa para a exploração e conquista dos povos das novas terras (GONÇALVES, 2011).

No século XIX, com a grande expansão das agências e sociedade missionárias protestante pelo mundo que começa a utilizar os textos bíblicos como fundamento para as missões, nesse caso, as protestantes, no sentido de salvar as almas desses povos (GONÇALVES, 2011). Nesse sentido as palavras missões e missionário carregam um sentido religioso, portanto “o termo 'missionário' carrega em si mesmo um sentido religioso. A palavra ‘missão’ é sinônima de ‘tarefa’, ‘dever’ ou ‘destino’.” (GONÇALVES, 2011, p.34) e o termo

[...] “missão” é parte integral da teologia cristã. A missão teve origem no latim *missio* ou *missiones*, no sentido de “enviar para”. O conceito inclui ainda a ideia de ação, movimento. Cumpre a missão quem aceita o envio, quem se dispõe a sair de um lugar em busca de outra situação (“*Missio Dei*”). Leontino Farias dos Santos. In: DBT, 2008, p. 666). (GONÇALVES, 2011, p. 34).

Nesse contexto o verbo *missionar* passa a ser utilizado com o significado de expansão do cristianismo pelos continentes. Segundo Gonçalves (2011) o termo missionário seria definido como

[...] o sujeito que, aceitando um chamado divino, decide abandonar todas as coisas e dedicar-se ao cumprimento da vontade soberana de Deus em expandir, das mais variadas formas, a fé cristã. (GONÇALVES, 2011, p. 34) .

Outro termo importante nessa expansão religiosa protestante é o termo ecumênico ou ecumenismo derivado do termo grego *oikumene* com o significado de “todo o mundo”, “terra habitada” (GONÇALVES, 2011). Sendo assim, o termo *oikumene* “aponta o destinatário da mensagem cristã, o local de atuação dos mensageiros de Jesus Cristo e os receptores da boa nova ou seja, todos os povos” (GONÇALVES, 2011, p. 35). Nesse contexto, o movimento ecumênico assume esse sentido do termo na procura da união de esforços das igrejas protestantes, em vista à expansão da fé cristã durante o fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX (GONÇALVES, 2011). O movimento ecumênico assume sua roupagem missionária no processo de desenvolvimento do ideal ecumênico especificamente no Brasil, sendo que as ações missionárias foram uma das principais ferramentas para a cooperação entre as igrejas o que predominou no protestantismo brasileiro (GONÇALVES, 2011).

Segundo Gonçalves (2011) o século XIX se tem uma significativa importância para a história do protestantismo, se torna o “grande século das missões” esse período ficou marcado pela grande expansão do cristianismo protestante pelos continentes “sobretudo através da organização e crescimento das sociedades missionárias” (GONÇALVES, 2011, p. 37). Para o autor existiram dois momentos importantes que caracterizam esse momento, o primeiro seria “as iniciativas missionárias de caráter individual, onde o pregador foi a figura principal: evangelista, profissional em alguma ciência, pastor, explorador e pesquisador” (GONÇALVES, 2011, p.37) o segundo momento foi “o mais significativo para a compreensão da expansão missionária protestante, foi a organização, desde fins do século XVIII, das agências missionárias e Sociedades Bíblicas” (GONÇALVES, 2011, p. 38). Nesse contexto expansionista, as missões protestantes enfrentam duas dificuldades, a primeira seria a “existência de diferentes agências missionárias, cada qual pregando o Evangelho à sua maneira. Assim, a fragmentação institucional do protestantismo poderia colocar em xeque uma mensagem religiosa que se pretendia única” (GONÇALVES, 2011, p. 38) a segunda se caracteriza pelo “alto custo para o financiamento das atividades missionárias, o que apelava para uma união de esforços que pudesse viabilizar o sustento dos missionários” (GONÇALVES, 2011, p. 38).

Outros fatores são importantes no estudo das missões religiosas como aponta Gonçalves (2011, apud Mendonça, 1995), a expansão colonial, o enriquecimento dos países protestantes e o surgimento de uma nova proposta teológica a partir do movimento religioso de John Wesley na Inglaterra do século XVIII. Com a revolução comercial inicia o processo de europeização do mundo sobre a maior parte dos continentes, grandes empresas mercantis exploram não somente as regiões onde se estabelecem como “também exercem sobre elas o poder político e religioso em nome de suas respectivas nações” (GONÇALVES, 2011, apud MENDONÇA, 1995, p.86).

A título de exemplo, Antonio Gouvêa Mendonça citou o período de ocupação holandesa no Nordeste brasileiro (1630-1654), quando os conquistadores, sob o patrocínio da Companhia das Índias Ocidentais, estabeleceram na região ocupada a prática do culto protestante. Onde iam os conquistadores, ia também a religião (GONÇALVES, 2011, apud MENDONÇA, 1995, p.8).

Segundo Gonçalves (2011, apud Mendonça, 1995) o movimento mercantil ocasiona o enriquecimento tanto das nações que empreendiam essas expedições comerciais como acaba proporcionando o maior acúmulo de riquezas e circulação de mercadorias de maneira geral e “esse acúmulo de bens constituiu-se num incentivo ao financiamento da expansão missionária

protetante” (GONÇALVES, 2011, apud MENDONÇA, 1995, p.87).

Para o autor as atividades das agências missionárias realizadas no fim do século XVIII e início do século XIX se consideram as primeiras manifestações do movimento ecumênico no mundo moderno, essas instituições missionárias buscaram unificar recursos e com a pregação do evangelho e portanto essas ações findou na “criação de diversas entidades como as alianças evangélicas, orfanatos, hospitais, cemitérios, associações de jovens ou escolas” (GONÇALVES, 2011, apud MENDONÇA, 1995, p.82).

No Brasil a última metade do século XIX é considerada como o principal período de implantação do protestantismo no país. Segundo Gonçalves (2011) esse período fica conhecido como o protestantismo histórico de missão, expressão aplicada às igrejas Presbiteriana do Brasil (1862), Presbiteriana Independente (1903), Metodista (1878), Congregacional (1855), Batista (1859/1882) e Episcopal (1889), com o estabelecimento dessas igrejas deu-se através de missões norte-americanas (GONÇALVES, 2011).

A chegada dessas instituições foi precedida pela ação de missionários e “distribuidores de Bíblias”, enviados oficialmente por organizações missionárias britânicas e norte-americanas, como os metodistas Fountain E. Pitts, Justus Spaulding e Daniel P. Kidder. (GONÇALVES, 2011, p.46).

A chegada do protestantismo no Brasil na segunda metade do século XIX enfrentou diversas barreiras. Segundo Gonçalves (2011) umas dessas barreiras foi o sistema do Padroado, que estabelecia uma estreita ligação entre Estado e a Igreja Católica. Dessa forma as instituições protestantes estavam impedidas “de fazer prosélitos, de construir templos com fachada de igreja, de oficializar casamentos e de sepultar os mortos nos cemitérios públicos” (GONÇALVES, 2011, p. 46). Dessa forma não poderiam executar nenhuma ação que colocasse em xeque a religião oficial, estavam sob constante vigilância do clero e das autoridades civis (GONÇALVES, 2011). A Igreja Católica fortemente enraizada, força o protestantismo missionário recém chegado e com poucos recursos financeiros encontra dificuldades em manter todas as diferenças e divergências doutrinárias e teológicas presentes na origem das igrejas e nos lugares de onde procediam essas missões (GONÇALVES, 2011). Nesse caso, “diante da sempre propalada unidade do catolicismo, a ênfase nas diferenças entre os ramos protestantes poderia dificultar ainda mais o trabalho de inserção no país.” (GONÇALVES, 2011, p. 46).

Segundo Gonçalves (2011, apud Mendonça, 1995) no período anterior à instauração da República, o protestantismo se vincula ao liberalismo que permeia o pensamento europeu e norte-americano. No Brasil, o significado do termo liberal foi apropriado por lideranças

protestantes nacionais e estrangeiras no intuito de defender a liberdade religiosa (GONÇALVES, 2011). O discurso religioso protestante nesse período caracteriza-se por “uma mensagem que valorizava a liberdade do indivíduo em aceitar ou recusar a salvação, forneceu o tom ao discurso do liberalismo e da defesa dos ideais republicanos no Brasil” (GONÇALVES, 2011, apud MENDONÇA, 1995, p. 137). Os protestantes tinham a moral e costumes como sinônimos norteadores de qualquer ação e transformação social, é preciso mudar o indivíduo e regenerar-se a sociedade (GONÇALVES, 2011). Nesse contexto a fé protestante assume suas facetas civilizatórias sendo esse pensamento como central do raciocínio das sociedades e igrejas protestantes implantadas em toda América Latina no século XIX. No Brasil esses missionários protestantes segundo Gonçalves (2011) consideravam-se os portadores de um projeto de civilização para uma sociedade até então pelo atraso econômico, fruto do predomínio católico, portanto “essa compreensão de dever civilizatório, incorporada pelas igrejas protestantes no Brasil, permaneceu ao longo das primeiras décadas republicanas sob novas perspectivas e contextos.” (GONÇALVES, 2011, p. 54).

Com a chegada da República as missões protestantes começam a criar expectativas quanto à expansão da sua fé, e estabelecem como meta a evangelização dos indígenas. Segundo Gonçalves (2011) os primeiros contatos entre protestantes e grupos indígenas ocorreram ainda no Brasil colônia “com huguenotes (calvinistas) na Baía de Guanabara (1555–1560), durante a ocupação francesa, e com os reformados no Nordeste, especificamente em Pernambuco (1630-1654), durante o domínio holandês” (GONÇALVES, 2011, p. 56).

A missão dos huguenotes franceses contou com o apoio de João Calvino, que enviou ao Brasil os pastores Pedro Richier e Guilherme Chartier, além de Jean de Léry. Este último escreveu o livro “Viagem à terra do Brasil”, onde relatou, entre outras coisas, o modo de vida religioso, dos selvagens da costa do Brasil, sem, no entanto, reconhecer nos costumes, danças, cânticos e ritos tupinambá, descritos por ele, forma alguma de manifestação religiosa. (GONÇALVES, 2011, p. 56).

Portanto, a catequese dos indígenas se tornaria um esforço comum do movimento ecumênico missionário, a união de esforços em prol da evangelização do país foi um dos principais argumentos dos defensores do movimento ecumênico no Brasil nas primeiras décadas republicanas. A propaganda do Evangelho foi uma preocupação que perpassou e orientou a organização das atividades religiosas, dos cultos, das pregações, publicações, polêmicas e esse pensamento orientou as escolas protestantes (GONÇALVES, 2011).

No caso das populações Potiguara, segundo Braga (2019) entre o final do século XVI e início do século XVII duas ordens missionárias tinham interesse em trabalhar a catequese com os grupos indígenas que habitavam o território paraibano: os jesuítas e os franciscanos missionários. Os missionários jesuítas, que foram expulsos da Paraíba em 1593 por conta “das aludidas discórdias com franciscanos” (BRAGA, 2019, p.44, apud MARIZ, 1822; LEITE, 1938; PEREIRA, 1989) eles continuaram estabelecendo relações com os Potiguaras, que segundo Braga (2019)

cada vez mais açoitados (pela presença incômoda de estrangeiros) entre os rios Mamanguape e Camaratuba, no que hoje denominamos “litoral norte paraibano”. Relações potencializadas pela “paz” (ainda frágil) de 1599, acordada entre colonizadores ibéricos e potiguaras, como atesta a afinidade dos padres Pinto e Figueira com grupos potiguaras na “expedição” rumo ao Maranhão entre 1607 e 1608. (BRAGA, 2019, p. 44).

Sem a presença de jesuítas, nos primeiros anos do século XVII, os franciscanos, se tornam hegemônicos no trabalho de catequese da região situada entre os rios Mamanguape e Camaratuba, iniciando o processo de aldeamentos mais estáveis em terras Potiguaras na gestão de frei Antônio da Estrela (BRAGA, 2019, apud WILKE, 1977). Segundo Braga (2019) foi nesse período que o frei Vicente do Salvador, missionou entre os Potiguaras, exercendo a catequese de 1600 a 1606.⁶

Em sua Crônica da Custódia do Brasil, escrita em 1618, frei Vicente relata alguns embaraços da sua experiência de catequese de indígenas na Paraíba, afirmando que para não assistirem a missa dominical, muitos aldeados procuravam morar em roças distantes da sede da missão, “sendo mais amigos das festas religiosas que do cumprimento dos deveres comuns” ([1618] 1977: 62). Segundo Baumann (1981), provavelmente um dos “centros”/ “doutrinas” de missões franciscanas encaminhados por frei Antônio da Estrela, abrange os aldeamentos de Baía da Traição (São Miguel) e Preguiça (Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mor). (BRAGA, 2019, p. 45).

Dessa forma a presença missionária em território Potiguara se tornou hegemônico e logo foi colocado em prática a catequização dos indígenas através do seu projeto de educação, assim com o uso da mão de obra indígena para a construção de igrejas e toda a estrutura dos aldeamentos dos missionários, sendo assim era fabricado um estado de guerra permanente que justificava, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população indígena (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

⁶ Na dissertação de Vieira (2010) e Braga (2019), os autores abordam a questão da relação dos indígenas Potiguaras com as missões religiosas.

1.2. A construção da tutela educacional estatal dos povos indígenas

Segundo Pacheco de Oliveira (2016) a guerra aos indígenas da costa atlântica e a incondicional submissão foi a principal condição para o estabelecimento da colônia chamada Brasil, assim como o ponto de partida para uma estrutura institucional na qual se baseia “no postulado de uma desigualdade fundamental entre os cidadãos, bem como no pleno direito ao exercício ilimitado da força e de práticas arbitrárias e repressivas contra aqueles que estavam sendo constantemente incorporados ao sistema.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 18).

A formação de uma burocracia e de práticas de Estado no Brasil não se poderia explicar tão somente via interesses e instrumentos econômicos. Ela supõe uma operação dupla e complexa no imaginário. O primeiro movimento recomenda que, sobre as populações autóctones, se exerça uma permanente vigilância e uma intervenção pedagógica e corretiva, consistindo no exercício político e jurídico da tutela. A desconfiança quanto à conduta do tutelado é indispensável. O segundo exige a conjugação imediata de todas as vontades e energias, de modo a impedir que o mal seja vencedor e se propague pelo mundo, clamando não apenas pela vitória, mas, também, por punição, preparando a cena e os espíritos para a intervenção dos anjos vingadores. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.18).

É só com a proclamação da República em 1889 que se constitui uma nova disputa acerca dos projetos políticos para as populações indígenas (SOUZA LIMA, 1985). A partir destes embates políticos que surgirá o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no ano de 1910 e a partir de 1918 ficou conhecido apenas como Serviço de Proteção aos Índios (SPI) — que viria a ser o órgão responsável pela constituição e uniformização de uma política de Estado para os povos indígenas. Seria o órgão responsável para resolver especialmente os conflitos existentes naquela época, por conta da invasão de terras indígenas (SOUZA LIMA, 2011), bem como preparar os indígenas para serem brasileiros, trabalhadores nacionais. Diferente das missões jesuíticas, o modelo de educação proposto pelo órgão oficial tinha como objetivo a sedentarização de um povo assim como envolvia “cultos cívicos, aprendizado de trabalhos manuais, técnicas da pecuária e novas práticas agrícolas”. Pressupunha também novos cuidados corporais, como o uso de vestimentas e o ensino de práticas higiênicas.” (FUNAI,1980) e esse investimento na educação tinha o foco em transformar os indígenas em trabalhadores nacionais (SOUZA LIMA, 1995) assim como para controlar e disciplinar as populações indígenas que tiveram que reorientar suas histórias a partir de pressupostos de trabalhador assalariado, acesso à escola e a obediência cívica.

E para isso havia necessidade de um projeto de educação para todos os indígenas (SOUZA LIMA, 1995). Ainda se debate qual o destino dos indígenas, tal qual o debate do fim do século XVIII até meados do século XIX, se questiona se devem ser exterminados os índios “bravos”, defendida principalmente pelos colonos ou civilizá-los e incluí-los na sociedade “solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão de obra” (CUNHA, 2012, p. 57). O artigo 6º do Código Civil de 1916 e a lei nº 5484/28 de 1928 que atribui ao SPILTN à função de tutelar⁷ os índios e que também vai ser responsável pelo desenvolvimento das políticas indigenistas. Em 1918 o órgão passa a ser denominado apenas SPI e em 1930 deixa de integrar o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o órgão vai ser extinto em 1967 quando é criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A ação do SPILTN era dividida em quatro fases, dependendo da situação de contato. A primeira fase de ação que era chamado de “pacificação” consistia na doação de bens por parte dos agentes do SPILTN para o que eles consideravam índios arredios ou hostis sendo atraídos para um território delimitado as “reservas indígenas” e visando iniciar um processo de sedentarização. Na segunda fase consistia na educação “[...] através da implantação de escolas” e da “fixação dos indígenas num território administrado por um posto indígena”(TASSINARI, 2008, p. 222). Já na terceira fase eram desenvolvidas ações para a “civilização” dos índios e preparação para se tornarem “trabalhadores nacionais”. A quarta fase “previa a emancipação definitiva dos indígenas e sua introdução na ‘vida civilizatória’, segundo ideário positivista” (TASSINARI, 2008, p. 222). A ação do SPI produziu uma nova configuração nos aldeamentos indígenas em torno dos postos de atração, postos de vigilância e nos PI criando uma relação de dependência das populações indígenas em relação ao SPI (TASSINARI, 2008).

Portanto, a educação para os índios é pensada como ferramenta fundamental para a “civilização” dos índios na política indigenista do SPILTN. A escola cumpriu papel central em incentivar um ideário nacionalista brasileiro nos indígenas (TASSINARI, 2008) e o modelo de escola proposto, naquela época, era para manutenção da tutela e preparação para o trabalho braçal. O SPI pautava suas ações nos ideais positivistas e evolucionistas, portanto as escolas que funcionavam nas aldeias seguiam esse mesmo modelo de ensino na ideia de

⁷ A noção de tutela ou poder tutelar é central para compreender esse tipo específico de atuação estatal (SOUZA LIMA, 1995), orienta as propostas e o horizonte dos agentes estatais que lidam com populações indígenas. É ainda hoje, em alguma medida, o pressuposto da incapacidade indígena que orienta práticas e expectativas daqueles que interagem com estas populações.

“civilização dos selvagens” (TASSINARI, 2008). A ação do SPI produziu uma nova configuração nos aldeamentos indígenas em torno dos postos de atração, postos de vigilância e nos PI, criando uma relação de dependência das populações indígenas em relação ao SPI (TASSINARI, 2008). A educação escolar, portanto, que fez parte do processo de pacificação, civilização e nacionalização dessas populações, tinha um modelo de escola eurocêntrica e autoritária sem considerar sua organização social, sua concepção de mundo e seu conhecimento religioso (BENITES, 2009).

O gradual aumento de pesquisas sobre o indigenismo permite conhecer diferentes situações envolvendo as populações indígenas. Mesmo pensada como o modelo a ser disseminado, a escola do posto indígena não funcionou com a mesma intensidade e “sucesso”. Diferentes situações foram se configurando, sem esquecer que, mesmo pensada como uma política estatal, nem todas as populações indígenas tiveram terras e postos indígenas constituídos pelo Estado. Muitas populações indígenas tiveram a educação formal conduzida por missões ou escolas regulares, ou seja, mesmo constituída legalmente, a educação tutelar nunca foi monopólio ou projeto padronizado aplicado pelo governo brasileiro. Essa situação prossegue até a extinção do SPI, em 1967, por conta de denúncias em todo o país, devido aos abusos de chefes de posto na exploração do trabalho indígena, além de alianças com projetos e políticos locais, nas quais postos e populações indígenas são vinculados à economia local, caso dos Terena em Mato Grosso do Sul (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972).

Portanto, o projeto nacionalista militar representado pelo SPI tinha como objetivo despertar nos indígenas o sentimento de nacionalidade através da educação, por isso existia uma ênfase grande nas escolas do posto nos dias de feriados nacionais como, por exemplo o dia da bandeira, o da independência e outros dias com apelo a identidade nacional. Enquanto o projeto religioso das missões jesuíticas visava a educação dos indígenas para uma nova forma de viver, segundo princípios e interesses coloniais. O domínio dos Jesuítas sobre o projeto “educacional” colonial se refletia fundamentalmente no controle de populações nativas para o trabalho e ocupação das terras para indígenas, sendo que a responsabilidade dos Jesuítas era a de auxiliar na expansão econômica e territorial.

Portanto, existiu uma multiplicidade de formas de trabalho compulsório que fizeram parte dos projetos de tutela, começando com as missões religiosas passando pelos órgãos oficiais (S.P.I e FUNAI), passando por legislações diversas, cada qual com seu projeto de manipular o indígena através de acordos e parcerias, raramente escritos e facilmente manipuláveis (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

1.3. O projeto tutelar educacional do S.P.I.

O modelo de escola difundido pelo Brasil pelos portugueses com professor, sala de aula, livros, disciplinas e etc é totalmente estranho aos povos indígenas e foi por conta dessa estranheza que essas populações indígenas passaram mais de quatro séculos resistindo a essa dominação da escola através de diversas estratégias (LUCIANO, 2011). Essa resistência indígena gera um controle muito rígido nas escolas que são instaladas nos PIs do SPI, e tinham como pretensão de imprimir “os novos padrões de cultura e de comportamento dos colonizadores e ao mesmo tempo fazê-los desprezar e esquecer as tradições e costumes” (LUCIANO, 2011, p.74). Esse modelo de escola que estava sendo implementado nos PIs se pautava em preceitos impositiva, autoritária, etnocêntrica, integracionista e assimilacionista, esse período se caracterizou pelo intenso processo de escolarização, que tinha como principal objetivo a integração compulsória dos índios à sociedade nacional e vai se estender por quase todo século XX, e a ação do órgão nacional não era apenas voltada para a integração dos indígenas à sociedade nacional, porém assim como a formação de mão de obra para as lavouras dos colonos que avançavam cada vez mais sobre as terras indígenas (LUCIANO, 2011).

Além disso, o ideário positivista que predominava entre as elites que governavam o país nesta época elevou ao máximo a concepção racista do índio incapaz, sujo, desordeiro, empecilho do progresso e da modernização. (LUCIANO, 2011, p. 90).

Esse projeto educacional do SPI tinha como principal objetivo fazer das populações indígenas cristãos, trabalhadores nacionais, era um projeto de cima para baixo sem se preocupar com a realidade de cada população, a forma de tutela totalmente agressiva com fica evidenciado nessas fichas por exemplo:

Comunicado ao Chefe do IR4, 30-06-1951. SID. Assinado: Francisco dt: da Silva. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 000837).

Os índios estão se comportando melhor, perturbando menos a administração do Pôsto; não sei se é devido os auxílios que vem recebendo ou se é influenciados com o meu contacto com eles, quase diariamente; explicando-lhes que todos os índios devem trabalhar para ajudar o Encarregado do Pôsto, defender suas terras dos espoliadores, e ajudar também nas fiscalizações das matas para evitar exploração.

Comunicado ao Chefe do IR4, 29-09-1951. SID. Assinado: Francisco dt: da Silva. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 000843).

O dia 7 de setembro foi comemorado festivamente, constando do astiamento da bandeira nacional, em

seguida palestra alusiva a data pela Professora da Escola Dr. Antonio Estigarribia, Eunice Brandão da Silva.

Comunicado ao Chefe do IR4, 29-09-1951. SID. Assinado: Raimundo Dantas dt: Carneiro. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 000989-000990).

A vida do Posto Nísia Brasileira, desde sua instalação, tem sido uma verdadeira luta, pois, a falta de boa vontade dos índios, tem dificultado se impor ali, a disciplina e o mesmo ritmo de trabalhos que se desenvolvem nos outros Postos desta I.R. que seguem a orientação dos seus respectivos encarregados. Os remanescentes indígenas que habitam aquela reserva, nunca se submeteram completamente a orientação dos dirigentes do Posto. Querem ser independentes fazendo tudo que lhe vem à mente, e, não obedecendo aos conselhos que recebem, vê-se o encarregado do Posto, sem meios de encaminhá-los para uma vida de trabalho e progresso.

Portanto, nessa seção analisei de que forma se construiu o projeto educacional do órgão oficial e como esses ideais eram colocados em prática pelos chefes dos PI. Nas próximas sessões eu busco analisar como foi a chegada do S.P.I. na Paraíba e de que forma se estabeleceu o seu projeto tutelar educacional com os indígenas Potiguaras, ressaltando como os indígenas não aceitam essa imposição tutelar de forma pacífica e vão resistir a mais um silenciamento de suas identidades.

1.3.1. A chegada do S.P.I em terras paraibanas

No caso Paraibano o primeiro contato do órgão oficial com as populações indígenas Potiguaras no litoral norte se dar em outubro de 1920, quando Alípio Bandeira⁸ apresentava ao SPI o primeiro relatório sobre os índios Potiguaras.

Por detrás da povoação, alastrada entre cajueiros que dão á paisagem a significação do seu nome indígena -Acaiutibiró- fica a lagoa Sinimbú, e, mais para o fundo, num planalto delicioso, dorme há quatro séculos o aldeamentos dos Potyguaras, ou, como lhe chamam hoje, a villa de S.Miguel, com a sua ermida branca-marco solitário de uma conquista abandonada; testemunha enternecedora de uma esforço que para sempre acabou. Aqui e ali, ao longe da costa, em frente da matriz, servindo de póste para lampeão e ao norte, no outeiro conhecido pelo nome de “Forte”, encontram-se velho canhões de ferro e de bronze, uns da Hespanha, outros da Hollanda, todos lembrando o jugo do estrangeiro; e, enterrados na areia, carcomidos pelo tempo, esqueletos de “ubás”, e destroços de jangadas falam

⁸ Natural de Mossoró-RN, nascido a 15 de agosto de 1873, filho de Odilon Obdolino Pinto Bandeira e de Vicência Amélia Pinto Bandeira. Criou-se num ambiente de admiração aos grandes movimentos cívicos. Entrou nas Fileiras do exército a 18 de abril de 1890, fazendo em seguida o curso da Escola Militar do Ceará. Em 1894, foi promovido a Segundo Tenente. Fez o curso regular em 1898. Tem o diploma de agrimensor. Assistiu à Revolta da Armada, na qual foi ferido em combate no Morro de São Bento. Nos campos de batalha, por mais uma vez, demonstrou a sua coragem e tino militar. Promoção em 1908 a Primeiro Tenente, em 1913 a Capitão, em 1920 a Major, por merecimento, em 1925 a Tenente Coronel. Da sua fé de Ofício constaram relevantes serviços prestados à Pátria, na proteção aos indígenas, como um dos componentes da Comissão Rondon, de cujo regulamento foi elaborador. Faleceu no dia 14 de agosto de 1939 (ROSADO, 2014).

merenceriamente dos povoadores nativos, os que primeiro lutaram, os que primeiro soffreram, os que nunca mais, depois da invasão, acharam paz na terra formosa dos antepassados.⁹



Figura 2 - Índios na Baía da Traição no ano de 1923, foto do relatório de Dagoberto de Castro e Silva, antes da implantação do PI Nísia Brasileira na década de 1940. Foto disponível no acervo do Museu do Índio.

Durante todo o relatório do Alípio Bandeira ele descreve a paisagem, um pouco da história dos Indígenas Potiguaras, de como chegaram a ocupar aquelas terras, o contato com o colonizador, a guerra com os Tabajaras¹⁰ descreve os lugares nos quais ele encontra famílias descendentes de Potiguaras, onde ele descreve a organização social, a economia da pesca e da agricultura de feijão, milho e mandioca. Alípio Bandeira descreve os Potiguaras

Quatro séculos de civilização ocidental passaram por esses índios. Eles são, no mínimo, a decima geração de aborígenes aboletados conosco. Frequentam as villas, conhecem as cidades e têm suas moradas, como quaisquer outros sertanejos, á beira das estradas. Ahi recebem o mascate e o tropeiro, o professor e o padre me desobrigam. Confundem-se nas igrejas com as populações rurais e villôas. Sabem as intrigas da vizinhança e por vezes nelas figuram. Perderam de todo a linguagem dos antepassados, falando em vez dela o nosso idioma. Constroem casas como as nossas, vestem-se como nós, usam os nossos utensílios e a nossa medicina. Alugam-se e alugam os filhos. Compram e vendem, preferindo como é natural, para as suas transações, certas pessoas e certos logares. Tudo isto fazem e, todavia, são índios puros, índios asperes, índios selvagens, com a sua sociedade á parte e tão alheia á nossa quanto isto lhes é possível dentro da aproximação em que se encontram. A catechese religiosa não deixou nelles mais do que uma bestice extravagante e supersticiosa com que

⁹ Relatório referente aos índios remanescentes da Bahia da Traição, a Nordeste do Estado da Parahyba. SID. Assinado: Alípio dt:Bandeira. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotograma 1542-1556).

¹⁰ Os Tabajaras é uma população indígena que habitam o litoral Paraibano no município de Alhandra, que se juntaram com os colonizadores portugueses para ajudar a fundar o que viria a ser a capitania da Paraíba, eram os rivais do Potiguaras. (FARIAS, 2010).

misturam suas crenças fundamentais e alguns actos culturaes do catholecismo.¹¹

Esse documento do Alípio Bandeira enviado à chefia do Serviço de Proteção aos Índios no ano de 1923 marca o início da sondagem do SPI no litoral norte da Paraíba em relação aos índios que aqui habitavam e habitam. É na década de 1920 que os indígenas do povoado de São Francisco, enfrentavam algumas disputas territoriais com posseiros e proprietários (PALITOT, 2005). É com o desdobrar de várias outras disputas em relação à perda do território principalmente para a família dos Lundgren — donos da Fábrica de Tecidos Rio Tinto no qual chegaram a 1918 — e para outros posseiros que os Potiguaras se viram na necessidade de recorrer a uma campanha para a instalação do Posto Indígena do Serviço de Proteção aos índios (PALITOT, 2005).



Figura 3 - Índios da Aldeia de São Francisco no ano de 1923, foto do relatório de Dagoberto de Castro e Silva, antes da implantação do PI Nísia Brasileira na década de 1940. Foto disponível no acervo do Museu do Índio.

É nesse contexto de disputas que um grupo de Indígenas de São Francisco, liderados por Manoel Santana¹² foram para o Rio de Janeiro, onde procuraram o Marechal Rondon do SPI para solicitar a proteção das terras indígenas por conta das invasões realizadas pelos irmãos Dantas “realizou-se a visita do ajudante adido do SPI, Dagoberto de Castro e Silva a Baía da Traição em 1923 para averiguar as condições de instalação de um posto indígena na

¹¹Relatório referente aos índios remanescentes da Bahia da Traição, a Nordeste do Estado da Parahyba. SID. Assinado: Alípio dt:Bandeira. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotograma 1542-1556).

¹² Regente dos Potiguaras na primeira metade do Século XX. Sediado na aldeia São Francisco (Baía da Traição), representava o amplo conjunto de famílias indígenas distribuídas ao longo das margens dos rios Camaratuba, Sinimbu, Grupiúna, Silva, Jacaré e no estuário do rio Mamanguape. As primeiras visitas do Serviço de Proteção aos Índios-SPI se deram no período em que estava à frente da liderança dos Potiguaras exercendo diversas atividades de mediação entre as famílias indígenas e outros grupos sociais: padres, comerciantes, proprietários de terras, arregimentadores de mão-de-obra, os industriais Lundgren, pesquisadores da Missão de Pesquisas Folclóricas, agentes do SPI, entre outros. O título de Regente vinha desde o período do Brasil Império e comportava obrigações rituais e políticas, como a arrecadação de fundos (dinheiro, velas e fogos) para a festa do padroeiro São Miguel. Disponível em <<https://osbrasisesuasmemorias.com.br/manoel-santana>>

região” (PALITOT, 2005, p.40). O relatório produzido por Dagoberto de Castro — disponível no acervo do Museu do Índio — tem a mesma natureza do relatório produzido por Alípio Bandeira três anos antes, Dagoberto descreve as famílias que se depara ao chegar em São Francisco, os coqueiros e como que os indígenas utilizam em seu dia-a-dia, descreve sua ida a outras aldeias de indígenas Potiguaras e a situação das famílias que lá se encontram, citando o nome dos membros de cada família e onde viviam, durante sua estadia.

Em São Francisco, ele encontra três casas com sítios e roças pertencentes aos Srs. Antonio Bello, Antonio Alexandre e aos irmãos Dantas que compraram aos Srs. Manoel Solon e João Baptista. Na Aldeia São Miguel ele encontrou vinte e cinco pessoas, são moradores particulares com casas e sítios que são: Manoel Ignacio, Anisio, João Basilio, Francisco Domingos, João Lobo, Joanna Maria, João Fidelis e Luiz Fidelis. Em Tambar ele encontra cinco famílias com casas e benfeitorias que são: Alfredo Ribeiro, José Emigdio, Antonio Amado, José Ignacio e Domingos Farias. Entre o Rio Sinimbú e São Miguel, Dagoberto encontra um grupo no qual ele chama de civilizados: Antonio Luiz, Florindo Peixoto, Francisco Guedes e João Paulino, com casas e benfeitorias. Em Tapuia ele encontra Manoel Pontes Azevedo, Aguida Azevedo e Minervino com casas e benfeitorias. Em Laranjeiras reside o civilizado Manoel Venancio, com casa, alguns animais e plantações. Santa Rita apenas um só morador com casa e roça de mandioca que é Antonio Cosme. Nas cabeceiras do rio Sinimbú, o lugar denominado Tracueira é ocupado por particulares com muitos hectares de terras com plantações diversas e três casas de farinha, que são: José Hylario, Tertuliano Bezerra, Antonio Rosendo, Antonio de Mello, José Ferreira da Silva, Pedro Vicente, João Benedicto e Francisco Moreira.

No alto do rio Silva, Dagoberto encontra 11 famílias com grande área de terras cultivadas, criação de gado e aves, são: Tertuliano, Antonio Izidoro, Manoel Bento, Manoel Rufino e Antônio Virtuoso. Na margem oposta do rio Silva, ele encontra um particular com terra que é Manoel Affonso. Na margem direita do rio Grupiuna, afluente do rio Silva, se encontra Raphael Ignacio e Sebastião de Tal com pequenas benfeitorias. Em Estiva Velha, ele encontra os seguintes particulares: Balbino Cruz, João Castro e Joaquim Francisco. Em Carneira nas proximidades do rio Jacaré se encontram Luiz dos Santos, Antonio Bezerra, José Bezerra e Benevenuto. Na Bahia da Traição, Dagoberto encontra: Srs. Dr. Franklin Dantas, herdeiro de Antônio Alves, Cel. Ignacio Evaristo, Manoel Cassiano, Maria Soares, Antonio Linhares, Pedro Camillo, José de Macena, Maria Arinéa, Manoel Pacifico, José Borges.

Portanto, a visita de Dagoberto marca o primeiro movimento do SPI em atuar efetivamente junto dos índios do Nordeste, pois visitou os Carijós (Fulni-ô) além dos Potiguaras (PALITOT, 2005). Dagoberto de Castro e Silva conclui o seu relatório sobre os Potiguara negando a identidade étnica dos Potiguaras, ele diz

Ethnicamente considerados, em face dos signaes externos geralmente admitidos pela sciencia ethnographica, os indivíduos que ali vive, dizendo-se índios Potiguaras, não apresentam nos traços fisionômicos, nem na índole, nem nos costumes, nem no uso do idioma geralmente falado, nenhum traço de identidade com a legendaria tribu de que pretendem ser os continuadores e descendentes. Não encontrei um só desses índios, mesmo entre os mais antigos e abalisados, que conhecesse, siquer, uma palavra do dialecto falado outrora pelos Potyguaras e por outro lado nenhum desses moradores, mestiços uns, pretos outros, louros e olhos azues outros, nenhum encontrei que podese esclarecer-me sobre as delimitações precisas e necessárias de suas terras, inclusive o próprio chefe Manoel Sant'Anna. Este indivíduo que com desembaraço canta os pretensos limites, aliás em desacordo com a topografia do terreno, pouco conhecimento tem de logar, atrapalhando-se até nos muito caminhos que existem em todas as direções.¹³

Portanto, é nesse cenário de disputas e conflitos que o SPI passa a exercer as suas atividades junto aos Potiguaras, na década de 1930 cria na aldeia São Francisco, um Posto Indígena para dar assistência aos Potiguaras. Segundo Palitot (2005) “o inspetor Antônio Estigarribia se esforça em promover junto ao governo do estado um acordo sobre as terras dos antigos aldeamentos de São Miguel e Monte-Mor, criando assim as bases para a implantação do campo de ação indigenista na região” (PALITOT, 2005, p.43). Portando com a instauração do Posto Indígena se acentua cada vez mais ataques às terras indígenas assim como ao posto do SPI, que apesar do paternalismo do órgão oficial, chamando para si toda a responsabilidade na solução dos conflitos gerados pela posse da terra na fronteira norte da reserva, a ineficácia da atuação e impunidade garantida aos invasores permitiram a estes desafiar abertamente a autoridade do posto indígena (AMORIM, 1970). No ano de 1942, este posto foi transferido para o Forte, vizinho à cidade de Baía da Traição, e recebeu o nome de Posto Indígena Nísia Brasileira, subordinado à 4.^a. Inspetoria Regional, com sede no Recife (PALITOT, 2005).

¹³Relatório referente às terras ocupadas pelos índios Potiguara na Bahia da Traição, município de Mamanguape/PB e visita aos índios Carijó. SID. Assinado: Dagoberto **dt**: Castro e Silva. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 1557-1589).



Figura 4 - Um grupo de índios em São Miguel no ano de 1923, foto do relatório de Dagoberto de Castro e Silva, antes da implantação do PI Nísia Brasileira na década de 1940. Foto disponível no acervo do Museu do índio.



Figura 5 - Cemitério abandonado em São Miguel no ano de 1923, foto do relatório de Dagoberto de Castro e Silva, antes da implantação do PI Nísia Brasileira na década de 1940. Foto disponível no acervo do Museu do índio.



Figura 6 - Igreja de São Miguel no ano de 1923, foto do relatório de Dagoberto de Castro e Silva, antes da implantação do PI Nísia Brasileira na década de 1940. Foto disponível no acervo do Museu do índio.

Portanto, nas dissertações de Amorim (1970), Azevedo (1986), o livro organizado por Moonen e Maia (1992) e Palitot (2005) trazem casos de disputas pelo território indígena potiguara na época do SPI. A atuação do órgão oficial é cada vez mais no sentido de estabelecer os instrumentos de controle da população e dos recursos disponíveis na área, instituído um esquema de poder e autoridade que vai se desenvolvendo ao longo das décadas como uma situação de recorrentes conflitos em torno dos postos de mando e decisão (PALITOT, 2005). Por fim, nessa seção da primeira parte analisei como o SPI chegou no litoral norte da Paraíba, como se deu a relação do órgão oficial com os indígenas e de como as disputas e conflitos por conta das terras foram se delimitando com a chegada do SPI assim como em alguns momentos a identidade étnica passa a ser colocada em xeque pelos agentes oficiais do Estado.

1.3.2. O posto indígena Nísia Brasileira

O Serviço de Proteção aos Índios instalou o primeiro PI em Mamanguape no ano de 1932 com o nome de PI São Francisco. Paralelamente a atuação do SPI na região a Companhia de Tecidos Rio Tinto aumenta os conflitos no território indígena Potiguara, se tornando um agente importante para entender como foram se configurando esses conflitos e as novas dinâmicas que foram se instaurando na cidade e com a população indígena. Os Potiguara também empregavam a sua força de trabalho a serviço da Fábrica e com a chegada do posto passa a ocorrer uma disputa pelo controle da mão de obra indígena (PERES, 1992).

A Fábrica de Tecidos Paulista, fundada próximo de Recife por Herman Lundgren, resolveu expandir seus negócios e no ano de 1918 decide levar para Mamanguape, a 52 km de João Pessoa, a Companhia de Tecidos Rio Tinto. Em 15 de fevereiro de 1918 eram tomadas as primeiras providências em relação à posse efetiva das terras, Apolônio Gomes de Arruda, nomeado administrador do engenho Rio Tinto, com mão-de-obra local se inicia a drenagem e canalização das águas de uma lagoa para os rios Mamanguape e Preguiça, a derrubada do mato e a abertura dos primeiros caminhos. Em 1919 com o término das construções incluindo os edifícios da fábrica e casas para administradores e operários. A Companhia de Tecidos Rio Tinto começou a funcionar no final do ano de 1924 e pouco depois, Rio Tinto foi elevada a distrito de Mamanguape e em 1956 tornou-se município (AMORIM, 1976). Diante disso, a instalação da empresa repercutiu de duas formas sobre os indígenas, a primeira foi que a companhia tomou para si a posse de parte significativa do território indígena e paralelamente estabeleceu relações de trabalho com os Potiguaras (AMORIM, 1976).

As informações contidas no ofício n.º 17, datado do Posto Indígena em 1º de junho de 1940, e enviado ao diretor do Serviço de Proteção aos Índios pelo então encarregado dos postos, Vicente Ferreira Viana, o aldeamento de Monte-Mor, contíguo à reserva, foi em 1868 parcialmente dividido em lotes; os respectivos títulos foram entregues aos índios, estabelecendo-se a maior parte nos aldeamentos da vila da Preguiça. Um certo comendador Campêlo residente em Mamanguape, conseguiu, não se sabe ao certo em que época, apodera-se de cerca de 30 desses títulos. Para tanto, mandava perseguir e prender os indígenas por motivos fúteis, visitando-os depois de encarcerados e oferecendo a liberdade em troca de títulos de terra. Mais tarde, quando a Companhia de Tecidos andava em busca de terrenos para instalar a fábrica, esses títulos foram vendidos aos Lundgren.

No final de 1939 a empresa logrou expulsar da antiga vila da Preguiça as últimas famílias indígenas ali residentes (AMORIM,1976) fato denunciado pelo posto indígena através do ofício n.º 26, de 7 de agosto daqueles anos, enviado ao Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em João Pessoa: “Comunico-vos que compareceram à sede deste posto, nesta data, os índios abaixo mencionados do aldeamento de Montemor, que vieram queixar-se e solicitar providências para a coação de que estão sendo vítimas por parte da Companhia Fábrica de Tecidos de Rio Tinto, que ameaça expulsá-los de seu aldeamento, como o fez já a alguns mais tímidos”

Obtidos as terras que delimitavam com a reserva, a empresa têxtil lançou-se sobre o território indígena Potiguara. A impunidade lhe era assegurada pelo enorme prestígio advindo do seu poderio econômico. Assim é que pelo sul e pelo oeste da reserva a Companhia, seguindo o mesmo método utilizados pelos posseiros do rio Camaratuba, por vezes revestiu os marcos de limites com cimento, buscando disfarçar as suas características; outras, preferiu arrancá-los do solo e transferi-los centenas de metros reserva adentro, ou simplesmente, destruí-los. Segundo o Posto Indígena, ela ocupa cerca de 80 km² do território da antiga sesmária, terras de taboleiro e matas, repletas de madeiras valiosas. Nessas terras não foram feitas construções ou plantio de árvores frutíferas. Alguns indivíduos ali trabalham em pequenas lavouras, pagando arrendamento à Companhia e vigias armados permanentemente impediam a entrada de pessoas estranhas (AMORIM, 1976). Entre os Potiguaras a companhia de tecidos recrutou parte considerável da mão-de-obra não qualificada que empregou na construção de roçados, e na abertura e conservação de estradas e caminhos. Outra tarefa, também de relevante importância, era confiada aos indígenas: o corte de madeira nas grandes reservas florestais da área.



Figura 7 - Vista aérea da Companhia de Tecidos Rio Tinto.¹⁴

No ano de 1942 o posto é transferido para o Forte com o nome de PI Nísia Brasileira (PERES, 1992) na ideia de “modo de afastar o centro administrativo desta unidade indigenista da pressão direta dos ocupantes não-índios, pois muitos deles moravam naquele povoado.” (PERES, 1992, p. 88) assim como diminuir os conflitos relacionados à terra indígena. Uma situação recorrente nos arquivos nos quais cataloguei é a falta de verba para administrar o PI, desde a compra de merenda escolar, pinturas das cadeiras escolares, reformas no prédio do posto, no prédio das escolas. Em um memorial de 14 de junho de 1954 enviado para o deputado Fernando Nóbrega solicitando verba para o desenvolvimento da agricultura da região.

É até de estranhar que, pertecendo o S.P.I. ao Ministério da Agricultura, ainda não se tenha cogitado do aproveitamento dos nossos vales húmidos, apesar dos constantes apêlos formulados, até pelo Ministro José Américo de Almeida, numa região onde o espectro das secas impera, urge portanto, sairmos desse marrasmo, concretizando o que todo mundo afirma ser o Brasil, - um país essencialmente agrícola - , mas com uma agricultura tecnicamente orientada e mecanizada que dê uma produção com preços acessíveis nos mercados consumidores e margem de lucros e razoáveis aos produtores.¹⁵

A falta de verba se estende para todas as funções administradas pelo órgão oficial, como meu recorte é a educação, muita ocorrência do PI é referente a falta de verba, de material escolar, de fichas padronizadas para a confecção das fichas escolares. Ocorre há alguns meses não ser registrado as frequências e o dia a dia da escola por motivo de não ter as fichas. Além dessa questão material, a questão da estrutura das escolas também é algo que

¹⁴ Foto disponível em <<http://trilhasdospotiguaras.com.br/pt-br/historia/os-invasores-do-seculo-xx/>> acessado no dia 03 de dezembro de 2019.

¹⁵ Memorial para o Deputado Fernando Nóbrega. SID. Assinado: João **dt**: Facundo Filho. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 1572-1576).

chama atenção, os prédios nos quais funcionavam as escolas sem as condições mínimas para funcionar uma escola e abrigar os alunos. Na próxima sessão pretendo abordar essas questões de maneira mais aprofundada.

Diante desse contexto o órgão oficial com seu projeto de educação para os indígenas pautado nas diretrizes da política Indigenista brasileira, com o objetivo de através da educação integracionista, seria reforçado a ideia de trabalhadores nacionais e o mais importante seria o indígena passar a ser um cidadão brasileiro cristão. Nas fichas escolares das escolas Potiguaras administradas pelo S.P.I. os feriados nacionais eram dias sem aulas e com grandes comemorações, assim como os dias de feriados dos santos católicos, eram dias sem aulas e enfatizados pelas professoras nas observações das fichas escolares

Tabela 3 - Observações das fichas escolares do PI Nísia Brasileira

ANO	OBSERVAÇÕES DA FICHA	ESCOLA	PROFESSORA
DEZEMBRO DE 1949	No dia 20 deste foi encerrado o ano letivo, tendo sido entregue as provas do exame final, havendo somente duas reprovações. Com grande satisfação comunico também que no dia 8, deste mês, realizou-se a Primeira Comunhão dos alunos desta escola na capela desta aldeia. Causou grande admiração aos índios visto, ter sido a primeira vez, que tiveram a felicidade de presenciar aquele ato religioso	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
DEZEMBRO DE 1949	No dia 8 não houve aula por ter sido dia santificado. Realizou-se nesta escola a primeira comunhão dos referidos alunos mostrando muitos gostos dos pais. Como também no dia 15 do corrente realizou-se as provas finais, parte dos alunos obtiveram boas notas	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
ABRIL DE 1950	Os dias 3 e 4 foram santificados não houve aula. Frequência média diária, 54 alunos	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MAIO 1950	Foi matriculado nesta escola sob o nº 19 Francisca Cassiano no dia 16 do referido mês. Nos dias 1 e 18 não houveram aulas por terem sido feriado nacional e santificado.	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MAIO DE 1950	Nos dias 1 e 18 não houve aula por ter sido feriado e dia santo respectivamente	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

JUNHO DE 1950	No dia 8 não houve aula, por ter sido dia santificado. As aulas foram encerradas no dia 20 deste, em virtude das férias [...]	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
---------------	---	--------------------------	-------------------------

SETEMBRO de 1950	O dia 7 de setembro foi comemorado com o hasteamento da bandeira na sede do referido posto. Na ocasião saudou a bandeira o aluno do 1º ano A Manoel Miguel dos Santos e a aluna do 3º ano Maria Jose Batista. E depois desfilaram até a Baía da Traição com as escolas Municipal e dos filhos dos pescadores	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
SETEMBRO DE 1950	Comemoramos o dia 7 deste, hasteando o pavilhão nacional, na sede do Posto, com a presença de todos os alunos da Escola. No dia 27 deste, o aluno Edvaldo Trigueiro; entregou todo o material escolar que lhe fora confiado no início do ano, por motivos de não poder mais continuar os estudos.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
DEZEMBRO DE 1950	No dia 8 não houve aula por ter sido dia santificado. Foram encerrados os trabalhos escolares no dia 20 com as entregas das provas finais dos alunos do ano da referida Escola os quais foram aprovados com boas notas	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA

SETEMBRO DE 1951	O dia “7 de setembro”, foi festivamente comemorado nesta escola. Deu-se cumprimento a um interessante programa, a qual agradou a todos. No dia 21 “Dia da Arvore”, também foi comemorado, havendo o plantio de uma arvore defronte á sede do Posto, pelo ano do 3º ano José Tavares. Á tarde o sr. Agente falou a importância do “Pau Brasil”, havendo em seguida diversos recitativos destacando entre todos a “Riqueza do Brasil”, finalizado o mesmo com “Hino a Arvore”, em seguida foi distribuído entre os alunos e todos os presentes, biscoitos, doce, etc.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SETEMBRO DE 1952	Como de costume foi feita pela professora a palestra alusiva a data da Independência do Brasil e em seguida entoados os hinos da Independência Nacional. No dia 21 [...] alguns meninos recitaram poesias sobre as arvores, a primavera as flores etc, finalizando com o hino “Arvore”.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

Essas comemorações se repetiam ano após ano em todas as escolas do PI Nísia Brasileira, como já citado o objetivo maior era fazer com que o indígena se integrassem à sociedade nacional como trabalhadores e cristãos, muito diferente do que o órgão oficial dizia que seus objetivos com a educação para os indígenas eram

O respeito às tribos indígenas como povos que tenham o direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo aqueles que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podiam mudar. (FUNAI, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD, 1980)

As festividades em feriados nacionais e cristãos podem parecer ingênua numa primeira leitura, porém demonstram que é a partir dessas comemorações onde se reforça o ideal pretendido, e dessa forma com uma invenção da tradição se conseguiria chegar no objetivo final, e por tradição inventada

entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 1990, p. 9).

Essas comemorações vão estabelecer um próprio passado através da repetição obrigatória, e com o processo de ritualização através da imposição da repetição desses atos se tornam um processo de formalização (HOBSBAWM, 1990), ou seja, através das festividades nas escolas todo ano esses ritos cerimoniais dos símbolos nacionais e cristãos o SPI colocava em prática o seu projeto integracionista que inclui a adição desses símbolos e acessórios inteiramente criados como parte de movimentos e Estados Nacionais (HOBSBAWM, 1990), como o hino nacional que era sempre cantado antes de começar as aulas e nos dias de festividades dos feriados nacionais, assim como a bandeira do Brasil e uma forte personificação da Nação por meio de símbolos ou imagens oficiais (HOBSBAWM, 1990). Segundo o historiador Hobsbawm,

A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação (HOBSBAWM, 1990, p. 19).

Essa forma de inventar uma tradição encontrada pelo órgão oficial através da sua política indigenista estabelecia uma coesão social com as populações indígenas nas quais tinham contato, assim como estabeleciam e legitimavam instituições, status e relações de autoridade para com os indígenas e dessa forma conseguiam a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBSBAWM, 1990). Essas novas práticas implementadas através do integracionismo escolar apresentavam direitos e obrigações com o objetivo de colocar nos indígenas as idéias de patriotismo, dever, regras, espírito escolar,

tornando essas práticas compulsórias como cantar o hino nacional, o hasteamento da bandeira nacional nas escolas (HOBSBAWM, 1990), se tornam crucial para o reforço da mensagem e transmitir uma carga simbólica e emocional para os indígenas.

Nessa sessão através da análise da documentação coletada vai se construindo qual era o projeto de educação para os indígenas realizados pelo Serviço de Proteção aos Índios, através da educação para os indígenas se pretendia a transformação em cidadãos nacionais, trabalhadores nacionais e cristão, esse modelo se evidencia nas comemorações dos feriados nacionais, feriados católicos, eram bem enfatizados os festejos dessas datas nas fichas escolares. Enquanto isso, as escolas Alípio Bandeira e Dr. Antônio Estigarribia careciam de uma mínima estrutura física para acomodar bem os alunos, de material escolar e material didático, funcionavam apenas com o básico mesmo assim muitas fichas escolares evidenciam o total improvisado dos professores das escolas para manter as aulas de forma regular.

A questão principal é que os indígenas não aceitaram esse projeto de forma tão passiva, em pouco tempo alguns indígenas vão se formar e passar a serem auxiliar de ensino nas escolas do PI, assim como auxiliar nos serviços gerais dos prédios, seja como zelador(a), ajudar nas reformas dos prédios, dessa forma os indígenas começam a perceber que o ambiente escolar por mais que seja um projeto totalmente de cima para baixo é um palco para a reconstrução de suas identidades e não permitir o silenciamento delas.

1.3.3. As escolas do PI



Figura 8 - Aldeamento São Francisco, Posto Nísia. Escola Alípio Bandeira¹⁶

¹⁶ Foto disponível em <<http://www3.ufpe.br/carlosestevao/museu-virtual-fotoetno-busca.php>> acessado em 19 de abril de 2021.

O PI Nísia Brasileira tinha no começo de sua administração duas escolas, uma localizada no Forte a Escola Dr. Antonio Estigarribia e a outra localizada em São Francisco a Escola Alípio Bandeira. No ano de 1958 é inaugurada a Escola Coronel José Luiz Guedes localizada na aldeia Estiva Velha. Os documentos referentes à Educação Indígena do SPI em sua maioria relatam a falta de estrutura das escolas, compra de materiais para as escolas, compra de merenda escolar, conserto de cadeiras, reforma do prédio, comunicado referente a solicitação de verba para melhorias estruturais nas escolas e compra de materiais escolares.

Algumas situações relatadas nos documentos mostram a precariedade das escolas, sem condições de ministrar as aulas e comportar os alunos de maneira confortável. Principalmente a Escola Dr. Antonio Estigarribia no qual era a escola sempre com o maior número de alunos, chegando a registrar 48 alunos por dia, como mostra a observação na ficha escolar de abril de 1949 assinado pela auxiliar de ensino Eunice Brandão da Silva.

Frequência média diária – 48 alunos. [...]A situação desta escola é desanimadora, pois desde o ano passado, vem nos faltando; livros, bancos, espanadores, etc, o que mais requer urgência é um filtro. Peço humildemente, aos dirigentes do S.P.I, que se digne arranjar algumas destas coisas pedidas.¹⁷

Esse tipo de solicitação era muito comum nas observações nas fichas escolares assim como nos relatórios de ocorrências do posto. Outra situação é quando o chefe do posto vende uma vaca estéril e o dinheiro da venda foi investido na compra de materiais para as escolas do posto.

Comunico-vos que existindo no Posto uma vaca com oito anos de idade e sendo a mesma esteril, pois até aquela data nunca deu cria, vivendo a mesma a salta as cerca e arouba para roubar e destruir as lavouras dos indios e civilizados, sendo a unica que depois de feitas as cercas permaneceu destruindo, resolvi vende-la para o corte afim de comprar outra e trazia constantes aborrecimentos ao Posto. Tendo em vista que as escolas do Posto não podiam funcionar em virtude de não dispor nem sequer de um lapis ou uma folha de papel, apliquei os Cr\$ 1.050,00 da venda da vaca na compra de material para as escolas, até que venha a verba material e o senhor me arranje a referida importancia para comprar a outra vaca a não ser que o senhor consiga com a Diretoria para que seja aplicado o dinheiro da mesma.¹⁸

No dia 18 de abril de 1949, o Inspetor Paulo Rufino de Melo e Silva comunica o erro do Inspetor Souto Maior em vender uma vaca estéril e aplicar o dinheiro dessa venda na

¹⁷ Frequência escola do PI Nísia Brasileira, abril de 1949. SID. Assinado: Eunice **dt:** Brandão da Silva. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0281-0284).

¹⁸ Comunicado ao Chefe do IR4, 13-04-1949. SID. Assinado: Souto **dt:** Maior. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0267).

compra de materiais para as escolas administradas pelo PI.

O negocio começou irregular e findou irregular, parecendo que o chefe do Posto desconhece as instruções deste Serviço e não possui a menor noção de responsabilidade

1º - não podia, nem pode, negociar os bens do Posto sem previa autorização superior;

2º - não cumpriu o objetivo porque diz ter resolvido vender o animal - comprar outra para substituir a vendida - no plantel do P.I.;

3º - não podia nem pode aplicar quaisquer rendas sem autorização superior, como fez, comprando material escolar;

4º - vendendo como vendedu o animal aplicando como aplicou o dinheiro, devia, não só por princípio regular, como por lisura, ter escriturado no caixa, afim de que figurasse no balancete mensal

5º - a meu ver essa Chefia nada mas pode conseguir para remediar o erro, como pede o Inspetor Souto Maior, visto ele proprio ter resolvido tudo.

Isto posto, sou de parecer que se chame a atenção do Inspetor Souto Maior, pela irregularidade praticada e notifique-se a recolher ao Banco do Brasil a importancia correspondente ao preço da venda da vaca, consignado tudo no balancete do mês em que se verificou o negocio em apreço.¹⁹

Além das questões de falta de material para as escolas, de estruturas para ministrar as aulas e comportar os alunos. Outros acontecimentos também eram empecilhos para as escolas ficarem sem aula. O primeiro deles foi quando a auxiliar de ensino da Escola Dr. Antonio Estigarribia, Eunice Brandão da Silva foi agredida por seu companheiro, o inspetor auxiliar Sebastião Francisco.

No dia 9 do mes em apreço o Inspetor Auxiliar Sebastião Francisco, em completo estado de embriaguez espancou na sedo do Posto sua esposa a auxiliar de Ensino Eunice Brandão da Silva, a qual abandonou a Escola Dr. Antonio Estigarribia, até o presente momento, prejudicando assim o ensino dos alunos índios que estavam em vespas de prestar exames. Depois desse fato o citado insp-aux continua se embriagando, sendo prejudicial sua permanencia no Posto.²⁰

Outra situação que ocorreu na Escola Alípio Bandeira em São Francisco que é o afastamento da auxiliar de ensino, Teresa Carneiro da Cunha para ser enfermeira do posto, fazendo assim a escola ficar sem aulas e os pais dos alunos indígenas vão reclamar ao chefe do posto que além dos filhos estarem sem aula eles também gostavam do método de ensino da Teresa Carneiro da Cunha e três anos depois é anunciado a morte da mesma em 1954.

Diariamente recebo reclamação dos Índios de S. Francisco, a falta de aulas para seus filhos, que vem sendo prejudicados com a demissão inesperada da aux. de ensino Tereza Carneiro da Cunha. Por outro lado reclamam também o afastamento da referida Aux. não só pelo seu metodo de ensino, como

¹⁹ Comunicado ao Chefe do IR4, 18-04-1949. SID. Assinado: Paulo Rufino dt: de Melo e Silva. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0268-0269).

²⁰ Ocorrências do Posto, 30 de novembro de 1949. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0380).

também pela amizade depositada em seus corações. Depois de ouvir estas reclamações, prometo-lhes que seus filhos ainda experimentarão os privilégios de ensinamento de sempre.²¹

Faleceu, no dia 17 deste, em consequência de um ataque de celampsia, a auxiliar de enfermeiro deste Posto - Teresa Carneiro da Cunha.²²

Em 1956, a escola com maior número diário de presença de alunos foi a Escola Dr. Antonio Estigarribia, desaba por conta das fortes chuvas. Enquanto isso os alunos ficam tendo aula em um galpão no qual não comporta bem os alunos. No ano de 1958 que começa a construção do novo prédio da Escola e só termina em 1963, ou seja, sete anos dos alunos indígenas com aulas em um galpão não apropriado para esse fim, o maior problema era a falta de verba que desde a inauguração do posto é relatada.

29 de junho de 1956, comunico-vos desabor predio escolar de Antonio Estigarribia motivo pesadas chuvas caidas nesta zona ficando soterrado todo mobiliarios de assessorios escolar.²³

O predio da Escola "Antonio Estigarribia" que ruira no inverno de 1956, foi reconstruido faltando apenas reboco, piso e caiação, aguardando esta Inspetoria Auxiliar verba para conclusão.²⁴

Os prédios tanto da sede como do aldeamento de São Francisco estão necessitando de reparos urgentes; a conclusão do predio da Escola do "Forte" que paralisou a falta de verba, é de maxima urgencia, pois as aulas vêm sendo ministradas no galpão não acomodando bem os alunos indios.²⁵

Em janeiro de 1958 foi fundada a Escola Coronel José Luiz Guedes localizada na aldeia de Estiva Velha, porém funcionava em uma casa velha e até o ano de 1962 continuava funcionando nesse mesmo local, apesar de pedidos para serem construídos um prédio para o funcionamento adequado de uma escola.

Em visita de inspecção estive neste Poste o Dr. Raimundo D. Carneiro, chefe da I.R.-4, indo aos aldeamentos de São Miguel, São Francisco, Galêgo, Estiva Velha, onde criou uma escola para alfabetização de índios [...].²⁶

A escola de alfabetização criada pelo Sr. Dr. Raimundo Dantas Carneiro, Insp.Reg., no Aldeamento indígena de Estiva Velha, já se encontra em pleno

²¹ Ocorrências do Posto, 31 de maio de 1951. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0835).

²² Ocorrências do Posto, 31 de julho de 1954. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 1407).

²³ Ocorrências do Posto, 29 de junho de 1956. SID. Assinado: Sebastião dt: Francisco. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0544).

²⁴ Ocorrências do Posto, 31 de março de 1958. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 1983).

²⁵ Ocorrências do Posto, 30 de junho de 1958. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0380).

²⁶ Ocorrências do Posto, 31 de janeiro de 1958. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 1979).

funcionamento, com mais de trinta alunos. Foi denominada "CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES", em homenagem ao ilustre Diretor do S.P.I., digno continuador da obra de Marechal Rondon.²⁷

O posto necessita da construção de um prédio, para funcionar a Escola Coronel José Luiz Guedes, que vem funcionando em uma casa velha, de taipa coberta de palha de coqueiros, pertencente ao índio Antonio Leopoldino. Espero que este ano, seja cumprida pelo Sr. Dr. Chefe da 4ª. Inspeção o que prometeu aos índios de Estiva Velha na ocasião de sua visita aquele lugarejo em 1959, que instalou a referida Escola e determinou a Srt. Francisca Bernades para exercer a função de aux. ensino, coreendo as despesas por conta das rendas do Posto, até ulterior deliberação.²⁸

Nessa penúltima seção analisei através da documentação coletada de como o Serviço de Proteção aos Índios administrava as duas escolas vinculadas ao PI. A documentação evidencia o total descaso do órgão oficial relacionado às escolas, com falta de estrutura mínima para a realização de aulas e atividades. Assim como mostra que as escolas não foram pensadas junto com os indígenas e sim para colocar em prática o projeto de tutela do SPI, sendo a educação uma das vias de lograr êxito no projeto de transformar os indígenas em cidadãos nacionais, trabalhadores e de fé cristã.

1.3.4. As famílias, a educação e os primeiros professores Potiguaras

Dentro do levantamento dos documentos do SPI nos quais fiz o recorte apenas dos arquivos que tinham a educação como tema principal ou secundário, em um primeiro momento separei os documentos que tinham como assunto geral, a estrutura das escolas, solicitação de verba para merenda, para materiais escolares na ideia de analisar como o órgão oficial tratava a Educação para os indígenas. Nesse momento irei analisar as fichas escolares com o objetivo de entender a relação das famílias indígenas que se propunham a estarem à frente da Educação Indígena daquele período. O despertar para essa questão vem ao analisar os arquivos do órgão oficial e ter recibos de serviços realizados como zeladora, ou de outros serviços prestados às escolas do posto por indígenas, e essas mesmas famílias aparecem com muita frequência nas escolas do posto.

Nessa tabela abaixo reproduzo os nomes das famílias que mais têm alunos nas escolas, considere a partir de quatro pessoas da mesma família, separado por ano, escola e auxiliar de ensino. A tabela completa com o nome de todas as famílias no qual considere a partir de duas pessoas da mesma família reproduzidas na seção de anexos.

²⁷ Ocorrências do Posto, 31 de março de 1958. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 1983).

²⁸ Ocorrências do Posto, 29 de fevereiro de 1962. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0253).

Tabela 4 – Nome das famílias que mais aparecem nas fichas escolares do SPI

FAMÍLIA	ANO	ESCOLA	AUXILIAR DE ENSINO
CASSIANO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
BATISTA DE MELO	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
TERTO DA SILVA	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
CIRIACO DA SILVA	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
CARNEIRO	1951	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
GARDÍNO DOS SANTOS	1958	ALÍPIO BANDEIRA	EDSON LUIZ BOTÊLHO ALUCIDES
FRANCISCO BERNARDO	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
FERREIRA DA SILVA	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
MARIA DA CONCEIÇÃO	1958	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SOARES DE LIMA	1960	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
VERISSIMO DE LIMA	1960	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
ANTONIO VIEIRA	1960	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
GLIMPIO DA SILVA	1960	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX

A partir dessa tabela, e de outros documentos do SPI, existem algumas famílias que estão sempre envolvidas com a escola, seja de maneira direta ou indireta, ou seja, famílias que estão realizando serviço de zeladoria das escolas do posto, que posteriormente alguns vão ser auxiliares de ensino das escolas do PI. Ao passar dos anos crescia o número de Potiguaras ocupando as escolas do posto, desde como professores até no auxílio das reformas dos prédios do posto, dos prédios das escolas, na reforma das cadeiras e bancadas das escolas, no

transporte de materiais para as escolas, na confecção da merenda. Portanto, essas atitudes dos indígenas ocuparem as escolas pode ser uma forma de resistir a esse projeto de tutela do SPI, ter a escola como um palco para a reconstrução de suas identidades e resistir ao silenciamento de suas culturas.

É a partir da década de 1960 que vão começar a ter auxiliares de ensino indígenas nas escolas do PI, assim como é a primeira vez nos documentos que é usada a palavra professora no lugar de auxiliar de ensino. São admitidos dois indígenas como professores Miguel Ciriaco da Silva na Escola Marechal Rondon²⁹ e a Francisca Cassiano Soares na Escola Alípio Bandeira.

Virtude vossas dificuldades financeiras solicitei governador Pedro Gondim nomeação dois Professores para escolas, estamos mantendo recas Posto. Sua exelencia nomeou Miguel Ciriaco da Silva e Francisca Cassiano Soares. Solicitovos comunicardes diretor essa valiosa cooperação do Estado Paraíba ao nosso serviço.³⁰

Em junho de 1960 Joaquin Manuel Félix estudou na escola Dr. Antonio Estigarribia foi designado a ensinar na escola da aldeia Estiva Velha a Escola Coronel Luiz Guedes.

O aluno Joaquin Manuel Felix que cursou e concluiu nesta escola o Curso Primário, foi designado para lecionar na Escola Coronel Luiz Guedes na aldeia Estiva Velha pertencente ao Patrimônio Indígena.³¹

A atitude do órgão oficial em contratar professores indígenas para lecionar nas escolas do posto pode ser encarada como uma oportunidade para os indígenas, mas também uma solução mais barata pelo fato dos professores indígenas ganharem apenas uma gratificação como nos mostram os documentos. Portanto, a iniciativa de colocar professores indígenas como professores ou para fazer outro trabalho para o PI era por conta de uma mão de obra mais barata do que se tivesse que contratar uma mão de obra de um não indígena.

Na escola de São Francisco, a professora é a índia Iracy Cassiano Soares, que possui o curso ginásial feito no Instituto Moderno e no Ginásio Mathias Freire. A escola tem 78 alunos matriculados, sendo 68 de alfabetização, 5 na 1ª série, 3 na 2ª série e 2 na 3ª série. A média de frequência diária é de 75 alunos e o rendimento escolar é muito bom (a Equipe testou). É lecionado aos alunos, o trabalho manual (somente às meninas), bordados e costuras. D. Iracy ganha NR\$5,00 mensais, tendo o encarregado do Pôsto nos dito, que

²⁹ Não encontrei informações onde se localizava essa escola, existe apenas um registro de uma ficha escolar do ano de 1961 assinado pelo Miguel Ciriaco da Silva

³⁰ Telegrama do dia 28 de outubro de 1961. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0247).

³¹ Ficha escolar, junho de 1960. SID. Assinado: Eunice dt: Brandão da Silva. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0109-0130).

pretende aumentar o seu ordenado, de acôrdo com a renda do Pôsto.³² Iraci Cassiano Soares estah ensinando aos alunos indios solicito vos seja mesma adimitida relação pessoa como professora pre primaria seus vencimentos pagos renda interna e apenas uma gratificação peço vos resposta.³³

Dessa forma o SPI arquitetava a integração das populações indígenas no período que foi de 1910 até 1970 quando foi instinto e no seu lugar foi fundada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com uma proposta de um projeto de educação intercultural, bilíngue e diferenciada surge como um contraponto ao modelo colonizador do SPI, apesar de uma semelhança nas práticas e da forma de ver as populações indígenas, o projeto educacional da FUNAI se pretendia como uma alternativa aos modelos colonialistas e integracionistas assim como “estratégias de luta pela recuperação das autonomias internas parcialmente perdidas durante o processo de dominação colonial e conquista de direitos coletivos, forçando mudanças nas estruturas jurídico-administrativas do Estado” (LUCIANO, 2011, p. 17). Na próxima seção deste capítulo meu objetivo é mostrar como a FUNAI construiu esse projeto, seus objetivos e resultados alcançados durante o período que foi responsável pela implementação de um projeto de educação para os indígenas Potiguaras.

1.4. Cleide Duarte e Manoel Cassiano, os monitores bilíngues Potiguaras

A seguir apresento duas trajetórias de diferentes atores na execução dos projetos de educação para os Potiguaras. As trajetórias dos monitores bilíngues, curso promovido pela FUNAI na década de 1970 até meados da década de 1980. As trajetórias da Cleide Duarte na qual foi monitora bilíngue da FUNAI, e em seguida a trajetória do Manoel Cassiano que também foi monitor bilíngue.

Cleide Duarte foi monitora bicultural da FUNAI, atualmente aposentada, essa conversa foi realizada através do aplicativo de conversa whatsapp no dia 28 de agosto de 2020. Eu cheguei até a Cleide através de uma conversa com a Sônia Potiguara no qual a mesma mencionou que foi aluna da Cleide e ela (Cleide) foi monitora bilíngue da FUNAI e poderia me dar melhores informações sobre como funcionava esse curso, conversamos através de áudios e reproduzo a conversa a seguir:

³² Relatório geral do PI Nísia Brasileira, 17 de abril de 1965. SID. Assinado: Ney dt: Land. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0720-0727).

³³ Telegrama do dia 07 de junho de 1966. SID. Assinado: Chefe do Posto I.R. 4. (SEDOC/Museu do Índio. Microfilme 071, fotogramas 0247).

Cleide Duarte de Lima, descendente de índios Potiguaras, moradora da Aldeia Alto do Tambá. Atuou como professora na mesma aldeia na qual vive hoje e formou boa parte dos professores da Aldeia do Alto do Tambá, a antiga Aldeia Galego. Ela resume como ela como foi sua trajetória dentro da educação, começando desde cedo ensinando aos seus irmãos

Quando eu era criança, na minha Aldeia não tinha escola, a escola era distante era dois quilômetros da minha casa, então isso tudo era para andar dentro de uma vereda não era nem estrada era uma veredinha. Então meus pais tinham muita vontade que os filhos aprendessem a ler, e eu como era mais... eu sou a mais velha de uma família de oito irmãos. Então meus pais sempre pensaram no melhor para seus filhos, dar aos filhos o que eles não tiveram... então aqui na aldeia onde eu resido tinha um senhor e ele só sabia ler então meu pai pagava a esse senhor para ensinar a mim e meus irmãos mais novos do que eu. Nessa época eu só tinha três irmãos mas sou de uma família de oito irmãos...então para aprender a ler e a escrever somente, então assim aprendi a ler e a escrever. (DUARTE, 2020)

Depois desse percurso no qual aprendeu a ler, começou a estudar na recém construída Escola do Forte a Dr. Antonio Estigarribia onde estudou até concluir o ensino fundamental, ela foi aluna da professora Eunice Brandão que foi professora dessa escola durante todo o período do Serviço de Proteção aos Índios.

[...] tinha sido construída uma escola na aldeia Forte... Aldeia forte é bem aqui pertinho da minha Aldeia, fica a um quilômetro daqui da minha Aldeia. Então lá, meus pais me matricularam numa escola indígena, as escolas aqui sempre foram indígenas, foi aonde eu fiz o meu o ensino fundamental e naquela época que valia eu acho que até o segundo grau, era a professora era ótima, professora já morreu, dona Eunice Brandão, então eu aprendi a ler graças a Deus, e só fiz terminar só o ensino fundamental...aí quando eu fui para a escola, eu já tinha 9 anos de idade...9 anos...agora porque meus pais já tinha...já tinha o senhor para ensinar a gente, já sabia fazer meu nome já sabia...já conhecia as letras, já lia palavrinhas. (DUARTE, 2020).

Com os seus 21 anos Cleide começou a ministrar aulas na Aldeia Alto do Tambá que nessa época ainda tinha um grande número de pessoas sem ser alfabetizadas e ela foi a responsável de alfabetizar jovens e adultos da sua aldeia

E com 21 anos comecei a trabalhar aqui na aldeia já dando aula meu primeiro trabalho dando aula para jovens e adultos, que nessa data não tinha nem quem sabia ler aqui na minha aldeia...sabia sim só assinar o nome, então eu já com 21 anos aí consegui um trabalhinho para ensinar jovens e adultos e depois também isso aí isso era noite né

que eu ensinava aos jovens e adulto à noite aí depois viram que eu tinha capacidade para alfabetizar e assim foi e comecei alfabetizando aqui na aldeia

Durante sua jornada de alfabetizar jovens e adultos da Aldeia Alto do Tambá surgiu a oportunidade de curso em Mato Grosso promovido pela FUNAI, era o curso de Monitor Bilíngue na década de 1970

e nesta data veio um curso que era dado no sul lá para Mato Grosso e era onde também não tinha professores, então formavam um grupo de jovens, a FUNAI né...naquele tempo eu acho que não era nem FUNAI...mas no meu tempo já era, FUNAI...e aí esse curso trouxeram aqui para o Nordeste e eu fui uma das pessoas que foi convidada para fazer esse curso e equivale a antigamente o pedagógico né equivalia ao pedagógico... e eu fui convidada para fazer esse curso eu e mais 9 indígenas...e eu fui uma das contempladas né depois desse curso passou foi uma duração de 3 anos... e quando terminou o curso assim uns dois ou foi três meses aí veio uma contratação pela FUNAI para essas pessoas esses jovens verificou-se chamado monitor bilíngue que a gente naquela época não sabia a língua indígena eu não sabia mesmo nem português... então naquela, naquela época né aí nós fomos...passamos 3 anos...

Cleide se refere ao curso de Monitor bicultural promovido pela FUNAI para as populações indígenas nas quais não possuíam a língua materna, enquanto o curso de monitor bilíngue era o curso oferecido às populações indígenas que ainda possuíam a língua materna. Após o término do curso em 1976 ela foi contratada pelo órgão oficial e foi trabalhar em Palmeira dos Índios, município do estado de Alagoas. Ela retornou para sua aldeia Alto do Tambá em 1979, terminou seus estudos, começou a trabalhar como diretora e professora de uma escola na sua aldeia e em 1995 se aposentou.

Em junho de 1976 aí veio né contratação foi quando eu terminei este curso e eu com mais de mais nove...com mais novos monitores formados fomos contratados pela FUNAI que a Fundação Nacional do Índio para trabalhar nas áreas indígenas nas aldeias né várias indígena e eu vinha contratação veio para trabalhar em Palmeira dos Índios no estado de Alagoas foi eu e mais eu e outro e mais dois rapazes, um foi para Pernambuco e o outro foi para Estado da Bahia e eu fui para Palmeira dos Índios em Alagoas...então fiquei lá quatro anos por lá e vivi momentos incríveis [...] Em março de 1979 quando eu retornei a minha terra natal que é aqui na Aldeia Alto do Tambá [...] com muito esforço consegui terminar meus estudos e concluir o ensino médio...concluir o ensino médio, trabalhando e sendo dona de casa foi uma lição muito desafiadora, porém tenho muito orgulho de minha de minha trajetória de vida e de tudo o que passei para chegar até aqui [...] E em 1985 continuei como diretora e professora de uma pequena escola na minha própria Aldeia. [...] Em 1995 me aposentei e estou aposentada muito orgulhosa pela vida...pela vida. Agradeço a Deus por tudo que me deu e não me arrependo de nada pois foi um esforço do meu saudoso pai que conseguiu conquistar tudo que tenho. (DUARTE, 2020).

Manoel Cassiano também foi monitor bicultural da FUNAI, o contato dele foi passado por seu filho Robson Cassiano que eu entrei em contato através da rede social Facebook. A conversa foi realizada via whatsapp através de mensagens de texto. Manoel participou do curso de para se tornar monitor bicultural entre os anos de 1969 à 1972, fez o curso na escola Dr. Antonio Estigarribia na Baía da Traição, foi contratado para o quadro de funcionários da FUNAI em 1976.

Sou Funcionário da Funai desde 1976 e continuo na ativa função de Monitor Bilingue, curso oferecido em três etapas, de 1969 à 1972. Todo período do curso na aldeia Forte na Escola Indígena Dr. Antonio Estigarribia e os estágios feitos nas escolas municipais de Baía da Traição Antonio Zevedo e Matias Freire e os acompanhamentos feitos pelos dirigentes de cada estabelecimentos de ensino e encaminhando os relatórios a Funai. Eramos 10 cursistas, sendo duas da etnia Atikum-Pe, duas da etnia Pankararu-Pe e seis etnia Potiguar. Depois em 1976 todos foram chamados aos trabalhos, eu fui escolhido pra Atikum depois voltei pra minha etnia de origem Potiguar trabalhando nas escolas dessa aldeia Forte, Caueira, São Francisco e Camurupim. Nos afastaram da sala de aula e ficamos auxiliando nossos novos professores e auxiliando nos serviços da CLT-Forte. (CASSIANO, 2020)

Cassiano estudou na escola Dr. Antonio Estigarribia que era a escola do Serviço de Proteção aos Índios e assim como Cleide também teve aula com a professora Eunice Brandão da Silva, fez o ginásio³⁴ no Instituto Moderno em Mamanguape por mais que não tenha nas documentações do Instituto Moderno os Potiguaras também tinha acesso a essa instituição, saindo desse contexto dos órgãos oficiais do SPI e FUNAI.

Fiz o primário na Escola Dr. Antonio Estigarribia e fiz curso pedagógico na minha cidade Centro Social Sagrado Coração de Jesus Filial de Campina Grande. O ginásio da minha cidade Nicodemes Adailton Coelho Costa-Filial do Instituto Moderno de Mamanguape. Minha primeira professora Eunice Brandão já faleceu, na época do curso: Maria José Cavalcante de Melo, Inez Trindade de Souza, Maria das Neves Martins, Zenilda Cantinlia de Barros, Margarida e Santinha. Todas do estado de Pernambuco, essas foram as professoras que nos prepararam. A professora muito bem preparada, boa formatura de universidade de áreas daquelas que só passava quem aprendia. As matérias eram as mesmas Português, matemática, ciências, geografia, história, até moral e cívica. Tinha que aprender mesmo, a ortografia tinha que ser boa, bonita. (CASSIANO, 2022)

Como mencionei anteriormente nas primeiras seções quando analisei o projeto de educação do SPI, nas observações das fichas escolares era comum ter observações relacionadas aos feriados nacionais e religiosos, eram colocados relatos de como eram

³⁴ Até 1975, no Brasil, o ginásio constituía o estágio educacional que se seguia ao ensino primário e que antecede o ensino médio. Correspondia aos quatros anos finais do atual ensino fundamental.

realizados e de como era realizada as festas comemorativas, essas comemorações com caráter ufanista e religiosas nas escolas para os indígenas tinham como objetivo de criar uma identidade nacionalista e católica no indígena, o Serviço de Proteção aos Índios se baseavam suas ideias e ações em um pensamento positivista e integracionista, nesse sentido os feriados religiosos e nacionais tinham como objetivo principal fazer do indígena um trabalhador nacional e católico. O Manoel me falou um pouco como eram esses feriados.

Sete de setembro bem sucedido com desfiles de zabumba da região e depois o lanche escolar, dias das mães e dos pais presentear aos pais e recitar poesias, dia das crianças diversas brincadeiras: corrida de saco, correr com o ovo na colher, correr enfiando a linha na agulha, dramatização e etc. Depois o lanche, festas juninas, quadrilhas, disputas das escolas, cirandas, homenagear Tiradentes e descobrimento do Brasil, hasteamento da bandeira, cânticos dos hinos do Brasil da independência, da bandeira tudo isso feito com muito respeito e muita garra. Hoje você entra e sai em um estabelecimento de ensino não ver mais isso, muitos formados hoje não sabem cantar nenhum hino, é uma vergonha. Eram ótimos os feriados. Eram e são com muito respeito (feriados religiosos), são tradicionais as festas juninas, fogueiras, comidas de milho, danças tradicionais, ciranda, bumba meu boi, quadrilhas, lapinhas pastoris, festejos de padroeiros São Miguel Arcanjo padroeiro dos Potyguaras, Nossa Senhora dos Navegantes e São Padroeira e padroeiro dos pescadores. Nós indígenas, festejamos com muita fé, somos tradicionais e estamos preocupados com a covid 19 que pode prejudicar os festejos. Semana Santa temos muito respeito só nos alimentamos de peixes e crustáceos não ingerimos carnes nenhuma grande pecado. O natal muito caloroso todos com muitas comidas gostosas e o ano novo também com galinha de capoeira, porco de capoeira, churrasquinho de carne porco e umas doses que o índio não é de ferro. (CASSIANO, 2020).

Manoel Cassiano me contou um pouco da trajetória dele no curso preparatório de monitor bicultural.

Um projeto bem elaborado para qualificar pessoas para salas de aulas para cobrir as necessidades educacionais nas aldeias. Esse curso de monitor Bilingue, era um curso específico o qual foi dirigido e concluído por uma equipe de professores do quadro da Funai, realizado na Esc.Dr. Ant.Estigarribia e a Funai era responsável. Eram professoras do quadro da Funai vinham do Estado vizinho PE. Se adaptaram muito bem e todo curso foi ótimo. Uma das prof. era da Etnia Tuxá/Rodelas as outras prof. não eram índia e sim só a Zenilda Cantonila de Barro Soares. Como já expliquei éramos um grupo de 10 cursistas sendo seis da etnia Potiguara e 02 de etnia Pankararu e 02 de etnia Atikum. Em se adaptar foram rápidos e muito bem, as aulas entre alunos e professores foram formidáveis sempre com muito sucesso. Das duas partes, prof e alunos se interagiram muito bem, as aulas pot. Linguagem e a Didática da linguagem, Mat. e Didática da Mat. Enfim, todas as matérias com suas didáticas, Ciências, História, Geografia, Gramática, Física, Moral e Cívica. Aliás muito bem preparado profundamente nos deixou muito preparado de bons conhecimentos em todas as matérias, na realidade naquela época

como se fosse uma universidade. As aulas iniciavam às 7h30min e encerravam às 11h40min, retorno de 14hs às 18hs. Saí daqui da Baía da Traição em 1976, aí fui direto para o que era na época o posto indígena Atikum lá no estado de Pernambuco. Hoje é a cidade é Carnaubeira da Penha mas antes era município de Floresta dos Navios, aí eu fiquei lá até parece que 1982 não lembro bem não...de lá voltei vim direto para minha etnia Potiguara. A minha vida foi só essa mesmo aí depois vim para cá trabalhar aqui no meu...na minha tribo Potiguara e fiquei até hoje não foi mais para nenhum canto não. Agora conheci outras etnias, fui para Pankararu, conheci os Fulni-ô, Palmeira dos Índios, Xucuru...mas isso aí a gente ia só fazer visita passava um dia, passava dois dias só andar mesmo conhecer somente as outras é só isso mesmo mas para trabalhar não. (CASSIANO, 2022).

Essas duas entrevistas com Cleide e Manoel me ajudaram a entender melhor como funcionou o curso de monitor bilíngue da FUNAI, no qual eles viajaram para outras regiões conhecendo outras populações indígenas. Foi possível entender a atuação da Cleide como professora na sua aldeia Alto do Tambá, a atuação do Manoel com monitor bicultural na Baía da Traição. Aprofundar minha análise em relação às escolas do Serviço de Proteção dos Índios, de como eram as aulas, a questão dos feriados nacionais e religiosos, o ensino da professora Eunice Brandão e o contexto.

Por fim, nesta primeira parte da dissertação realizei a análise dos projetos educacionais estabelecidos desde o período colonial até o projeto tutelar do Serviço de Proteção aos Índios. O projeto educacional proposto pelas missões religiosas tinham como principal objetivo de utilizar a educação como meio de catequização dos indígenas, desde a chegada das missões em todo litoral brasileiro e se depararem com populações de costumes, crenças e com diferentes sistemas políticos, logo as populações são enquadradas como não possuírem nem fé, nem lei e nem rei. Com a expulsão dos jesuítas, a tutela das populações indígenas fica a cargo do Estado brasileiro e é criado o Serviço de Proteção aos Índios pelo Marechal Rondon para tutelar as populações indígenas. Nesse contexto o projeto de educação desenvolvido pelo órgão oficial que se mostrou bastante deficitário por pretender transformar os indígenas em cidadãos nacionais, trabalhadores e de fé cristã, com ideias positivistas e assimilacionista as escolas dos PIs eram bastante precárias como as documentações do SPI que nessa primeira parte analisei demonstrei a constante falta de materiais escolares, falta de alimentos para a preparação das merendas, falta de estrutura nos prédios das escolas.

Por outro lado, os indígenas não aceitaram essa tutela de forma tão passiva, sempre estavam ocupando a escola, seja como professores, zeladores ou auxiliando nas reformas dos prédios, sempre a frente militando em prol da demarcação do seu território, na luta contra os invasores de suas terras.

PARTE 2: DO PROJETO TUTELAR DA FUNAI A CONTEMPORANEIDADE

Nesta segunda parte buscamos mostrar primeiramente como a relação das populações indígenas do nordeste com os órgãos indigenistas se constitui de forma diferente das demais populações de outras regiões. Começando pelos processos de territorialização bem distintos, o reconhecimento como populações indígenas diante do órgão oficial que passa a exigir uma língua materna e que possuíssem o ritual do toré para se distinguir da população regional. Em um segundo momento eu analisei o projeto educacional proposto pela Fundação Nacional do Índio que se pretendia ser diferente do projeto do SPI, o atual órgão oficial tinha a finalidade de construir a imagem um tipo ideal de indígena. Ainda nessa parte, analiso a atuação da FUNAI junto com os Potiguaras, buscando analisar tanto os relatórios educacionais como as trajetórias Potiguaras que estudaram e atuaram na época em que o órgão oficial era responsável pela educação dos indígenas e por fim também trago duas outras instituições de ensino que estavam fora desse contexto de controle da FUNAI mas que também recebiam indígenas em diferentes modalidades de ensino.

2.1. Disputas e conflitos

Segundo Oliveira (2011), entre as décadas de 1850 e 1870 durante o segundo Reinado os governos provinciais no Nordeste consideraram que os indígenas estariam extintos e portanto poderiam ser destinados a usos mais produtivos (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011).

O discurso oficial e os dos mais destacados intelectuais convergiam a este respeito: não existiriam mais índios, apenas remanescentes, cujas manifestações culturais podiam ser estudadas como folclore. Índios, no sentido em que, apbs o movimento indianista, o termo passou a ser utilizado, ou seja, como sinônimo de pessoas e coletividades que antecederam a presença portuguesa, seriam encontrados apenas no Amazonas e nas regiões mais remotas do país, onde a colonização estava tão somente começando. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Nesse contexto, segundo Pacheco de Oliveira (2011) os índios no nordeste estariam vivendo no interior de uma situação colonial, sujeitos a processos de territorialização e modos de reconhecimento bem distintos. Sendo assim, um modo específico de reconhecimento de diferenças étnicas se ergue sobre cada regime de memória, portanto, os indígenas estariam longe de serem portadores de "características constantes e imutáveis, são sempre descritos por qualificativos variáveis, que podem ser inclusive antagônicos em contextos diferentes e sucessivos, pois se mantém sempre referidos a um regime de memória específico." (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, p. 12).

É no contexto de lutas e disputas pelos territórios que as populações indígenas do nordeste vão em busca do órgão indigenista para ter seus territórios protegidos e demarcados. Enquanto por um lado o SPI sempre tinha atuado com populações indígenas nas quais mantinham sob seu controle amplo dos espaços territoriais, já no caso do nordeste, os indígenas eram sertanejos pobres e não tinham acesso à terra, bem como não tinham um forte contrastividade cultural (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004). As populações indígenas no nordeste tiveram suas áreas incorporadas por fluxos colonizadores anteriores e “não diferindo muito as suas posses atuais do padrão camponês e estando entremeadas à população regional.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 20). Portanto, o SPI tinha o desafio de restabelecer os territórios indígenas “promovendo a retirada dos não-índios das áreas indígenas, desnaturalizando a ‘mistura’ como única via de sobrevivência e cidadania.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 20).

Segundo (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004) as populações indígenas do nordeste passaram por dois processos de territorialização com características bem distintas, o primeiro verificado na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII, “associado às missões religiosas; o outro ocorrido neste século e articulado com a agência indigenista oficial.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 24). O primeiro movimento:

famílias de nativos de diferentes línguas e culturas foram atraídas para os aldeamentos missionários, sendo sedentarizadas e catequizadas. Desse contingente e que procedem as atuais denominações indígenas do Nordeste, coletividades que permaneceram nos aldeamentos sob o controle dos missionários, e distantes dos demais colonos e dos principais empreendimentos (como as lavouras de cana-de-açúcar, as fazendas de gado e as cidades do litoral). Nesse sentido, a relação de aldeamentos missionários (Dantas e outros 1992:445-6) pode ser lida como uma complexa árvore genealógica, contendo cadeias sucessórias e demandas territoriais. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 24-25).

As missões religiosas foram uma ferramenta importante da política colonial, com empreendimentos de expansão territorial e das finanças da Coroa (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004). Com a Lei de Terras de 1850, inicia-se o movimento de regularização das propriedades rurais, assim como a expansão do núcleo urbano (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004). Nesse contexto que os governos provinciais vão declarar extintos os antigos aldeamentos indígenas e incorporando os seus territórios a comarcas e município em formação (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004), “pequenos agricultores suas glebas ou, por arrendamento, estabelecem controle sobre parcelas importantes das terras que, na ausência de outros postulantes, ainda subsistiam na posse dos antigos moradores.” (PACHECO DE

OLIVEIRA, 2004, p. 26). Com a destituição dos antigos territórios das populações indígenas no Nordeste no final do século XIX já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste, sem seus territórios “não são mais reconhecidos como coletividades, mas referidos individualmente como ‘remanescentes’ ou ‘descendentes’.”(PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 26). O segundo movimento de territorialização

tem início na década de 1920, quando o governo de Pernambuco reconheceu (embora consolidando ocupações posteriores) as terras doadas ao antigo aldeamento missionário de Ipanema (1705), passando-as ao controle do órgão indigenista “para que nela residia[issem] os descendentes dos Carnijos” até que pudessem ser liberados dessa tutela (Peres 1992). Os Fulni-o passam a ser chamados desde a implantação de um Posto Indígena com esse nome, mantem a sua língua {yate} e um período de reclusão ritual (o “ouricouri”), constituindo-se assim como os mais claramente “índios entre a população indígena do Nordeste. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p.).

Com o reconhecimento do território e dos indígenas Fulni-ô, vão ser sustentados dois aspectos importantes que os órgãos oficiais utilizam para reconhecer as demais populações indígenas no Nordeste. O primeiro seriam populações indígenas que mantivessem sua língua na tentativa de implementação de um contexto linguístico é onde surge os cursos de monitor bilíngue promovidos pelos órgãos oficiais, o segundo seria o ritual do toré, aspectos esses para demarcar descontinuidades culturais em face das regionais (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004), é a partir dessa perspectiva que

a política indigenista oficial exige demarcar descontinuidades culturais em face dos regionais, e assim o processo de territorialização ganha características bem distintas do que ocorreu nas missões religiosas. O ritual do toré, por exemplo, permite exibir a todos os atores presentes nessa situação interétnica (regionais, indigenistas e os próprios índios) os sinais diacríticos de uma indianidade (Oliveira 1988) peculiar aos índios do Nordeste. Transmitido de um grupo para outro por intermédio das visitas dos pajés e de outros coadjuvantes, o toré difundiu-se por todas as áreas e se tornou uma instituição unificadora e comum. Trata-se de um ritual político, protagonizado sempre que é necessário demarcar as fronteiras entre “índios” e “brancos”. Foi o que sucedeu com os Atikum, considerados como “índios” pelo SPI após um inspetor ter ido assistir a performática realização de um toré - como relatou um informante Atikum quase quarenta anos depois. Ao ver que “dançavam um toré arroxado”, o representante oficial se convenceu, passando a encaminhar o processo de reconhecimento do grupo (Grünewald 1993). (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 28).

É desde muito antes da chegada do SPI que os Potiguaras lutam pela permanência nas suas terras, essas sendo invadidas constantemente e ocupadas por não-índios. Durante a década de 1970, pressionados pela expansão da agroindústria canavieira sobre as suas terras de ocupação tradicional e observando a inação da Funai em garantir os seus direitos sobre esse território, as famílias Potiguara perceberam que, caso não agissem logo, poderiam perder

completamente o controle sobre os espaços necessários à sua vida coletiva. Contando com poucos apoios no início, os Potiguara deflagraram um movimento firme de recomposição do território havendo uma grande intensificação desse processo por parte dos Potiguaras até terem suas terras demarcadas na década de 1980 (AZEVEDO, 1986) e nos anos 2000. Assim como nesse processo de conflitos e lutas até seu fechamento no final da década de 80 a Companhia de Tecidos Rio Tinto lutou contra a demarcação e sempre acionando que os Potiguaras não eram índios “trata-se de uma espécie de gente preguiçosa, viciada ao uso de álcool e pegar no alheio” (AZEVEDO, 1986, p.83).

Na dissertação da Ana Lucia Lobato de Azevedo intitulada *À Terra Somo Nossa: Uma análise de processos políticos na construção da terra Potiguara*, a autora mostra todo o processo de demarcação das terras Potiguaras nos anos 1980 e os atores do Estado envolvidos e de como os não-índios reivindicavam as terras pertencentes aos indígenas. Distintos processos estavam ocorrendo e contribuindo para a fragmentação das terras indígenas como por exemplo a invasão de fazendeiros que se intitulavam donos dessas terras (AZEVEDO, 1986), podendo ocasionar a desorganização da vida comunitária indígena, e desse modo, a luta pela reconquista da terra, também tem sido a luta pela continuidade da existência do grupo enquanto tal. Ao mesmo tempo, em que caminhou a reivindicação territorial dos Potiguara, também caminharam os processos de reorganização da vida comunitária e cultural, reconfigurando os modos de ser indígena até então existentes (PALITOT, 2005).

Nessa seção eu analisei que a relação das populações indígenas do nordeste com a FUNAI se fez de forma diferente do que com as demais indígenas no Brasil, com processos de territorialização bem distintos e na luta pela demarcação de suas terras.

2.4. O projeto da FUNAI

Diante de um contexto de tensões e conflitos é fundada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano de 1967, a qual seria a nova responsável pela política indigenista do Estado Brasileiro. Sua constituição tem as marcas da ambiguidade de grande parte da atuação indigenista — mesclando as ideias de proteção e assimilação, tutela e integração. Marcadamente, constitui-se numa tentativa de romper com a imagem debilitada do SPI, ao mesmo tempo em que não rompe com muitas de suas práticas e modelos administrativos. Sua fundação se calcará inicialmente decerto distanciamento dos funcionários antigos e, ao mesmo tempo, de interpretações peculiares da produção analítica de Darcy Ribeiro, recuperando a ideia das etapas de integração, a formação de novos indigenistas e uma perspectiva assimilacionista da atuação estatal. Com essas perspectivas fundamentando as

ações da FUNAI, a Educação escolar indígena, promovida pelo órgão, foi marcada por continuidades e aceitação de algumas mudanças em relação ao modelo de educação proposto pelo SPI, mas, ainda, a educação era utilizada com o objetivo de uma estratégia auxiliar no processo de assimilação dos indígenas. O diferencial do modelo proposto pela FUNAI vai ser na atitude das escolas frente às línguas nativas, enquanto o SPI utilizava apenas a língua portuguesa chegando até a proibir o uso das línguas nativas, a política da FUNAI reconhece a importância do uso da língua materna para a alfabetização, incorporando-a nas séries iniciais, sendo parte de um processo que também levaria a assimilação (TASSINARI, 2008).

Nas primeiras tentativas de educação para as populações indígenas promovidas, primeiramente, pelos missionários e depois sendo desenvolvida como uma ação do Estado, tendo como órgão responsável o SPI, tiveram como modelo a tutela e a tentativa de aculturação das populações indígenas. No fim da década de 1960, se iniciam os movimentos pelos direitos humanos e o início da década de 1970 é marcado pelo clima da Ditadura Militar e pela mobilização da sociedade civil pelo fim da tutela (PALADINO, 2001). É nesse contexto que surge uma nova forma de pensar a educação escolar indígena “[...] baseada num ideário de diversidade e pluralidade cultural, tal como é concebida na atualidade: bilíngue, específica, diferenciada e intercultural.” (PALADINO, 2001, p. 7). A FUNAI desenvolve o seu projeto de educação com os modelos de escolas nas comunidades influenciado pelas ideias integracionistas de Darcy Ribeiro com fortes ambiguidades, marcada por continuidades e rupturas com o modelo do SPI. (LUCIANO, 2011). O órgão oficial manteve

a função da escola como instrumento de assimilação dos povos indígenas à sociedade nacional, mas ao mesmo tempo, diferentemente da escola do SPI que proibia o uso das línguas nativas, a escola da FUNAI reconheceu a importância do uso da língua materna para a alfabetização e séries iniciais do ensino elementar. (LUCIANO, 2011, p. 94).

O aspecto mais inovador da legislação é o reconhecimento de que os indígenas não só possuem sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, mas que, principalmente, utilizam processos próprios de aprendizagem que precisam ser considerados pela escola, assim como o espaço ocupado por elas. Assim como os distintos modos como essas escolas são levados à cabo, gerando espaços e tempos próprios de aprendizagem, a escola não necessariamente “destrói” as lógicas e experiências culturais dos povos indígenas, existindo negociações e modalidades distintas de aceitação e rejeição mais complexas do que as noções de reprodução e resistência dariam conta.

É a partir dessa necessidade de utilizar a língua materna nas séries iniciais nas escolas indígenas que a FUNAI vai estabelecer um convênio com o Instituto Linguístico de Verão (SIL), em 1969, e com a “Organização Protestante, Summer Institute of Linguistics, fundado no México em 1935, congrega linguistas preparados para grafar línguas indígenas com o intuito de realizar proselitismo religioso e traduzir a Bíblia em vários idiomas” (TASSINARI, 2008, p. 229). Nesse contexto de desenvolvimento nos estudos das línguas nativas no processo da Educação escolar indígena, juntamente com a contratação de indígenas como professores auxiliares que eram chamados de monitores bilíngues, deu início a uma mobilização indígena que resultou no desenvolvimento do “projeto da educação escolar diferenciada, bilíngue e intercultural, visando a autodeterminação a valorização das línguas e culturas indígenas e a manutenção de suas diferenças étnicas” (TASSINARI, 2008, p. 230). É interessante perceber que a autora recupera no livro de Sílvia Coelho dos Santos, a primeira experiência com uma Educação escolar indígena bilíngue que foi implementada pela missionária Ursula Wiesemann para os Kaingang, os desafios presentes e as consequências do letramento de populações não ágrafas. Neste trabalho, Sílvia Coelho acompanha um “plano de ação”, no qual o autor apresenta propostas concretas para uma política indigenista baseada nas conclusões de suas pesquisas.

Nos relatórios da FUNAI em relação à “Educação Indígena”³⁵ a atuação do órgão oficial, no campo da Educação, era dividida em duas fases administrativas e duas fases estratégicas. As fases administrativas eram distinguidas por dois períodos, o primeiro o que antecede e o segundo o que sucede à criação da Divisão da Educação. As fases estratégicas, têm como referência a implantação do ensino Bilíngue, que teve início nos anos 1970, com a criação dos cursos de formação de Monitores Bilíngue (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD). A divisão de educação funcionou por três anos, em situação precária, com falta de verba, herdando do extinto SPI uma rede escolar precária e do ponto de vista educacional deficiente, segundo a documentação oficial o foco foi em dois objetivos que seriam fundamentais, a primeira seria a capacitação de pessoas e a segunda seria a recuperação e ampliação da rede escolar (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD). Nesse contexto a FUNAI, se propunha fundamentar a “Educação Indígena”

em bases teóricas e metodológicas - biculturais e bilíngues como ainda deve assegurar a participação ativa dos elementos indígenas em todos os processos de mudança que lhe são postos como alternativas de

³⁵ Aqui o termo Educação Indígena é usado em aspas porque é como se refere os relatórios da FUNAI ao projeto de Educação para os indígenas.

integração e vida nacional (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD, p.2).

Os cursos biculturais seriam aqueles nos quais as populações indígenas não teriam mais domínio de seu idioma originário - como é o caso dos Potiguaras - e os cursos bilíngues seriam para populações indígenas que ainda possuem seus idiomas originários, nesse caso na década de 1970 e 1980 seriam os Kaingáng, Karajá, Guajajara e Xavante. O teor do relatório ainda demonstra a herança muito forte do SPI em transformar as populações indígenas em trabalhadores e “civilizados” nacionais

Potyguaras - Possuem uma subcultura peculiar que não é nem indígena, nem totalmente regional, perderam por completo sua original cultura indígena, aparentemente se comportam como os habitantes da região, sendo difícil para um observador comum distingui-los como um grupo separado. (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD, p. 4)

Nesse mesmo relatório não explicita quais os critérios utilizados para a escolha dessas populações, como se deu a participação das mesmas dentro desses projetos que se vendiam como projetos que assegurariam a participação dos elementos indígenas, e sendo um projeto de Educação para os indígenas e não uma Educação feita pelos indígenas. Foram implantados quatro projetos para Formação de Monitores Bilíngues que atingiram os grupos: Kaingáng, Xavante, Karajá e os Guajajaras.

Foram planejados, levando em consideração a diversidade e a pluralidade cultural do país, buscando incrementar sua eficiência nas situações em que se deve atuar com critérios técnicos diversificados. (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD, p.2).

A forma que a população Potiguará é descrita no relatório da FUNAI, se assemelha muito aos dois relatórios do SPI antes da instalação do posto indígena Nísia Brasileira no litoral norte da Paraíba. Colocando em xeque a identidade étnica da população Potiguará, esse tipo de olhar para uma população do Nordeste vai se refletir bastante em políticas públicas da FUNAI em para as populações nordestinas. O curso de Promotores de Educação Bicultural, com início do treinamento em 1973 com dez participantes, esse treinamento foi dividido em quatro etapas, tendo seu término na data de 19/12/1974. Abaixo reproduzo como a foi pensando esse treinamento para a população Potiguará

A Divisão de Educação integrante do Departamento Geral de Planejamento Comunitário de acordo com o Regimento interno do DGPC no Art. 12, compete a elaboração de estudos planos e projetos setoriais e regionais, referentes a:

I - Alfabetização

II - Ensino Primário

III - Iniciação e orientação profissional

IV - Formação profissional em nível médio, e/ou superior, através de bolsas de estudos

V - Recuperação, treinamento e capacitação técnica

Art. 13 - Compete, ainda, à divisão de Educação

I - Propor o intercâmbio com organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, congêneres.

II - Realizar outras tarefas, de acordo com a área de sua competência.³⁶

Ao longo da década de 1970, a FUNAI investiu em treinamentos de Monitor Bilingue e Promotores de Educação Bicultural, assim como em produção de literatura indígena, nesse quesito não se sabe como era feita essa literatura e até que ponto se tinha alguma participação das populações indígenas que teriam acesso a esse tipo de literatura. E nos relatórios o foco são os treinamentos de Monitores Bilingues deixando de lado o termo de Promotores de Educação Bicultural sendo enunciado apenas uma única vez e sem uma definição de fato do que seria, e quais seriam seus objetivos.

1974 - acontece em Belém do Pará (Janeiro/ Março) o seminário para a produção de Literatura indígena que estavam presentes: Xavantes, Kaingáng, Krahô, Guajajara, Apalai, Sataré, Kayapó, Canela, Palikur(?), Urubu e Apinajé.

1975 - Atualização e produção de literatura. Monitores bilíngues e as professoras primárias atuantes em áreas indígenas da 4ª Delegacia Regional.

1976 - de 16/01 a 13/02 acontece o 1º encontro nacional de Monitores Bilingue em Brasília - DF, participantes: Kaingáng, Karajá, Guajajara e Xavante.

1979 - de março a abril acontece um curso de aperfeiçoamento de monitores bilíngues Karajá/Javaé e professores. Foram realizados ainda juntamente com o Summer Institute of Linguistics, seminários para produção de literatura indígena³⁷

O relatório traz algumas ações da FUNAI em áreas educacionais prioritárias

- 1. Reconhecimento oficialmente de escolas*
- 2. Acompanhamento e Supervisão às escolas, com ensino regular e aos projetos de Ensino e formação de monitores bilíngue*

³⁶ (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD)

³⁷ (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD)

3. *Atender as necessidades de currículos para as escolas indígenas*
4. *Promover cursos de atualização e encontros para o corpo docente atuante (monitores/professores)*
5. *Dotar as comunidade indígenas de escolas*
6. *Estabelecer convênios com Universidades visando a formação de profissionais em linguística indígena com especialidade em Linguística Aplicada em nível de graduação.*³⁸

Portanto, teve o Curso de Promotores de Educação Bicultural com os Potiguaras em 1971 até 1973 e 1972 até 1974 a turma teve 10 concluintes, ressaltando que os Potiguaras são a única comunidade do nordeste que aparecem dentro desse circuito de cursos, sem ter uma língua. A atuação da FUNAI nas áreas indígenas, recebia ajuda de missões religiosas e órgãos estaduais e municipais que consistia no ensino basicamente do 1º grau que ia da 1ª a 4ª série, nas áreas onde o problema era a barreira linguística, a alfabetização era feita na língua materna, através do ensino bilíngue (FUNAI, 1984, DC00014A0146991SOS, FF-SED/AD). O sistema educacional da FUNAI estava constituído da seguinte forma:

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO - a nível Central: Define as diretrizes básicas para a educação, dar assistência aos Setores de Educação das Unidades Regionais, assessora os escalões superiores no que diz respeito à Educação e atua junto aos órgãos federais para provimento de carências localizadas.

SETOR DE EDUCAÇÃO DAS ARs - a nível Regional: Presta assistência técnica às escolas, planeja administra e supervisiona as ações educacionais locais, detecta as necessidades das áreas, planeja e executa treinamento de pessoal, bem como mantém a sede/Serviço de Educação atualizada com os dados e a realidade educacional da AR.

*UNIDADES ESCOLARES - a nível Local: As principais ações da educação são desencadeadas a esse nível. Mobiliza a comunidade no sentido de participar do processo educacional, identifica as necessidades, os interesses e problemas da comunidade e executa as atividades educativas previstas no planejamento.*³⁹

O projeto de educação para os indígenas da FUNAI atendia em 1984 um total de 31.949 alunos, sendo 585 escolas: 201 da FUNAI, 39 de missões religiosas, 89 do Governo e 256 das diversas prefeituras. São 879 docentes, sendo: 201 da FUNAI, 39 das missões religiosas, 89 do Governo e 256 das prefeituras. (FUNAI, 1984, DC00014A0146991SOS,

³⁸ (FUNAI, 1980, DC00014A0146969SOS, FF-SED/AD)

³⁹ (FUNAI, 1984, DC00014A0146991SOS, FF-SED/AD)

FF-SED/AD). Em relação aos Potiguaras o projeto de educação do órgão oficial ficou encarregado de duas instituições religiosas, o Instituto Betel Brasileiro e a Congregação das Filhas de Maria Imaculada Conceição.

O contrato feito com a Congregação das Filhas de Maria da Imaculada Conceição foi assinado em agosto de 1982, com o prazo fixado em dois anos, autorizava a entidade a atuar junto com a população Potiguara nas comunidades do Forte, Galego, São Francisco, Tracoeira, Jacaré de Baixo, Tramataia e Baía da Traição, sob a Jurisdição da 3.^a DR, na Posto Indígena Potiguara exercendo as atividades assistenciais como “promoção humana, serviços sociais e assistenciais: Educação, saúde e aperfeiçoamento profissional, sem a interferência nos padrões culturais Indígenas.” (FUNAI, 1982, DC00014A0149366SOS, FF-SED/AD). Para a execução desse projeto a Congregação dos Filhas de Maria da Imaculada Conceição, tinha por obrigação:

- a) - prestar aos Índios do grupo Potiguara assistência de promoção humana Integral;*
- b) - respeitar a cultura e costumes do Índio, evitando a Implementação de qualquer práticas que possam confundir ou desestruturar ou, ainda, despertar conflitos na comunidade Indígena;*
- c) - evitar qualquer Interferência nos assuntos estritamente comunitários da vida Indígena;*
- d) - prestigiar a ação da FUNAI, junto aos Índios; através das autoridades que lhe cumprem as determinações;*
- e) não facilitar a permanência no âmbito da Missão de pessoas, ainda que religiosas, consideradas "persona non grata" pela FUNAI ou pelo Índio.⁴⁰*

Em outro relatório dos anos 1980 no período de 12 à 14 de novembro, o órgão oficial visitou as aldeias de Jacaré, Estiva Velha, Tramataia, Camurupim, Tracueira e Grupiuna, localizadas na Baía da Traição e Rio Tinto na Paraíba. Durante esta visita, os indígenas abordaram suas carências de assistência médica, remédios, educação e máquinas agrícolas, denunciaram, também, o não comparecimento de funcionários da FUNAI, naquelas localidades, há mais de um ano. Aqui a FUNAI ainda segue negando a identidade indígena dos Potiguaras

A população indígena, dessa reserva, apresenta-se descaracterizada pela miscigenação racial e pelo processo de aculturação, vivendo em condições idênticas aos rurícolas da região. Grande parte dessa população é ociosa, com tendência a sempre depender daqueles que produzem. O fato de os

⁴⁰ (FUNAI, 1982, DC00014A0149366SOS, FF-SED/AD)

Índios não comercializarem suas produções, normalmente dividindo-as entre os membros da aldeia, contribui para que permaneça este quadro. (FUNAI, 1980, DC00014A0133024SOS, FF-SED/AD)

Abaixo reproduzo as tabelas produzidas pela FUNAI, após a visita das aldeias supracitadas, é importante salientar que em todas as aldeias existe a necessidade de construir ou reformar a escola, falta de material didático entre outras necessidades das populações dessas aldeias.

CONFIDENCIAL

ALDEIAS	NECESSIDADES
JACARÉ	- ESCOLA CECÍLIA GETRIGUI, da CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DE MARIA IMACULADA CONCEIÇÃO, tem como professora a Sra. CARMINDA, esposa do cacique JOSÉ LIMA. A referida escola, frequentada por 27 alunos, sofre <u>carência de material escolar da 1ª a 4ª séries</u>, bem como necessita a <u>construção de um sanitário</u>. - CASA DE FARINHA, <u>em construção</u>, aguardando os recursos prometidos pela FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), a fim de <u>concluí-la</u>. - <u>Máquinas para arar a terra</u>, visando expandir a produção agrícola, que no momento é de subsistência. (Existe uma <u>promessa do Governo da PA - RAÍSA</u> neste sentido). - <u>Atendimento Médico</u>, bem como <u>envio de medicamentos</u> para o local, uma vez que a referida aldeia fica distante do Posto de Saúde existente.
ESTIVA VELHA	- Construção de uma <u>passagem para pedestres sobre o Rio ESTIVA VELHA</u>, uma vez que no inverno os índios ficam impossibilitados de atravessá-lo para ir colher a mandioca plantada. - <u>Construção de uma escola</u>, objetivando atender não somente os índios de ESTIVA VELHA, bem como os das Aldeias de SILVA e GRUPIUNA. - <u>Máquinas para preparar a terra</u> para a expansão e diversificação da <u>lavoura</u>, a qual, atualmente, restringe-se à monocultura de mandioca.
TRAMATAIA	- Envio de <u>medicamentos</u>, pelo menos os de primeiros socorros, para o Posto Médico local, que conta com um enfermeiro. - <u>Transporte para doentes</u>, nos casos de urgência.

CONFIDENCIAL

ALDEIAS	NECESSIDADES
	- <u>Energia elétrica</u>, existente a 1 Km da aldeia, em CAMURUPIM. (Existe uma promessa da Prefeitura de RIO TINTO/PA, neste sentido). - <u>Água: tratamento e limpeza de um poço</u> recentemente aberto pelos índios bem como uma <u>bomba</u> para puxar a água. - Escola da CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DE MARIA IMACULADA CONCEIÇÃO, sob a coordenação da Irmã CELESTE, necessita de <u>banco escolares</u>. A referida Congregação atua na área há 12 anos, orientando as famílias indígenas quanto à <u>higiene, saúde e educação</u>, seguindo a ala conservadora do Clero.
CAMURUPIM	- <u>Miniposto de Saúde</u>. - <u>Estudo do solo</u>, por técnicos, a fim de serem orientados quanto às <u>culturas viáveis</u>. - <u>Máquinas agrícolas</u> para expandir a produção. - <u>Transporte para os doentes</u>, nos casos de urgência.
TRACUEIRA	- <u>Construção de uma Escola</u> para atender as 59 crianças da idade de 03 a 14 anos. Todos os habitantes são analfabetos. (Os índios oferecem a mão-de-obra para a referida construção). - <u>Adubos e combate sistemático às formigas saúvas</u>. - <u>Máquinas agrícolas</u> e orientação técnica para expandir a produção.
GRUPIUNA	- <u>Medicamentos e visita semanal de um médico</u>. - <u>Transporte para que as 20 crianças em idade escolar se desloquem até a aldeia mais próxima em que há escola</u>.

CONFIDENCIAL

Em outro relatório da FUNAI, do ano de 1982 as populações indígenas possuíam quatorze escolas, das quais, quatro funcionam em grupos escolares e as restantes em casa domiciliares ou prédios provisórios, segundo o órgão oficial as escolas apresentavam uma

grande precariedade no que diz respeito às instalações e equipamentos escolares, as quatorze escolas são municipais e da Congregação das Filhas da Imaculada Conceição. O corpo docente, era representado por 25 professoras, em sua quase totalidade, segundo a FUNAI os professores apresentavam um baixo nível de qualificação pedagógica, não ultrapassando o curso de 1º grau. A FUNAI distribui material didático e merenda escolar, quando recebe do Ministério da Educação. Este fato agrava a deficiência didática, pois ao corpo docente falta às vezes até giz ou papel, enquanto que a falta da merenda escolar contribui para esta deficiência, considerando-se a capacidade de assimilação relacionada com a carência alimentar do aluno. A natureza dos serviços ofertados em educação formal, pode ser visualizada no quadro abaixo:⁴¹

QUADRO III
EDUCAÇÃO NA ÁREA DO PROJETO

ALDEIAS	ESCOLAS EM DOMÍ- CÍLIOS E PRÉ- DÍOS PROV.	GRUPOS ES- COLARES	PROFESSORES	ALUNOS
Cumaru	01	-	03	65
Caieira	-	01	02	43
Galego	02	-	04	68
Aldeia do Forte	02	-	02	240
S. Francisco	01	01	03	57
Tracoeira	01	-	03	70
Tramataia	01	01	02	120
Camurupim	-	01	03	88
Jacaré	01	-	02	57
Estiva Velha	01	-	01	25
Laranjeira	-	-	-	-
Regina	-	-	-	-
Grupiuna	-	-	-	-
São Miguel	-	-	-	-
Silva	-	-	-	-
T O T A L	10	04	25	833

OBS: Alguns escolares das aldeias de Regina, Silva e São Miguel, deslocam-se para as escolas de São Francisco, Estiva Velha e Baía da Traição respectivamente. O potencial escolarizável das aldeias La

No relatório do ano de 1982, na parte que trata da educação, relata a construção de uma escola na aldeia São Miguel que seguiu alguns critérios como demanda de alunos em idade escolar, ausência de escola na aldeia e distância para a sede da Baía da Traição e Forte. A escola funcionava com uma turma de pré-escola, onde a professora, merendeira e servente,

⁴¹ (FUNAI, 1982, DC00014A0213456SOS, FF-SED/AD)

eram contratados pela Prefeitura da Baía da Traição e tiveram uma complementação salarial da professora e merendeira, oriundo do MEC (Ministério da Educação e Cultura). O equipamento escolar foi adquirido através do Governo Federal (MEC) e Estadual (SEC-PB).

Ainda segundo esse relatório nas aldeias de Grupiuna e Bento, tinham uma demanda elevada de crianças e dessa forma funcionou uma turma de pré-escolar, sendo que em Grupiuna esse funcionamento efetivo-se em uma palhoça, por falta de um prédio adequado, às professoras e merendeira tiveram apenas a complementação salarial do Ministério de Educação e Cultura - MEC, sem vínculo empregatício. Nas datas festivas como dia do índio, festa junina e dia da criança, eram comemorados com bastante entusiasmo, havendo grande participação das famílias aos locais em que efetivaram as citadas comemorações, em todas estas datas foram marcados pela presença de danças folclóricas e alusivas às datas em evidência. Partindo do princípio de que a formação profissional da maioria dos professores não lhe fornecesse para uma atuação segura nos aspectos de educação, nutrição e saúde, foi realizado um treinamento nesses aspectos pela FUNAI, no período de 16 junho a 16 de julho de 1982 com a participação das técnicas da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba - SEC.⁴²

No ano de 1983 foi assinado o acordo com O Instituto Betel Brasileiro no qual a instituição tinha como responsabilidade dar assistência na área da saúde e educação da população Potiguara dos aldeamentos localizados em São Francisco e Tracoeira, o prazo do contrato era de dois anos (FUNAI, 1983, DC0014A0149365SOS, FF-SED/AD). A FUNAI exigia alguns pontos para o Instituto Betel Brasileiro pudesse promover essa assistência a população Potiguara,

a) - prestar aos índios do grupo Potiguara assistência na área de saúde: consultas odontomédicas, assistência à maternidade e à infância e educação sanitária; no setor educacional: implantação e manutenção do ensino de 1º grau, e provimento de pessoal docente. Submeter à apreciação da FUNAI o calendário escolar, respeitando a época do plantio, colheita, festas e rituais.

b) - respeitar a cultura e costumes do índio, evitando a implementação de quaisquer práticas que possam confundir ou de desestruturar ou, ainda, despertar conflitos na comunidade indígena;

⁴² (FUNAI, 1982, DC00014A0236483SOS, FF-SED/AD)

- c) - evitar qualquer interferência nos assuntos estritamente comunitários da vida indígena;
- d) - prestigiar a ação da FUNAI, junto aos índios, através das autoridades que lhe cumprem as determinações;
- e) - não facilitar a permanência no âmbito da Missão de pessoas, ainda que religiosas, consideradas "persona non grata" pela FUNAI ou pelo índio: e finalmente,
- f) - remeter, semestralmente, relatório das atividades e experiências mantidas e vivenciadas, devendo constar de tais relatórios toda a atividade desenvolvida na área, bem como as realizações e benefícios executados.⁴³

O ensino bilíngue nas escolas administradas pela FUNAI só se torna oficial a partir da publicação do Estatuto do Índio de 1973, - Lei 6001/73 como uma forma de respeitar os valores “tribais” o ensino das línguas nativas nas escolas indígenas como obrigatórios (LUCIANO, 2011). O bilinguismo só começa de fato a ser discutido no final da década de 1980, considerando que as escolas indígenas estavam sob a administração de missionários, católicos e evangélicos, o ensino bilíngue previsto no artigo 47 da Lei 6001/73, como forma de respeitar “o patrimônio cultural das comunidades indígenas” acaba corroborando com os objetivos integracionistas da educação escolar oferecida pela FUNAI, como ferramenta de continuidade dos interesses civilizatórios do processo colonial estatal (LUCIANO, 2011). Sendo assim a FUNAI

convoca para o trabalho educativo nas aldeias o Summer Institute of Linguistics (SIL), que conjugando métodos lingüísticos a proselitismo religioso, colocou-se a serviço das políticas oficiais de integração dos povos indígenas à sociedade nacional, usando o chamado “bilingüismo de transição” (NOBRE, 2005). O SIL desenvolve então trabalhos com populações indígenas de número expressivo, como Kaingang (no Sul), Terena (MS) e Karajá (TO), conforme D’Angelis (2008). (LUCIANO, 2011, p. 96).

Luciano (2011, apud Borges, 1977, Dias da Silva, 1998, D’Angelis, 2008 e Meliá, 1979) afirma que o projeto de educação com parceria do SIL e outras missões religiosas no país, acaba transformando o ensino bilíngue em ferramenta para dominação e “descaracterização cultural, mantendo os mesmos objetivos civilizatórios dos primeiros catequistas: salvação das almas pagãs” (LUCIANO, 2011, p.96). O Summer, uma entidade religiosa norte-americana tinha o caráter fundamentalista e utilizava a língua nativa das populações indígenas como uma ferramenta para o aprendizado de ensinamentos bíblicos e depois o ensino do português (LUCIANO, 2011, apud BORGES, 1997), contribuindo, dessa

⁴³ (FUNAI, 1984, DC0014A0149365SOS, FF-SED/AD)

forma, para a “integração do indígena na sociedade nacional, ao destruir sua religiosidade (substituindo o panteão indígena pelo evangelho) e sua língua (impondo o português)” (LUCIANO, 2011, apud BORGES, 1997, p.19).

Por mais que tenha tido um lado importante na atuação do SIL no projeto de educação das populações indígenas no Brasil, onde o bilinguismo adotado deu uma certa visibilidade às línguas indígenas e instaurou a educação bilíngue em algumas escolas indígenas (LUCIANO, 2011) porém o instituto utilizava as línguas como ferramenta de dominação religiosa e compactuava com a integração dos índios à comunhão nacional, em detrimento de suas culturas, tradições e processos étnicos históricos. Esse bilinguismo adotado pelos missionários do SIL tinha o único objetivo de utilizar instrumentalmente a língua indígena para facilitar a comunicação com os indígenas e assim facilitar a compreensão e a aceitação dos programas tanto dos missionários quanto do Estado brasileiro (LUCIANO, 2011). Os interesses dessa parceria tinham em comum “de ambas as partes pela dominação dos indígenas. Deste modo, a utilização das línguas não significava algum tipo de valorização das línguas, mas sua instrumentalização ideológica.” (LUCIANO, 2011, p. 97).

É no contexto da pré-constituição de 1988, que começa a desenvolver ações voltadas à garantia dos direitos indígenas. Nesse cenário, começam a ser difundidos os primeiros cursos de formação de professores indígenas, tendo como meta a elaboração de materiais didáticos nas diversas línguas e em português e uma renovação curricular em todas as áreas do conhecimento. No Acre e em outras regiões do Brasil começam a ser oferecidos de maneira contínua os primeiros cursos de formação de Professores Indígenas, portanto “os professores indígenas vêm tentando reagir às condições anteriores impostas pelas escolas das agências que atuam no contato, reforçando as suas vozes agora na qualidade de autores” (MONTE, 2000), salientando a importância do professor indígena nesse processo de construção da Educação escolar indígena.

Tal qual em outros momentos, trata-se de experiência pontual que não reflete a atuação da FUNAI em todo país, particularmente nos postos indígenas do Nordeste, locais em que a questão da língua indígena nativa está longe de ser um tema fundamental na Educação escolar indígena, a não ser para marcar a ausência dela e a pobreza dessas populações, outra questão que chama a atenção quando se discute Educação escolar indígena até os dias de hoje.

Nesse cenário, que começa a se desenhar na parte final da década de 1970, diversos grupos e associações começam a articular uma pauta visando assegurar a garantia mínima de direitos aos indígenas, como terra, saúde e educação. Antes da aprovação da Constituição Federal de 1988, os movimentos indígenas já faziam pressão ao Governo Federal para o

reconhecimento da diversidade cultural do país. Portanto, é a partir da Constituição de 1988 que o Brasil começa a ser pensado como dotado de uma diversidade étnica, sobre a qual seriam desenvolvidas políticas públicas para reconhecerem e garantirem essa diversidade, garantindo direitos diferenciados. Já em 1996, é aprovada a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir daí a educação escolar indígena passa a ter prerrogativas diferenciadas da educação nacional.

2.4.1. A NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL A PARTIR DOS ANOS DE 1990

Nosso intuito é analisar a atuação da FUNAI até o final da década de 1980, com o contexto das trajetórias aqui analisadas e da documentação coletada nos acervos da FUNAI trouxeram acontecimentos da década de 1990 e 2000 na qual o contexto é marcado pelas questões e debates sobre interculturalidade, multiculturalidade, identidades étnicas e nesse caso não temos o objetivo de analisar de forma mais profunda esse período. Para Tassinari (2008), a década de 1990 é o divisor de águas na história da Educação escolar indígena, pois é a partir dessa data que, segundo a autora, se tem os desdobramentos concretos da constituição de 1988. Nesse cenário, as escolas indígenas são definidas como diferenciadas, bilíngues e interculturais. Portanto, as comunidades indígenas teriam garantido a liberdade de definir projetos pedagógicos e curriculares que “[...], no entanto, têm que ser reconhecidos pelo Ministério da Educação de modo a garantir aos alunos a continuidade de seus estudos” (TASSINARI, 2008, p. 233). Mesmo sendo a leitura de Tassinari peculiar a certos contextos nos quais os movimentos e populações indígenas obtiveram algum sucesso, ainda é uma política marcadamente colocada em diretrizes e normas e não disseminada como prática de Estado.

O principal desafio das políticas públicas voltadas para a Educação escolar indígena se refere à dificuldade de reconhecer a legitimidade dessas pedagogias nativas, daí a importância da política de formação e contratação de professores indígenas considerando que serão mais propensos a utilizarem as estratégias próprias de ensino e aprendizagem ou ao menos respeitá-las nas escolas indígenas (TASSINARI, 2008, p. 234). Precisa ser considerada toda a história da comunidade, o aspecto cultural, a demanda por Educação Escolar, o currículo das disciplinas diferenciadas e, de acordo com o contexto de cada comunidade, quem vai construir a Educação Escolar e quem irá ministrar as aulas. Desafia-se a pensar que nesses cenários em que a identidade indígena é sempre colocada em dúvida pelos não índios, ainda se cobra das populações nativas que vivessem como seus antepassados. “Qualquer utilização de elementos da cultura branca, inclusive da tecnologia, é tida como elemento que questiona o ser indígena”

(LIRA; BATISTA, 2016, p. 125). O aprendizado e a utilização de novas técnicas não fazem com que o índio deixe de ser índio, “a identidade indígena não se perde, pelo contrário, se reafirma sob múltiplas formas, ao contrário da demanda social de que sejam ‘tão-somente índios’ desvinculados do mundo atual” (LIRA; BATISTA, 2016, p. 125). Lira e Batista (2016) também colocam a escola indígena como um cenário importante para a construção de uma identidade indígena. É desafiador pensar que, nesse contexto, se imagina, mas ainda não se consegue pôr em prática, uma política estatal que realmente considere o planejamento, as diferenças e as singularidades de uma política de Estado para a educação.

Acompanhando a própria falta de sistematização do tema, têm-se muitos relatos que remetem aos processos singulares, sem conseguirem tornar isso nada além de projetos pilotos de intervenção. Esses, muitas vezes, têm a qualidade de acompanhar situações históricas, mas projetam sua replicação para contextos e situações muito distintas. Para que a Educação escolar indígena possa ser pensada como uma política sistêmica do Estado brasileiro, faz-se necessário sistematizar a diversidade e tornar tais práticas reflexivas cotidianas na atuação estatal e não episódica, como se caracterizou o planejamento estatal indigenista em grande parte do período republicano.

Já na década de 1990 a FUNAI desenvolveu um novo plano de trabalho para os Potiguaras, de acordo com o documento de 1992⁴⁴ seria ações voltadas para as áreas de Educação, saúde e produção, esse plano de ação seria desenvolvido no anos de 1993 e atenderia aos seguintes itens:

- *Fornecimento de material didático pedagógico;*
- *Capacitação de Recursos Humanos;*
- *Manutenção e ampliação da rede escolar;*
- *Implantação de farmácias básicas escolares;*
- *Atendimento ao estudante carente com bolsa de estudo;*
- *Biblioteca Escolar.*⁴⁵

De acordo com esse plano de trabalho, no ano de 1992 a população indígena na faixa etária de 06 a 14 anos era de aproximadamente 1.486 (cadastramento domiciliar FNS/FUNAI/07/1992) onde grande parte deste contingente não frequenta escola, pela falta de vagas ou outros fatores. A rede escolar indígena era composta de quatro escolas contando ainda a área indígena com dezesseis escolas municipais e a sede do município da Baía da Traição com três escolas que também atende ao grupo Indígena. O professorado é composto por treze professores da FUNAI, quarenta e oito do Município e treze do Estado. A

⁴⁴ (FUNAI, 1992, DC00014A0253990SOS, FF-SED/AD)

⁴⁵ (FUNAI, 1992, DC00014A0253990SOS, FF-SED/AD)

justificativa do órgão oficial para implementar essas ações para a população Potiguar seria a devido a situação socioeconômica do grupo e também, a falta de infraestrutura da região para atender e capacitar o estudante indígena. A FUNAI visava com a implantação desse programa iam garantir ao alunado condições mínimas para o aprendizado desenvolvendo ações de suma importância para o desenvolvimento escolar. Esse plano de ação, tinha como objetivos:

- *Atender as unidades escolares através da distribuição de material didático e pedagógico, visando melhorar o nível do ensino - Aprendizagem do aluno de 1º grau menor Potyguara.*
- *Proporcionar assistência aos professores da área, através da distribuição de material didático e pedagógico, para uso exclusivo do professor, atuando na melhoria do nível de ensino.*
- *Capacitar os professores e monitores a fim que os mesmos tenham condições de desenvolver com consciência nas atividades educacionais elevando o nível de ensino/aprendizado*
- *Promover melhorias/Manutenção/ampliação na rede escolar.*
- *Mobiliar/manter as escolas indígenas.*
- *Prover as unidades escolares de farmácia básica, visando atender os alunos indígenas com primeiros socorros.*
- *Suprir a falta de condições financeiras, possibilitando o acesso ao segundo grau, cursos profissionalizante e superior.*
- *Equipar a aldeia Sede (Forte) a fim de atender os estudantes na área da pesquisa e fornecer material bibliográfico aos professores e servidores do PI Potyguara.*⁴⁶

Foram colocadas algumas metas na execução desse plano, o que mostra que a FUNAI não estava preocupada em ouvir as populações indígenas, entender a real necessidade dos Potiguaras, assim como não foi realizada (ao menos nos documentos não se tem registro) de nenhuma conversa com a população Potiguar, para que os mesmos dessem sua contribuição e colocasse nesse plano de ação suas reais necessidades, o modelo de escola que eles queriam, a forma como seria ministrada as aulas, o material didático que seria utilizado.

- *Aquisição e distribuição de material didático com o alunado (Em especificação e quantitativo na memória de cálculo).*
- *Aquisição e distribuição de material didático pedagógico com o professorado (em especificação e quantitativo na memória de cálculo).*
- *Capacitação através de curso semestral (02/ano) 75 professores que atuam na área indígena.*
- *Manutenção de 20 (vinte) unidades escolares.*
- *Construção de 03 escolas com 02 salas de aula nas aldeias Forte, Camurupim e Brejinho.*
- *Implantação de 20 (vinte) farmácia básicas (ver memória de cálculo).*
- *Concessão de 30 (trinta) bolsas de estudo para cobrir despesas com pagamento de anuidade e Material didático de alunos do 2º grau, profissionalizante e curso superior*

⁴⁶ (FUNAI, 1992, DC00014A0253990SOS, FF-SED/AD)

- *Implantação de 01 (uma) Biblioteca (ver material e quantitativo na memória de cálculo).*
- *Recursos humanos necessários: 3 professores⁴⁷*

No ano de 2005 deu início ao processo de produção do Livro Os Potiguara pelos Potiguara, promovido pela FUNAI por meio do Setor de Educação. Essa ação vem junto com um plano de atividades que se propunha a construção de uma escola que atendesse aos reais interesses da comunidade indígena. Portanto, segundo relatório da FUNAI⁴⁸ o objetivo principal da disponibilização desse material específico, que até então constitui uma lacuna na escola Potiguara, necessita de uma atenção especial para construção de um ensino específico, diferenciado e de qualidade. A elaboração do livro "Os Potiguara Pelos Potiguara" foi fruto de um trabalho intensivo com os professores, estudantes Potiguara e colaboradores, que acreditam em mudanças e lutam pela realização de tornar realidade o que preconiza a legislação, da educação escolar indígena. Esse material foi pensado para ser utilizado nas vinte e oito escolas indígenas no ano letivo de 2005, foram impressos mil e quinhentos exemplares do livro. Segundo a FUNAI

Acreditamos ser importante a publicação do livro "Os Potiguara Pelos Potiguara". Este material foi confeccionado num processo que envolveu toda a comunidade, a fim de que ele pudesse ser utilizado por várias escolas potiguara, podendo ser bem aproveitado nas aulas de história e educação ambiental, sendo que este tema - o do meio ambiente - os preocupa bastante. "Os Potiguara Pelos Potiguara" é um livro que retrata e reflete sobre a cultura e as tradições Potiguara de uma forma otimista e confiante. Como ressalta a professora potiguara Iolanda Mendonça, esta obra "busca reverter as versões negativas do desrespeito e discriminação", utilizando-se de uma "pedagogia da busca, do desafio, do encontro, da esperança, da realização e da transformação". Além disso, tecnicamente está bem elaborado. Utiliza gravuras feitas pelos próprios alunos, retratando as histórias contadas ao longo do livro, o que o torna visualmente muito bonito. Pensamos também que a construção de livros como este pode se tornar um instrumento pedagógico muito eficiente já que mobiliza os estudantes a pensarem a sua história criticamente, a partir de um diálogo que parece ser estabelecido com professores e demais colaboradores, e analisarem sua situação presente de uma forma que sintam-se participantes dela. (FUNAI, 2005, DC00014A0022326SOS, FF-SED/AD)

Com esse panorama dos documentos cedidos pela FUNAI, relacionado ao período no qual o órgão esteve com a responsabilidade de administrar a educação para os indígenas analisei como a FUNAI desenvolveu um projeto de educação para os indígenas Potiguaras na década de 1970 e 1980 mostrando as diferenças entre os projetos anteriores e as semelhanças,

⁴⁷ (FUNAI, 1992, DC00014A0253990SOS, FF-SED/AD)

⁴⁸ (FUNAI, 2005, DC00014A0022326SOS, FF-SED/AD)

assim como a mudança lenta e gradual da visão e forma de tratar a educação para os indígenas.

Nas próximas seções apresento outros projetos de educação nos quais os Potiguaras participavam, como o Instituto Moderno no qual foi fundado na cidade de Mamanguape em meados de 1949 e funciona até hoje, também existia a Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren em Rio Tinto fundado em 1944 e funcionou até 1967. Os documentos relacionados a esses outros projetos são bastantes escassos e por conta da pandemia da COVID-19 se tornou difícil acesso ao acervo dessas instituições, porém algumas dissertações nos ajudaram a entender o funcionamento desses projetos de educação de maneira geral porém sem informações de como os Potiguaras tiveram acesso a essas instituições e se teve algum processo diferenciado para acolhimento dos indígenas.

2.5. O Instituto Moderno

Em 12 de fevereiro de 1949 foi fundado na cidade de Mamanguape o Instituto Moderno, com o objetivo de fundar um estabelecimento de ensino normal e ginásial que funcionou em suas dependências do Curso Normal Regional de Mamanguape e o ensino primário, teve como seus idealizadores José Pedro Nicodemos, Adailton Coelho Costa, Sebastião Alves Lins, Djalma de Araújo Barbosa e Moacir Nóbrega Montenegro (SOARES, 2016). Segundo Soares (2016) com a criação do Instituto Moderno, que nasce com a Escola Normal Regional de Mamanguape como uma estratégia para trazer formação de professores ao interior do litoral norte paraibano. O principal idealizador, o professor José Pedro Nicodemos buscava “consolidar o educandário no município mamanguapense, vislumbrando-o como mola propulsora do progresso, da modernidade e garantindo o acesso à educação aos jovens.” (SOARES, 2016, p.94)

Soares (2016) afirma que o grupo no qual fundou o instituto estava imbuído por um sentimento otimista de que a educação seria uma chave importante para o processo de modernização da sociedade, a qual fazia parte, tinham o objetivo de que este espaço educacional trouxesse para o município de Mamanguape a elevação econômica e cultural que “outrora a mesma perdera. Inscrevendo, sempre que possível, o discurso de que esta instituição foi forte influência para o desenvolvimento da sociedade mamanguapense.”(SOARES, 2016, p.105)

Segundo Soares (2016) essa instituição foi desde o início aos dias de hoje, abrigo de instituições de ensino, funcionou nas suas instalações várias modalidades educacionais, outras instituições que continham uma organização própria e conviviam no mesmo

espaço, segundo Soares (2016, apud Costa, 1986) o Instituto Moderno

se tornou também mantenedor de uma escola de segundo grau – Escola Técnica de Comércio “Carlos Dias Fernandes”, tendo-se ainda a sua Escola Normal Regional – transformado numa Escola de Formação de Professores – inclusive com aperfeiçoamento através de estudos adicionais. Com exceção do Ginásio Matias Freire, encampado pelo Colégio Estadual de Mamanguape, hoje Colégio Ruy Carneiro, todos os estabelecimentos mencionados e mantidos pela sociedade educacional – Instituto Moderno - continuam em pleno funcionamento. (SOARES, 2016, apud COSTA, 1986, p. 101 e 102).

Atualmente o instituto atende as modalidades de Ensino Infantil, Fundamental, Médio e desde os anos 2000, funcionam cursos superiores ministrados pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, com sede em Sobral – CE. Segundo Soares (2016) antes das instalações físicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus Litoral Norte não estavam prontas, o Instituto Moderno acolheu as primeiras turmas em suas dependências, dando continuidade a sua característica de instituição que abriga outras instituições, tal qual, o fez desde sua fundação (SOARES, 2016).

2.6. Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren

A Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren foi fundada em 1944 e recebeu sua primeira turma em 1946, essa instituição tinha como principal objetivo a educação profissionalizante voltada para a formação de operários. Eram ofertados cursos com duração de 36 meses com formação “nas áreas de metal, madeira e têxtil, com destaque para os ofícios de Torneiro Mecânico, Marceneiro e Serralheiro Ajustador” (MORAIS, 2011, p. 52), segundo Moraes (2011) a trajetória da escola foi marcada pela história da fábrica e pelo ciclo de vida dos operários que dela fizeram parte, dessa forma “a formação do operário em Rio Tinto visava à transmissão da cultura de fábrica por intermédio da educação sistematizada pelo SENAI com fins de disciplina e controle.” (MORAIS, 2011, p. 55) .

A escola de aprendizagem funcionou na Rua da Tijuca, S/N, Bairro Centro, Rio Tinto - PB, na avenida principal na entrada da cidade. A escola funcionava em instalações adaptadas de uma galpão com 1.335,99 m² o prédio abrigava

gabinete do diretor, secretaria, biblioteca, sala de recreio, sala de desenho, duas salas de aula, galpão da fiação e tecelagem, galpão extenso que acomodava a sala de máquinas, oficina mecânica e marcenaria, nesse espaço escolar ainda havia vestiário e

banheiros. É importante salientar que essa estrutura física funcionava como um departamento da fábrica e nela havia máquinas, ferramentas e mobiliário para o desenvolvimento de suas atividades educacionais. Esse espaço com sua configuração apresenta a arquitetura pedagógica da escola que se dividia em aulas teóricas e práticas. O local das aulas práticas com sua extensão permitia o olhar atento dos professores no intuito de preservar a ordem e disciplina durante as aulas (MORAIS, 2011, p.58).

O diretor da escola Rogé Maciel Pinheiro segundo Moraes (2011) implantou as bases estruturais da escola voltadas para à formação de indivíduos eminentemente do sexo masculino por conta dos ofícios oferecidos para o trabalho na fábrica, com uma forte disciplinarização (MORAIS, 2011). Convém ressaltar que esse espaço era dividido com quatro mulheres, três professoras do curso preparatório para o processo seletivo de ingresso na escola e uma secretária. Portanto, segundo Moraes (2011, apud Marques, 2006) a Companhia de Tecidos de Rio Tinto

pretendia formar operários bem selecionados e bem treinados, pois eles poderiam render o máximo e aumentar a fabricação de produtos para o setor fabril; logo a formação desses aprendizes operários iria transformá-los em sujeitos produzidos para o trabalho, via cursos planejados e executados sob a ótica da fábrica. Essa vertente ideológica dos industriais nos apresenta parte da cultura escolar do SENAI de Rio Tinto, que era a disciplina rígida, pautada na figura que se desejava do operário: trabalhador, apto, higienizado e disciplinado. (MORAIS, 2011, p.62)

Nas seções 2.5 e 2.6 analisei os projetos de educação para os Potiguaras, outras instituições de ensino que também faziam parte do cenário educacional da Baía da Traição, Rio Tinto, Mamanguape e Marcação. As informações aqui analisadas se resumiram apenas a algumas dissertações sobre essas instituições, porém, os Potiguaras não são mencionados em nenhum desses estudos, o que dificulta o maior entendimento do acesso da população indígena a essas instituições. Nas próximas seções apresento as trajetórias da Sônia Barbalho e da ex-prefeita Nancy Cassiano.

2.7. Sônia Barbalho Potiguara

Maria Sônia Barbalho Potiguara, nascida na aldeia Alto do Tambá, antiga aldeia Galego, é professora da Escola Indígena Pedro Poti na aldeia São Francisco há 15 anos. Ela é a atual presidenta da OPIP (Organização de Professores Indígenas Potiguaras) começou sua trajetória na educação aos 14 anos na Aldeia Lagoa do Mato como auxiliar de uma professora enquanto cursava o ensino médio. Graduada do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (ProLind), da Universidade Federal de Campina Grande, graduada em Estudos Sociais pela

Universidade Estadual da Paraíba — UEPB, Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú — UVA e Pós graduada em Gestão, Coordenação e Supervisão Escolar pela Faculdade João Calvino. Já lecionou na aldeia Laranjeira, aldeia Tracoeira, na aldeia Alto do Tambá. Também trabalhou na Escola Estadual Matias Freire onde passou um bom tempo da sua trajetória nessa escola.

A OPIP é a Organização dos Professores Indígenas Potiguaras criada no ano de 2004, Sônia foi escolhida para ser presidenta da organização pelos professores dos municípios de Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto. A organização hoje tem uma demanda de onze escolas indígenas estaduais, assim como as escolas do município. O trabalho da Sônia na presidência da OPIP tem sob sua responsabilidade as escolas estaduais, e também acompanha os trabalhos das escolas municipais, o trabalho da OPIP é acompanhar algo sobre a Educação Escolar Indígena na parte de formação, esse acompanhamento tem como objetivo a melhoria do aprendizado dos professores indígenas nas escolas, assim como junto com os professores garantir um bom desempenho para as escolas indígenas.

Sônia desde sempre se engajou na luta pela valorização da questão cultural, da questão étnica, esteve à frente pela luta da implantação do currículo das escolas indígenas, por um calendário próprio, pela implantação de disciplinas como antropologia, sociologia e filosofia antes das escolas convencionais terem implantado. Sempre lutando pela autonomia das escolas indígenas como professora indígena, assim como lutando pela garantia da legislação no qual assegura aos indígenas a autonomia de fazer algo de acordo com sua demanda. Sônia tem dedicado sua luta por uma educação específica e diferenciada, assim como na permanência dos alunos indígenas nas universidades e institutos federais e estaduais da Paraíba, também faz parte da sua pauta a manutenção das estruturas das escolas assim garantindo a qualidade do ensino nas escolas indígenas.

Atualmente Sônia enquanto professora indígena enfatiza sua luta pela garantia dos direitos indígenas, assim como busca trazer para as escolas indígenas a valorização cultural, ela considera a escola um espaço de luta e de resistência, onde é trabalhado com os alunos que os Potiguaras são os verdadeiros donos da terra, com o objetivo de combater os estereótipos dos indígenas que ainda hoje perduram na sociedade. Dessa forma ela constrói diariamente ferramentas para combater o preconceito dentro dos espaços ocupados pelos indígenas, como por exemplo as universidades federais e estaduais. Sônia juntamente com outras lideranças Potiguaras lutam por uma escola específica e diferenciada na Paraíba, tiveram um primeiro avanço com a construção de duas escolas indígenas a Escola Pedro Poti à qual Sônia é

professora há mais de 15 anos e a Escola Cacique Iniguaçu, essas escolas têm feito um trabalho específico e diferenciado uma conquista do movimento indígena que desde a década de 1970 e 1980 veio se fortalecendo para que o indígena tivesse o mesmo espaço do que o não indígena. A partir da Organização de Professores Potiguaras Sônia esteve à frente na conquista da categoria Escolas Indígenas, um assento representativo no conselho regional de educação do estado da Paraíba a 14ª Região de Ensino na cidade de Mamanguape. Por fim, Sônia tem lutado e resistido frente aos desmontes do atual governo, com o seu trabalho frente à OPIP e na escola Pedro Poti dando exemplo de luta e resistência Potiguara.

2.8. Iracy Cassiano

Iracy Cassiano, é descendente de uma grande família de caciques com sobrenome Gomes, Santana e Cassiano, são famílias que se estendem em cada aldeia do litoral norte. Foi parteira e enfermeira da FUNAI hoje aposentada. Na década de 1990 foi a primeira prefeita indígena do município da Baía da Traição, o cacique geral Manoel Santana, um dos líderes potiguaras que conseguiu de Getúlio Vargas o reconhecimento de índios para os remanescentes locais, era seu tio. Também é prima de outro saudoso cacique, Daniel Santana, pai de Marcos Santana, prefeito duas vezes de Baía da Traição, tinha como vice outro indígena, Marcos Santana, no qual foi chefe do Posto da Funai.

Nancy, focou seu mandato incremento à pesca e a agricultura, incrementou o artesanato indígena e incentivou o turismo no município da Baía da Traição. Na década de 1990, Nancy foi a única mulher indígena do Brasil a se candidatar ao cargo de prefeita pelo PDS. Tinha como vice o então chefe do posto da FUNAI Marcos Santana e forte apoio nas comunidades de pescadores, apoio do João Batista Faustino, ex-PMDB e cacique da Aldeia São Francisco na década de 1990.

Também foi a vereadora mais votada em 1982, suas campanhas não receberam apoio financeiro. Nancy conseguiu se eleger com forte apoio nas comunidades de pescadores e durante seu mandato, destaca-se a ideia de aproveitar os frutos regionais - mangaba, caju e coco - em pequenas indústrias caseiras, para render divisas e gerar empregos, no seu primeiro ano de atuação, segundo um censo da FUNAI, ter realizado 301 partos. Nancy tem destaques em movimentos indígena diversos. Com destaques na saúde, território, educação. Sempre lutando por melhorias para seu povo Potiguara.

Nessa segunda parte da dissertação analisei no primeiro momento a relação das populações indígenas no nordeste com o órgão oficial que foram estabelecidas de maneira

diferente das demais populações indígenas. Começando pelos processos de territorialização bem distintos, o reconhecimento como populações indígenas diante do órgão oficial que passa a exigir uma língua materna e que possuísem o ritual do toré para se distinguir da população regional. No caso do nordeste, os indígenas eram sertanejos pobres e não tinham acesso à terra, bem como não tinham uma forte contrastividade cultural (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004). As populações indígenas no nordeste tiveram suas áreas incorporadas por fluxos colonizadores anteriores e “não diferindo muito as suas posses atuais do padrão camponês e estando entremeadas à população regional.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 20)

No segundo momento analisei a partir da documentação cedida pela FUNAI, os relatórios educacionais da década de 1970 até meados da década de 1980. O projeto educacional da Fundação Nacional do Índio, um projeto que se pretendia ser diferente do projeto tutelar do SPI. O projeto da FUNAI tinha como valorização o ensino da língua materna das comunidades, porém sua atuação indigenista mescla as ideias de proteção e assimilação, tutela e integração não muito diferente do projeto tutelar do Serviço de Proteção aos Índios. Também analisei outras duas instituições educacionais dentro do território indígena o Instituto Moderno localizado em Mamanguape e a Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren localizado no município de Rio Tinto, por mas que as pesquisas sobre essas instituições não mencionem o ingresso dos Potiguaras porém as entrevistas apontam que os indígenas estudaram nessas instituições.

Por fim, apresentei a trajetória da Sônia Barbalho Potiguara, atual presidenta da OPIP, professora Indígena da Escola Pedro Poti há 15 anos, tem atuado na garantia dos direitos indígenas e na valorização cultural e na resistência Potiguara, a segunda trajetória é da Iracy Cassiano, ex-prefeita da Baía da traição sendo a primeira Indígena eleita prefeita na década de 1990. Trajetórias que me ajudaram a entender os desdobramentos dos projetos educacionais nos quais os Potiguaras foram submetidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa discussão, que não se encerra aqui, visto a dimensão do debate e agentes envolvidos, reflito em alguma medida sobre as questões colocadas, que de alguma maneira situam parte de minha trajetória e dos assuntos que foram surgindo ou foram sendo apresentados durante minha formação na Universidade Federal da Paraíba. Tive como objetivo nesta pesquisa analisar os projetos educacionais nos quais os Potiguaras foram submetidos.

Para isso, desenvolvi uma etnografia nos arquivos do Serviço de Proteção aos Índios disponíveis no acervo online do museu do índio, nos relatórios educacionais da década de 1970 até meados da década de 1980 da FUNAI. Esse trabalho foi complementado pelas entrevistas com dois monitores bilíngues Cleide Duarte e Manoel Cassiano na qual me ajudaram a entender melhor como funcionavam os cursos de monitores bilíngues, como o SPI administrava as escolas do PI Nísia Brasileira. Outras duas trajetórias foram fundamentais para o entendimento dos desdobramentos dos projetos educacionais na década de 1990, a presidenta da OPIP Sônia Barbalho Potiguara e a ex-prefeita da Baía da Traição Iracy Nancy Cassiano.

As populações indígenas sempre enfrentaram uma situação de exclusão e marginalidade que desde o começo da colonização, sempre foram mantidas, sempre submetidas a uma forte e direta tutela (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Dessa forma, as populações indígenas no Brasil foram transformadas, antes livre e autônoma, em subalterna através de um processo indissociavelmente bastante violento e arbitrário por conta de interesses econômicos dominantes, como a apropriação da terra, a obtenção de mão de obra, junto com a consolidação de uma estrutura de governo (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Segundo Oliveira (2016) esse processo “chamado de forma eufemística de “pacificação” – que correspondia à fabricação de um permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 17).

Nessa dissertação eu analisei os projetos educacionais nos quais os Potiguaras foram submetidos desde a época das missões religiosas. Começando com o projeto educacional das missões religiosas, pretendia utilizar a educação para catequização das populações indígenas, o interesse em aprender as línguas maternas dos indígenas eram para traduzir a bíblia e facilitar e acelerar a catequização. Com a expulsão das missões religiosas do território brasileiro o Estado delega a função da tutela das populações indígenas para o Serviço de

Proteção aos Índios o modelo de educação proposto tinha como objetivo a sedentarização de um povo assim como envolvia “cultos cívicos, aprendizado de trabalhos manuais, técnicas da pecuária e novas práticas agrícolas”. Pressupunha também novos cuidados corporais, como o uso de vestimentas e o ensino de práticas higiênicas.” (FUNAI,1980) e esse investimento na educação tinha o foco em transformar os indígenas em trabalhadores nacionais (LIMA, 1995).

Diante de um quadro de denúncias que culmina com a extinção do SPI e a criação da FUNAI, de certa medida vai continuar e ao mesmo tempo descontinuar o modelo tutelar promovido pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O projeto educacional da FUNAI estava voltado para a valorização da língua materna, e tinha um tipo de ideal de indígena que se assemelha aos indígenas do norte. As trajetórias aqui analisadas trouxeram exemplos na prática de como esses projetos funcionavam na prática e quais foram os desdobramentos políticos dessas tutelas, assim como evidencia a luta e resistência dos indígenas diante desses projetos mostrando que as populações indígenas não aceitavam esses projetos de forma pacífica.

Em um cenário de luta dos movimentos indígenas e indigenistas a favor do reconhecimento da diversidade do Brasil ainda no período da ditadura militar, e de certa forma uma pressão da sociedade nacional para que os direitos das minorias fossem reconhecidos, a pauta da educação se fortalece. Aos poucos se constitui em um dos carros chefes na luta dos movimentos indígenas. A luta seria agora como construir uma educação que abarcasse o contexto de cada comunidade, a história, cultura e quem seria os responsáveis em construir essa educação.

Desta trajetória de lutas, de aprofundamento de conhecimento, mas também de demandas e tentativas de construção no nível governamental, a Educação Escolar Indígena acaba se constituindo como ponto central no cotidiano e nas políticas indígenas. Deste cenário se construindo e a tentativa de compreendê-lo que se construiu este meu primeiro esforço de pesquisa e síntese, este mesmo que me faz perceber a importância de melhor conhecer cotidianamente e que se constituirá em meu próximo passo, do entendimento antropológico do cotidiano dos professores indígenas, dilemas, processos e questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Paulo Marcos de. Índios Camponeses: Os Potiguaras De Baía da Traição. 1970. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1970.
- AZEVEDO, Ana Lucia Lobato de. A TERRA SOMO NOSSA: Uma análise de processos políticos na construção da terra Potiguara. 1986. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- BENITES, Tonico. A Escola Na Ótica Dos Ava Kaiowá: Impactos e Interpretações Indígenas. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BRAGA, Emanuel Oliveira. Histórias indígenas e mitos restauradores :os Potiguaras entre santos, festas e ruínas / Emanuel Oliveira Braga. –2019.403f.: il.; 30 cm.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. A Sociologia do Brasil Indígena. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972. v. 1. 149p .
- CANTERO, Angela López. A educação escolar indígena Potiguara da Aldeia Três Rios. 99f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2015.
- CORRÊA, José Gabriel Silveira. A ORDEM A SE PRESERVAR: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena krenak. 2000. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COMAROFF, J & COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica. Tradução de Iracema Dulley e Olivia Janequine. IN: Proa - Revista de Antropologia e Arte [on-line]. Ano 02, vol.01,n.02,nov.2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: História, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 158 p.
- DIAS JUNIOR, Claudio Santiago; VERONA, Ana Paula. Os indígenas nos censos demográficos brasileiros pré-1991. Revista Brasileira de Estudos de População, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 1-9, 16 maio 2018. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0058>. Disponível em <http://www.sbpnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/3307.htm>. Acessado em 22 de julho de 2021.
- FARIAS, Elaine S. de; *et alii* (2010). Rompendo barreiras da exclusão através de suas crenças. Universidade Federal da Paraíba- UFPB.
- GONÇALVES, Carlos Barros. Até aos confins da terra : o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização dos povos indígenas / Carlos Barros Gonçalves. – Dourados : Ed. UFGD, 2011. 288 p. : il.
- HOBSBAWN, Eric (org.). Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Cap. 1. p. 9-23.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. "Reconsiderando o poder tutelar e formação do estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais". In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI: Textos, imagens, documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011. p. 201-211

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/MN-UFRJ. Rio de Janeiro, 1985.

SOUZA LIMA, Antonio de Carlos de. *UM GRANDE CERCO DE PAZ: poder tutelar, indianidade e formação do estado no brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 366 p.

LIRA, André Augusto Diniz; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. O conhecimento, sua construção e a identidade indígena: Representações sociais do professorado Potiguar. In: LIRA, André Augusto Diniz; MIRANDA, Marly Medeiros de; BRITO, Suerde Miranda de Oliveira (Org.). *Revisitando o diálogo em representações sociais e educação*. Campina Grande: Edufeg, 2016. Cap. 4. p. 117-147.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *EDUCAÇÃO PARA MANEJO E DOMESTICAÇÃO DO MUNDO ENTRE A ESCOLA IDEAL E A ESCOLA REAL: os dilemas da educação escolar indígena no alto rio negro*. 2011. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Introdução: Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Argonautas do Pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 17-34.

MONTE, Nietta Lindenbergh. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. *Cad. Pesqui.*[online]. 2000, n.111, pp.7-29. ISSN 0100-1574.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Matriz (Org.). Os Potiguaras e o Serviço de Proteção aos Índios. In: MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Matriz (Org.). *Etnohistória dos índios Potiguaras*. João Pessoa: Sec/pb, 1992. Cap. 2. p. 183-236.

MORAIS, José Jassuipé da Silva. *EDUCAÇÃO ENTRE TORNOS, NOTAS E SALÁRIOS: escola de aprendizagem coronel frederico lundgren rio tinto/pb (1944-1967)*. 2011. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, João Pacheco de. Prefácio. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 7-44.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 13-42.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). Apresentação. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e projetos de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 9-18.

PALADINO, Mariana. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ENTRE A “REVITALIZAÇÃO CULTURAL” E A “DESINTEGRAÇÃO DE MODO DE SER TRADICIONAL”. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/MN-UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

PALITOT, Estêvão Martins. Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. 2005. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PERES, Sidnei Clemente. Arrendamento e Terras Indígenas: análise de alguns modelos de ação indigenista no nordeste (1910- 1960).. 1992. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 3-15, ago. 1989. Tradução é de Dora Rocha Flaksman. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

POLLAK, Michael. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, p. 200-212, maio 1992. Conferência foi transcrita e traduzida por Monique Augras. A edição é de Dora Rocha.. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

ROSADO, Vingt-Un. MOSSORÓ: edição especial aos 169 anos de emancipação política de mossoró. 2. ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2014. 272 p. Disponível em: <https://www.omossoroense.com.br/wp-content/uploads/2021/03/MOSSORO.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SANTOS, P. L. dos, & Silva, E. D. da. (2017). Além do arco e flecha: a construção étnico-identitária a partir da educação bilíngue indígena Potiguara-PB. Revista Espaço Acadêmico, 17(199), 49-58. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/37842>

SANTOS, P. L. dos.; SILVA, E. D. da. A educação escolar indígena como fortalecimento da identidade cultural dos Potiguara da Paraíba/Brasil: considerações iniciais. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 105–113, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661506>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SILVA, M. A. T. da; SILVA, E. J. L. da. Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas. Roteiro, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 1–20, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i2.17496. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17496>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SILVA, Aracy Lopes da. Por que discutir hoje a Educação Escolar Indígena? In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.). Comissão Pró-índio: A questão da Educação Escolar Indígena. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 11-14.

SILVA, Patrícia Karla Ferreira e. Educação escolar indígena: uma análise a partir da perspectiva da sexualidade e gênero no município indígena de Baía da Traição/PB. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em serviço social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, Patrícia Karla Ferreira e. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE E GÊNERO NO MUNICÍPIO INDÍGENA DE BAÍA DA TRAIÇÃO/PB. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7217/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

SILVA, Jaqueline Higino da. EDUCAÇÃO INDÍGENA: A importância da Educação Indígena na Cultura e Tradição das Comunidades Potiguaras. 2017. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/297197261.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

SILVA, Maria Alda Tranqueline da; SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas. Roteiro, [S.L.], v. 44, n. 2, p. 1-20, 5 jul. 2019. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.18593/r.v44i2.17496>.

SOARES, Maria Valdenice Resende. CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social. 2016. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. Ilha Revista de Antropologia, [s.l.], v. 10, n. 1, p.218-244, 16 ago. 2008. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

VINUTO, Juliana. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, 22(44). <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

ANEXOS

ARQUIVOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

NÚMERO	NOME DO ARQUIVO	ANO	TIPO	ASSUNTO
1	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	21-12-1942	RECIBO	Recibo de compra de materiais escolares para a escola do posto Nísia Brasileira.
2	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	18-06-1943	RECIBO	Recibo de serviços de reparos na escola do posto Nísia Brasileira.
3	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	xx-xx-1944	INVENTÁRIO	Descrição do Material Escolar do posto Nísia Brasileira.
4	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	11-12-1946	RECIBO	Recibo de serviços de reparos na Escola do posto Nísia Brasileira, realizado por MANOEL FERREIRA GODRILHO (?)
5	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	25-05-1948	RECIBO	Recibo de serviços de concerto em carteiras escolares da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA do posto indígena Nísia Brasileira, realizado por JOSÉ JANUARIO DE SILVA (?)
6	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	16-06-1948	RECIBO	Recibo de alimentos para a merenda escolar destinado a escola do posto Nísia Brasileira.
7	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	30-08-1949	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Solicitação de material de limpeza para a escola do posto Nísia Brasileira.
8	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	31-12-1949	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Descrição da festa da Nossa Senhora da Conceição com a participação dos alunos da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA e DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA organizado pelas auxiliares de ensino TEREZA CARNEIRO DA CUNHA e EUNICE BRANDÃO DA SILVA.

9	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 001	05-11-1931	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	Descrição do Povo Potiguar.
10	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	03-04-1949	TELEGRAMA	Comunica a venda de uma vaca estéril. O dinheiro da venda da vaca foi investido na compra de material escolar para as escolas do posto Nísia Brasileira que não estavam funcionando por falta de material.
11	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	15-04-1949	COMUNICADO	Comunica o erro do Inspetor Souto Maior ter vendido a vaca e aplicado o dinheiro na compra de material escolar.
12	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	31-03-1949 30-04-1949 31-05-1949 30-06-1949 31-07-1949 31-08-1949	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pela auxiliadora de ensino TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
13	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	30-09-1949 31-10-1949 30-11-1949 15-12-1949 30-12-1949	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pela auxiliadora de ensino TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
14	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	31-05-1950	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registro de recebimento de querosene para a Escola noturna do Estado, que funciona no prédio da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA. Registro da necessidade de fardamento e material escolar para a escola do posto.
15	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	30-06-1950	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registro da necessidade de material escolar para a escola do posto Nísia Brasileira.

16	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	30-09-1950	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registro da comemoração de 7 de setembro pelos alunos das Escolas pertencentes ao SPI.
17	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	30-11-1950	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registro da agressão do Auxiliar inspetor do posto Nísia Brasileira, Sebastião Francisco a sua esposa EUNICE BRANDÃO DA SILVA, auxiliar de ensino da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARIBIA.
18	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	Sem data	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registro dos exames realizados pelos alunos das Escolas do Posto Nísia Brasileira.
19	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 002	28-02-1950 31-03-1950 30-04-1950 31-05-1950 20-06-1950 31-07-1950 31-08-1950	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pela auxiliadora de ensino TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
20	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 003	31-08-1950 30-09-1950 31-10-1950 30-11-1950 31-12-1950	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pela auxiliadora de ensino TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
21	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 003	18-07-1950	TERMO DE AVALIAÇÃO	Compra de carteiras escolares.
22	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 004	18-07-1950	TERMO DE AVALIAÇÃO	Compra de um quadro negro como cavalete.

23	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 004	15-09-1950	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de limpeza da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA por TERESA ANA.
24	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	18-10-1950	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de limpeza da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA por ALARA FRANCILINA DA SILVA.
25	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	05-12-1950	COMUNICADO	Registrando o envio do mapa escolar da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA e não foi enviada a da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA por conta do afastamento da auxiliar de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
26	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	16-11-1950	TELEGRAMA	Comunica o abandono da auxiliar de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA devido a agressão sofrida pelo inspetor auxiliar do posto SEBASTIÃO FRANCISCO e é solicitado a vinda do Inspetor para solucionar o caso.
27	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	10-01-1951	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade da construção de uma escola em Tramataia.
28	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	xx-02-1951	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica o reparo de 10 carteiras escolares, o envernizamento e substituição de novos bancos.
29	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	28-02-1951	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica o começo das aulas na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA com 50 matriculados e na ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA com 40 matriculados, superando o número maior do que o ano de 1950.
30	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	31-03-1951	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registra as reclamações do índio de São Francisco pela falta de aula na escola por conta da demissão da auxiliar de ensino TEREZA CARNEIRO DA CUNHA.

31	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	30-06-1951	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registra a situação do posto indígena e do comportamento dos índios.
32	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	29-09-1951	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registra a comemoração do 7 de setembro e palestra feita pela auxiliar de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
33	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	29-09-1951	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Continuação do registro da comemoração do 7 de setembro do ano de 1951.
34	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	02-04-1951	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA realizado por ANA POÍFIRA DA CONCEIÇÃO
35	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	15-05-1951	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por Naide Cassiano.
36	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	12-09-1951	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
37	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	30-01-1951	TELEGRAMA	Comunica que a auxiliar de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA pretende iniciar a matrícula de índios na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA
38	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 005	07-03-1951	COMUNICADO	Comunica o comportamento dos índios no Posto Indígena Nísia Brasileira.

39	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	28-02-1951 31-03-1951 30-04-1951 31-05-1951 20-06-1951 31-07-1951 31-08-1951 30-09-1951 31-10-1951 30-11-1951 15-12-1951	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pela auxiliadora de ensino TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
40	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	xx-01-1952	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica o reparo feito em 12 carteiras escolares, constatando o colamento e envernizamento.
41	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	29-02-1952	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica as matrículas realizadas na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA com o número total de 43 alunos.
42	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	31-12-1952	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a visita do governador José Américo de Almeida para a inauguração do GRUPO ESCOLAR MATIAS FREIRE.
43	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	31-07-1952	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA realizado por ANA POIFIRA DA CONCEIÇÃO
44	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	06-03-1952	RECIBO	Recibo proveniente da compra de material escolar

45	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	12-11-1952	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
46	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	31-01-1952	COMUNICADO	Comunica a falta de verba para comprar material escolar visto que o ano letivo estava para começar e solicita a autorização de usar a verba interna do Posto.
47	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	12-12-1952	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA realizado por ANA POIFIRA DA CONCEIÇÃO.
48	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	26-01-1952	RECIBO	Comunica o recibo de CR\$3,000,00 para compra da merenda escolar.
49	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	12-07-1952	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
50	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	31-03-1952 30-04-1952 31-05-1952 30-09-1952 31-10-1952 30-11-1952 15-12-1952	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pela auxiliadora de ensino TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
51	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 006	17-11-1952	COMUNICADO	Comunica o fim do ano letivo e a festinha realizada para a entrega das provas, presentes para os que mais se esforçaram
52	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	31-12-1954	COMUNICADO	Comunica a falta de impressos padronizados para confecção de avisos e frequência escolar

53	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	28-02-1953 30-03-1953 30-06-1953 31-07-1953 31-08-1953 30-09-1953 31-10-1953 30-11-1953	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pela auxiliadora de ensino TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
54	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	30-04-1953	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
55	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	31-07-1953	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
56	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	30-10-1953	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
57	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	30-09-1953	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
58	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	30-11-1953	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
59	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	31-12-1953	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.

60	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	31-10-1953	COMUNICADO	Comunica o expediente mensal do posto
61	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	31-10-1953	COMUNICADO	Continuação do comunicado anterior.
62	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	31-07-1954	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a morte de TERESA CARNEIRO DA CUNHA.
63	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 007	30-11-1954	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a falta de impressos padronizados deixando assim de se remeter os mapas escolares
64	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	30-11-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
65	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	05-04-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA realizado por CLEIDE TEIXEIRA
66	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	05-04-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de reparo na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por ANANIAS BEZERRA DOS SANTOS
67	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	31-03-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
68	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	30-04-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.

69	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	31-07-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
70	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	30-01-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
71	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	27-02-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
72	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 008	31-07-1954	RECIBO	Recibo proveniente da compra de material escolar.
73	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	30-09-1954	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
74	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	28-02-1955	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
75	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	14-07-1954	MEMORIAL	História do posto Nisia Brasileira e solicitação de verba para o posto.
76	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	30-06-1955	RECIBO	Recibo de compra de tecido azul para as escolas.
77	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	30-06-1955	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.

78	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	31-03-1954 30-06-1954 31-07-1954 31-08-1954 30-09-1954 30-10-1954 30-11-1954	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola do posto Nísia Brasileira, assinada pela auxiliadora de ensino OLÍVIA BRASILEIRO DA SILVA.
79	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	31-08-1956 xx-09-1956 31-10-1956	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequências escolares da Escola DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA
80	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 009	30-09-1955	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
81	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	14-07-1956	REQUERIMENTO	Relação dos assalariados que constam na folha de pagamento do mês de dezembro de 1949. Consta o nome das auxiliares de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA e TEREZA CARNEIRO DA CUNHA
82	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	31-01-1956	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
83	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	30-11-1956	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA assinada pela auxiliadora de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
84	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	30-04-1956	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
85	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NÍSIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	29-02-1956	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.

86	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	29-02-1956	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
87	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	03-08-1956	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por NAÍDE CASSIANO.
88	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	31-01-1957	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Solicita a reconstrução do prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, que desabou em junho de 1956.
89	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 010	31-12-1957	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a visita do padre Isidoro Pires de Souza e missa realizada no Natal e lembrança da primeira missa realizada no Brasil.
90	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	31-03-1958	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica que até a presente data não chegou qualquer verba para terminar a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
91	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	30-09-1958	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA ALIPIO BANDERA realizado por ANA PERFIRIA e assinado por JOSÉ PEDRO BATISTA.
92	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	31-01-1958	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registra a ida de Dr. Raimundo D. Carneiro e por ele criado uma escola para alfabetização de índios.
93	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	31-03-1958	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registra a escola criada por Dr. Raimundo Dantas Carneiro em Estiva Velha com o nome de ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, onde se encontrava em funcionamento com mais de 30 alunos. Registra também a reconstrução do prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, no qual cederia no inverno de 1956.

94	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	30-06-1958	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Registra a conclusão do prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA. Alunos tendo aula em um galpão.
95	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	07-01-1957	COMUNICADO	Registra compra de material escolar.
96	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	12-04-1957	COMUNICADO	Registra palestras escolares sobre raça na história do Brasil.
97	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	30-04-1958	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade de reforma nos prédios do posto para não acontecer o que aconteceu no prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, que ruiu por falta de concertos gerais.
98	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	30-09-1957 31-10-1957 30-11-1957	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA assinado pela auxiliar de ensino EUNICE BRANDÃO DA SILVA, EDSON LUIZ BOTELHO DE ALMEIDA.
99	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	30-10-1957	CENSO DEMOGRÁFICO INDÍGENA	Registra o censo demográfico indígena do ano de 1957.
100	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 011	31-04-1958	RECIBO	Registra a compra de 300 cadernos escolares para a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
101	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	30-06-1958	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador na ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA realizado por ANÍTO PORFIRA
102	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	30-05-1958	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de PROFESSOR na ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, realizado por FRANCISCO B. DA SILVA.

103	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	30-10-1958	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de pedreiro realizado no prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por VICENTE F. DE FARIAS
104	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	31-10-1958	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de transporte de materiais de acabamento do prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA realizado por MANUEL APRIGIO LIMA.
105	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	31-10-1958	RECIBO	Recibo proveniente de quatro fotografias do prédio recém construído da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
106	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	30-09-1949	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica o dia da árvore comemorado pelos alunos das escolas.
107	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	31-09-1949	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a visita nas escolas de DR. HERMILO XIMENES e de sua esposa.
108	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	26-05-1959	COMUNICADO	Comunica o envio do Programa Educacional Indígena.
109	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	31-05-1960	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica o recebimento de um exemplar do Programa Educacional Indígena e quatro exemplares para Registro Escolar.

110	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	28-02-1959 31-03-1959 30-04-1959 31-05-1959 30-06-1959 31-07-1959 31-08-1959 30-09-1959	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pelo auxiliar de ensino EDSON LUIZ BOTELHO DE ALMEIDA. ESCOLA VICENTE FERREIRA VIANA assinado por MARIA JOSÉ DOS SANTOS. ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES assinado por FRANCISCA BERNADO DA SILVA. ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
111	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	28-02-1958 31-03-1958 30-04-1958 31-05-1958 30-06-1958 31-07-1958 31-08-1958 30-09-1958 31-10-1958	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado pelo auxiliar de ensino EDSON LUIZ BOTELHO DE ALMEIDA. ESCOLA VICENTE FERREIRA VIANA assinado por MARIA JOSÉ DOS SANTOS. ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES assinado por FRANCISCA BERNADO DA SILVA. ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
112	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 012	xx-11-1960	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica que estar sendo feito reformas na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
113	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	19-09-1960	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como auxiliar de ensino na ESCOLA VICENTE FERREIRA VIANA, assinado por FRANASEU BERNADO DA SILVA.
114	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	31-05-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como auxiliar de ensino na ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX.

115	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	20-10-1960	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como auxiliar de ensino na ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX.
116	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-07-1960	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como zeladora na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA, assinado por ANA POFIRA.
117	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-04-1960	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por ANA POFIRA.
118	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-11-1960	RELATÓRIO	Relatório do movimento da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado pela PROFESSORA EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
119	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	12-12-1960	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de auxiliar de PROFESSORA na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por RAIMUNDA SOARES MACENA.
120	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	12-05-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço a ESCOLA VICENTE FERREIRA VIANA, assinado por MARIA JOSÉ DOS SANTOS,
121	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	22-06-1961	RECIBO	Recibo da relação de material escolar fornecido as escolas do posto.
122	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	31-03-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como auxiliar de ensino na ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX.
123	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	07-05-1961	RECIBO	Recibo de ficha de frequência escolar.

124	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	31-03-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como zeladora na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA, assinado por ANA POFIRA.
125	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-07-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por MARIA AVELINA.
126	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-11-1960 31-10-1960 30-09-1960 31-08-1960 31-07-1960 30-06-1960 31-05-1960 30-04-1960	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar da ESCOLA ALIPIO BANDEIRA assinado pelo auxiliar de ensino EDSON LUIZ BOTELHO DE ALMEIDA. ESCOLA VICENTE FERREIRA VIANA assinado por FRANCISCA BERNADO DA SILVA. ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX. ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
127	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-04-1960	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por RAIMUNDA SOARES.
128	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	31-03-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de zeladora na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por MARIA NEVES.
129	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-11-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de PROFESSOR PRIMÁRIO na ESCOLA MARECHAL RONDON, assinado por MIGUEL CIRIACO DA SILVA.
130	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	01-07-1961	RECIBO	Recibo referente a compra de material escolar.

131	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-71_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	02-07-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de auxiliar de ensino na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA, assinado por FRANCISCA CASSIANO SOARES.
132	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	02-07-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como auxiliar de ensino na ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX.
133	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	02-07-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço de auxiliar de ensino na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA, assinado por FRANCISCA CASSIANO SOARES.
134	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	31-03-1961	RECIBO	Recibo proveniente ao serviço prestado como auxiliar de ensino na ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX.
135	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 013	30-11-1960 31-10-1960 30-09-1960 31-08-1960 31-07-1960 30-06-1960 31-05-1960 30-04-1960 30-03-1960 28-02-1960	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar da ESCOLA ALIPIO BANDEIRA, assinado por FRANCISCA CASSIANO SOARES ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX. ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA. ESCOLA MARECHAL RONDON, assinado por MIGUEL CIRIACO DA SILVA.

NÚMERO	NOME DO ARQUIVO	ANO	TIPO	ASSUNTO
136	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	29-08-1961	TELEGRAMA	Informa a paralização das escolas.

137	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	28-10-1961	TELEGRAMA	Solicita a contratação de dois PROFESSORES para as escolas. MIGUEL CIRIACO DA SILVA e FRANCISCA CASSIANO SOARES.
138	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	28-02-1962	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Solicita a construção de um prédio, para funcionar a ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, que vem funcionando em casa velha, de taipa coberta de palha de coqueiros, pertencente ao índio ANTONIO LEOPOLDINO. A referida escola funciona nesse local desde 1959 com a auxiliar de ensino FRANCISCA BERNADES.
139	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	30-05-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
140	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	30-04-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
141	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	10-04-1962	RECIBO	Recibo referente a compra de material escolar.
142	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	05-06-1961	TELEGRAMA	Informa que FRANCISCA CASSIANO SOARES agora é a auxiliadora de ensino da ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA.

143	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	31-10-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
144	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	31-07-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
145	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	28-19-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
146	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	30-06-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
147	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	30-05-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora da ESCOLA ALIPIO BANDEIRA e da enfermaria, realizado por ANA PORFIRA.
148	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	11-12-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOÃO RAIMUNDO DOS SANTOS.
149	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	12-12-1962	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.

150	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	17-09-1962	RELAÇÃO	Relação dos prédios existentes no Posto Indígena Nisia Brasileira.
151	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	31-08-1963	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica que o posto precisa de 32 carteiras escolares para a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
152	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	xx-05-1963	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica o melhoramento na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
153	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	30-11-1963	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a urgência na compra de carteiras para a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, com a iminência de fechar a escola.
154	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	31-03-1962 30-04-1962 31-05-1962 30-06-1962 31-08-1962 30-09-1962 31-10-1962 30-11-1962	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar referente a ESCOLA CORONEL VICENTE FERREIRA VIANA, assinado por FRANCISCA BERNARDO DA SILVA. ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA. ESCOLA CORONEL LUIS GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIZ.

155	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	28-02-1963 31-03-1963 30-04-1963 31-05-1963 30-06-1963 31-07-1963 31-08-1963 30-09-1963 30-11-1963	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar referente a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
156	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	02-09-1963	RELAÇÃO	Relação dos prédios existentes no Posto Indígena Nisia Brasileira.
157	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	02-09-1963	RELAÇÃO	Relação dos prédios existentes no Posto Indígena Nisia Brasileira.
159	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	02-09-1963	RELAÇÃO	Relação dos prédios existentes no Posto Indígena Nisia Brasileira.
160	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	25-03-1963	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zelador e trabalhador avulso da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
161	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 014	25-02-1963	RECIBO	Recibo proveniente do serviço prestado de auxiliar de ensino na ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES, assinado por JOAQUIM MANUEL FELIX.

162	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	xx-03-1964	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a reabertura das Escolas das Aldeias São Francisco e São Miguel.
163	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	01-08-1964	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade de material escolar em geral e reforma na Escola do Forte e da Aldeia de São Francisco.
164	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	01-04-1964	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade de material didático em geral, banco escolares para todas as escolas e um quadro negro para a escola de São Miguel.
165	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	01-07-1964	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade de material didático em geral, reforma na Escola do Forte e da Aldeia de São Francisco.
166	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	xx-01-1965	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a reforma no Grupo Escolar.
167	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	01-07-1964	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade de material didático em geral, reforma na Escola do Forte e da Aldeia de São Francisco.
168	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	01-03-1965	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade de material didático em geral, carteiras para os alunos e reforma na Escola do Posto e da Aldeia de São Francisco.

169	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	31-03-1964 30-04-1964 31-05-1964 01-06-1964 20-06-1964 31-07-1964 01-08-1964 31-08-1964 30-09-1964 31-10-1964 30-11-1964	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar referente a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA E FRANCISCA CASSIANO SANTOS. ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado por IRACY CASSIANO SOARES e MIGUEL CIRÍACO DA SILVA. São do turno matutino e do turno noturno.
170	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	14-09-1964	TELEGRAMA	Comunica que a PROFESSORA EUNICE BRANDÃO DA SILVA está fazendo serviço de ENFERMAGEM perfeitamente.
171	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	xx-04-1964	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a inauguração do Curso Noturno da Escola de São Francisco.
172	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	xx-xx-xx	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica o concerto nas carteiras do Grupo Escolar e na Escola da Aldeia do São Francisco.
173	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	xx-03-1965	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica que CICERO CALVALCANTI ALBUQUERQUE, assumiu a direção da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA e MARIA LOURDES BORGES DE ALBUQUERQUE, PROFESSORA nível 11.

174	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	30-14-1965	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica que se conseguiu merenda escolar para 130 alunos.
175	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	31-05-1965	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica que a merenda escolar conseguida para 130 alunos é para a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA e a ESCOLA ALIPIO BANDEIRA.
176	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	xx-xx-1965	ORÇAMENTO	Registra o orçamento para a reforma na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA.
177	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	18-03-1965	TELEGRAMA	Comunica que MARIA LOURDES BORGES DE ALBUQUERQUE, PROFESSORA nível 11 assumiu a direção da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
178	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	09-03-1965	TELEGRAMA	Comunica que a PROFESSORA EUNICE BRANDÃO SILVA foi descatada ao solicitar material escolar para atender a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
179	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	xx-xx-1965	ORÇAMENTO	Registra o orçamento para a reforma na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
180	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 015	31-12-1965	RECIBO	Recibo proveniente a compra de material e escolar e outros itens.

181	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	30-07-1965	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de preparo da merenda escolar da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por FRANCISCA CASSIANO SOARES
182	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	30-06-1965	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de carregar água para a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, realizado por JOSÉ GOMES.
183	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	16-04-1965	MATERIAL DE CONSUMO	Lista do consumo de artigos escolares entre outros materiais consumidos pelo posto.
184	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	30-06-1965	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de preparo da merenda escolar da ESCOLA ALIPIO BANDEIRA, realizado por SEVERINA PORFIRIA DOS SANTOS.
185	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	17-04-1965	DESCRIÇÃO DO POSTO	Relata tudo sobre o Posto Nisia Brasileira.
186	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	30-06-1965	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de PROFESSORA, realizado por IRACY CASSIANO SOARES na ESCOLA ALIPIO BANDEIRA.

187	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	31-03-1965 30-04-1965 13-05-1965 31-05-1965 10-06-1965 31-07-1965 31-08-1965	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar referente a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por MARIA LOURDES B. DE ALBUQUERQUE e EUNICE BRANDÃO DA SILVA. ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado por IRACY CASSIANO SOARES.
188	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	13-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
189	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	xx-xx-xx	MAPA DA ESCOLA	Mapa da Escola da Sede do posto Nisia Brasileira.
190	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	12-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
191	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	13-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
192	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	16-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.

193	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	20-03-1966 30-04-1966 13-05-1966 20-06-1966 29-07-1966 31-08-1966 30-09-1966 31-10-1966 30-11-1966	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar referente a ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por MARIA LOURDES B. DE ALBUQUERQUE e EUNICE BRANDÃO DA SILVA. ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA assinado por IRACY CASSIANO SOARES e ELZA BARBARLHO DA SILVA.
194	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	21-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
195	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	19-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
196	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	22-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
197	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	22-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
198	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	14-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.

199	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	15-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
200	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	25-01-1966	QUESTIONÁRIO DE GENEALOGIA	Mapeamento das famílias que vivem sob tutela do Posto Nisia Brasileira do SPI.
201	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	23-03-1966	RECIBO	Recibo proveniente da compra de material escolar para as escolas do posto.
202	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	10-06-1966	RELAÇÃO DE SERVIDORES	Trata de quem são e suas respectivas funções no posto Nisia Brasileira, destaco EUNICE BRANDÃO SILVA como PROFESSORA.
203	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	29-07-1966	RECENSIAMENTO	Senso dos descendentes indígenas POTYGUAR.
204	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	07-01-1976	TELEGRAMA	Comunica que ANTONIO CASSIANO SOARES concluiu estudo primário e pretende ingressar no ginásio.
205	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	05-03-1966	TELEGRAMA	Solicita que IRACY CASSIANO SOARES seja admitida como PROFESSORA.

206	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 016	05-03-1966	TELEGRAMA	Comunica a falta de PROFESSOR para alfabetizar as crianças.
207	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	xx-03-1967	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica que a reforma na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA fora concluída.
208	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	31-03-1967	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a falta de material didático.
209	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	29-12-1967	RELATÓRIO	Relatório de inspeção do posto Nisia Brasileira.
210	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	02-1968 30-03-1968 30-04-1968 31-04-1968 15-06-1968 31-07-1968 31-08-1968 30-09-1968 31-10-1968	FREQUÊNCIA ESCOLAR	Frequência escolar da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA, assinado por EUNICE BRANDÃO DA SILVA.
211	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	xx-xx-xx	RECESEAMENTO	Recenseamento nominal dos Índios.

212	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	04-06-1923	RELATÓRIO	Relata com detalhes e fotos a visita aos índios POTIGUARAS antes da instalação do posto indígena Nisia Brasileira.
213	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	xx-10-1920	RELATÓRIO	Relatório referente aos índios POTIGUARAS realizado por ALÍPIO BANDEIRA.
214	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	30-07-1949	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade da construção de escolas em TRAMATAIA e TRACUEIRA.
215	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	xx-06-1949	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a construção de 4 bancos de madeira para a escola do posto.
216	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 017	xx-02-1949	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a limpeza realizada no prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
217	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 018	12-01-1951	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora realizado na ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA por ANA PORFÍRO DA CONCEIÇÃO.
218	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 019	xx-03-1954	PRESTAÇÃO E OCORRÊNCIAS DO POSTO	Comunica a necessidade de reparos na ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA.

219	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 020	30-11-1955	RECIBO	Recibo proveniente do serviço de zeladora realizado por NAIDE CASSIANO na ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA.
220	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 020	29-06-1956	TELEGRAMA	Comunica o desabamento do prédio da ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA por motivos de fortes chuvas.
221	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 020	xx-08-1957	RELATÓRIO	Relatório referente aos índios POTIGUARAS.
222	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 021	xx-xx-xx	RELATÓRIO	Relatório referente aos índios POTIGUARAS.
223	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4-071_NISIA-BRASILEIRA-CAIXA 167-PLANILHA 021	17-03-1967	RELATÓRIO	Relatório referente aos direitos dos POTIGUARAS sob suas terras.
224	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4 - 381_SÃO-FRANCISCO-CAIXA 181-PLANILHA 001	xx-xx-xx	RELATÓRIO	Relatório referente as condições dos postos inclusive da escola.
225	INSPETORIA-REGIONAL-4_IR4 - 381_SÃO-FRANCISCO-CAIXA 181-PLANILHA 001	xx-xx-xx	RELATÓRIO	Continuação do relatório anterior.

226	INSPETORIA-REGIONAL-4 - 381 SÃO-FRANCISCO- CAIXA 181-PLANILHA 001	31-12-1940	RECIBO	Recibo proveniente dos serviços de reparo realizado no prédio da escola do posto, realizado por JOÃO DEMETRIO FERREIRA.
-----	--	------------	--------	---

FICHAS ESCOLARES E FAMÍLIAS INDÍGENAS

FAMÍLIA	ANO	ESCOLA	AUXILIAR DE ENSINO
TRIGUEIRO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
FRANCELINO SOARES	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
LOURENÇO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
GOMES	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
CASSIANO**	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SANTOS	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
EMILIANO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
PONTES	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
DUARTE	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
TERTO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
CONCEIÇÃO	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
BATISTA DE MELO**	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
VITAL	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MIGUEL DOS SANTOS	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
RITA DA CONCEIÇÃO	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MELO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SANTOS	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
CIRIACO	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
FELIX	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SOARES	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
FIRMINO DOS SANTOS	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
NEVES DA SILVA	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
TERTO DA SILVA**	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
TERTO**	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MIGUEL DOS SANTOS	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA

DELFINO	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
CIRIACO DA SILVA**	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
PORFIRIO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
FRANCELINO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SANTANA DOS SANTOS	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SANTANA	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
LAUREANO	1949	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
BATISTA	1949	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
ASSIS	1950	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
CARNEIRO**	1951	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
CARNEIRO DA SILVA	1951	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
DEOLINDO	1951	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
TAVARES DE MELO	1951	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
CUNHA	1951	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
ALFREDO DA CUNHA	1951	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
TRIGUEIRO DE ANDRADE	1951	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
JESÚS	1951	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
JESUINO FERNANDES	1951	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
BEZERRA DOS SANTOS	1952	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MANUEL FELIX	1952	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
FRANCISCA DUARTE	1952	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
AUGUSTA DA SILVA	1954	ALÍPIO BANDEIRA	OLIVIA BRASILEIRO DA SILVA
BALBINO	1956	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
BALBINO DE ASSIS	1956	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
RODRIGUES	1956	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
BARBALHO DA SILVA	1956	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
BALBINO DE LIMA	1956	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

FIDELIS DA SILVA	1958	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SEBASTIÃO SALES	1958	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
GARDÍNO DOS SANTOS**	1958	ALÍPIO BANDEIRA	EDSON LUIZ BOTÊLHO ALUCIDES
DUARTE RIBEIRO	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
FRANCISCO BERNARDO**	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
VIEIRA	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
LUIS	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
FERREIRA DA SILVA**	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
FELIX DOS SANTOS	1958	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MARIA DA CONCEIÇÃO**	1958	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
OLIMPIO DA SILVA	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
ALVILINO DA SILVA	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
ALCINA MARIA	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
AUTAINA	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
DOMINGO	1958	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
VALENTIM DE MOURA	1958	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MANUEL FELIX	1958	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
FELIX DA SILVA	1959	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
NOGUEIRA	1959	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
VERISSIMO	1959	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
PAULINO	1959	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
LUIZ	1959	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
SOARES DE LIMA**	1960	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
VERISSIMO DE LIMA**	1960	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
SALVIANO DA SILVA	1960	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA
SOARES	1960	VICENTE FERREIRA VIANA	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA

GOMES DUARTE	1960	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
ANTONIO VIEIRA**	1960	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
GLIMPIO DA SILVA**	1960	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
CIRIACO XAVIER	1960	ALIPIO BANDEIRA	ROZILDA DA SILVA LIMA
CASSIANO SOARES	1961	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
HILARIO DOS SANTOS	1961	MARECHAL RONDON	MIGUEL CIRIACO DA SILVA
FRANCISCO BERNADO	1961	CORONEL JOSÉ LUIZ GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
ROZENDO DOS SANTOS	1961	MARECHAL RONDON	MIGUEL CIRIACO DA SILVA
FRANCELINO	1964	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
BATISTA DOS SANTOS	1964	ALÍPIO BANDEIRA	IRACY CASSIANO SOARES
SALES	1964	ALÍPIO BANDEIRA	

** Se refere as famílias que mais aparecem nas fichas escolares

OBSERVAÇÕES DAS FICHAS ESCOLARES

MÊS/ANO	OBSERVAÇÃO	ESCOLA	AUXILIAR DE ENSINO
MARÇO DE 1949	Em virtude da limpeza do prédio escolar não averam aulas nos dias 18,21 e 22	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
ABRIL DE 1949	Frequência média diária 11. Nos dias 14 e 15 não houve aula por ter sido dias santificados. Nos dias 19 e 21 não houve aula foram feriados	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
ABRIL DE 1949	Frequência média diária – 48 alunos. [...]A situação desta escola é desanimadora, pois desde o ano passado, vem nos faltando; livros, bancos, espanadores, etc, o que mais requer urgência é um filtro. Peço humildemente, aos dirigentes do S.P.I, que se digne arranjar algumas destas coisas pedidas	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MAIO DE 1949	Frequência diária média 13. Por falta de frequência foi desligada desta Escola a aluna matriculada sob. o nº Teresa Ana dos Santos. Como também no dia 26 não houve aula por ter sido dia santificado	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MAIO DE 1949	Não houve aula no dia 26 deste por ter sido santificado	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
JUNHO DE 1949	Por falta de frequências foram desligados desta Escola os alunos matriculados sob. os números 1 e 5 Teresa Carneiro da Silva e Monoel Clementino Neres. Como também nos dias 16 e 29 não houveram aulas por sido dias santificados. Média de frequência diária 22	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA

JUNHO DE 1949	Nos dias 16 e 29 não houve aula por ter sido dias santificados. Este mês fizemos a prova de aplicação referente ao primeiro semestre do ano letivo; maior parte dos alunos revelaram bom aproveitamento, durante o referido período escolar	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
JUNHO 1949	Frequência diária média 14	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
JULHO DE 1949	A aluna Geralda Emiliano, compareceu só, duas aulas, por ter de ser recolhida ao hospital, para tratamento de saúde	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
AGOSTO DE 1949	Os alunos matriculados sob os nº 32 e 33 Hilda Maria e Antonio Pedro foram desligados desta escola por motivo de mudanças de residências. A aluna matriculada sob o nº 21 Maria Padilha faltou durante o mês por motivo de doença	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
AGOSTO DE 1949	A aluna Maria Luiza foi desligada da Escola por falta disciplinar	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
OUTUBRO DE 1949	Os alunos Edvaldo Trigueiro e Geralda Emiliano, deixaram de frequentar a escola por motivo de se acharem doentes. As Alunas Nazaré Lourenço e Amelia Lourenço deixaram a escola por espontânea vontade	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

DEZEMBRO DE 1949	No dia 20 deste foi encerrado o ano letivo, tendo sido entregue as provas do exame final, havendo somente duas reprovações. Com grande satisfação comunico também que no dia 8, deste mês, realizou-se a Primeira Comunhão dos alunos desta escola na capela desta aldeia. Causou grande admiração aos índios visto, ter sido a primeira vez, que tiveram a felicidade de presenciar aquele ato religioso	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
DEZEMBRO DE 1949	No dia 8 não houve aula por ter sido dia santificado. Realizou-se nesta escola a primeira comunhão dos referidos alunos mostrando muitos gostos dos pais. Como também no dia 15 do corrente realizou-se as provas finais, parte dos alunos obtiveram boas notas	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
FEVEREIRO DE 1950	Comunico-vos que reabrir as aulas desta escola no dia 15 deste. Obdecendo assim ao regulamento do S.P.I; como também não encerrei a matricula por achar muito baixo o numero de alunos	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
FEVEREIRO DE 1950	Comunico-vos que, reabri as aulas desta escola no dia 15 deste, obedecendo assim ao regulamento dos S.P.I; como também a matricula ate 56 alunos, como mostra o presente boletim, por isso fui obrigada a encerrar a mesma no dia 23, por não comportar mais alunos, à falta de carteiras	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

MARÇO DE 1950	Os alunos Manoel Miguel e Jose Miguel foram matriculados no dia 6 deste. Antonio Aureliano Ivo Batista de Melo, Angelita Batista de Melo foram matriculados no dia 13 deste. Alice da conceição e Miguel Igino foram matriculados no dia 28.	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MARÇO DE 1950	Frequencia media diária, 53 alunos. O aluno José Maximiani matriculado, sob o nº 57 foi eliminado, à falta de frequencia como mostra o presente boletim. No dia 15 deste o agente deste Posto, visitou a escola	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
ABRIL DE 1950	Os dias 3 e 4 foram santificados não houve aula. Frequencia media diária, 54 alunos	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
ABRIL DE 1950	Francisca Barbosa matriculada sob o nº 2 foi eliminada por falta de frequencia como consta no referido boletim. [...] Nos dias 3,4 e 5 não houveram aulas por ter sido dias santificados	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MAIO 1950	Foi matriculado nesta escola sob o nº 19 Francisca Cassiano no dia 16 do referido mês. Nos dias 1 e 18 não houveram aulas por terem sido feriado nacional e santificado.	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MAIO DE 1950	Nos dias 1 e 18 não houve aula por ter sido feriado e dia santo respectivamente	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
JUNHO DE 1950	No dia 8 não houve aula, por ter sido dia santificado. As aulas foram encerradas no dia 20 deste, em virtude das férias [...]	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

JUNHO DE 1950	No dia 8 não houve aula por ter sido dia santificado. Em virtudes das férias joaninas foi encerradas as aulas no dia 20 deste	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
AGOSTO DE 1950	No dia 15 não houve aulas por ter sido dias santificado	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
AGOSTO DE 1950	Media da frequência escolar: 43 alunos	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SETEMBRO 1950	O dia 7 de setembro foi comemorado com o asteamento da bandeira na sede do referido posto. Na ocasião saudou a bandeira o aluno do 1º ano A Manoel Miguel dos Santos e a aluna do 3º ano Maria Jose Batista. E depois desfilaram até a Baía da Traição com as escolas Municipal e dos filhos dos pescadores	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
SETEMBRO DE 1950	Comemoramos o dia 7 deste, asteando o pavilhão nacional, na sede do Posto, com a presença de todos os alunos da Escola. No dia 27 deste, o aluno Edvaldo Trigueiro; entregou todo o material escolar que lhe fora confiado no início do ano, por motivos de não poder mais continuar os estudos.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
DEZEMBRO DE 1950	No dia 8 não houve aula por ter sido dia santificado. Foram encerrados os trabalhos escolares no dia 20 com as entregas das provas finais dos alunos do ano da referida Escola os quais foram aprovados com boas notas	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA

FEVEREIRO DE 1951	Comunico-vos que reabri esta Escola no dia 13 deste de acordo com o regulamento do S.P.I. Com muito praser comunico-vos também que dei por enserrada a matricula da mesma por já se acha elevado sob. O nº de 36 alunos	ALÍPIO BANDEIRA	TERESA CARNEIRO DA CUNHA
MARÇO DE 1951	Nos dias, 22 e 23 não houve aula por ter sido dias santificados	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MARÇO DE 1951	Media de frequencia diária 22. Nos dias 21, 22 e 23 não houve aulaspor serem dias santificados	ALÍPIO BANDEIRA	
ABRIL DE 1951	O aluno Antonio Santana dos Santos deixou de frequentar a escola por se achar doente	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
JUNHO DE 1951	AS aulas foram suspensas no dia 20 deste, em virtude das férias sanjuaninas. Foi feita uma prova escrita, para verificar o aproveitamento dos alunos, durante o primeiro semestre, do ano letivo	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

SETEMBRO DE 1951	O dia “7 de setembro”, foi festivamente comemorado nesta escola. Deu-se comprimento a um interessante programa, a qual agradou a todos. No dia 21 “Dia da Arvore”, também foi comemorado, havendo o plantio de uma arvore defronte á sede do Posto, pelo ano do 3º ano José Tavares. Á tarde o sr. Agente falou a importância do “Pau Brasil”, havendo em seguida diversos recitativos destacando entre todos a “Riqueza do Brasil”, finalizado o mesmo com “Hino a Arvore”, em seguida foi distribuído entre os alunos e todos os presentes, biscoitos, doce, etc.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SETEMBRO DE 1952	Como de costume foi feita pela professora a palestra alusiva a data da Independencia do Brasil e em seguida entoados os hinos da Independencia Nacional. No dia 21 [...] alguns meninos recitaram poesias sobre as arvores, a primavera as flores etc, finalizando com o hino “Arvore”.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
DEZEMBRO DE 1952	Nos dias 9, 10 e 11, realizaram-se as provas dos exames finais e no dia 15, houve o encerramento do ano letivo, com a entrega das mesmas provas.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
FEVEREIRO DE 1953	Comunico-vos que, no dia 18 deste teve inicio as aulas do ano letivo, com 42 alunos matriculados.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

MAIO DE 1953	Há falta absoluta de material escolar para uso diário – gis, penas tintas, lápis e cadernos. Há ainda a necessidade de livros didáticos – gramaticais, aritméticos, geografias e Historia do Brasil. Muitos alunos [...] de pais muito pobres precisam de roupas escolares.	ALÍPIO BANDEIRA	OLIVIA BRASILEIRA DA SILVA
OUTUBRO DE 1953	O aluno Manuel de Souza Lilis, desligou-se desta Escola para atender a interesses de seus pais.	ALÍPIO BANDEIRA	OLIVIA BRASILEIRA DA SILVA
MAIO DE 1954	Estamos com falta de impressos padronizados para a confecção dos mapas (palavra ilegível) escolar, principalmente das vias brancas	ALÍPIO BANDEIRA	OLIVIA BRASILEIRA DA SILVA
JUNHO DE 1954	Estamos em falta de impressos padronizados para a confecção destes mapas pelo que solicitamos remessa	ALÍPIO BANDEIRA	OLIVIA BRASILEIRA DA SILVA
NOVEMBRO DE 1954	No próximo mês não haverá frequência em virtudes das férias de Natal, voltando a funcionar a escola e em 1ª de fevereiro do próximo ano.	ALÍPIO BANDEIRA	OLIVIA BRASILEIRA DA SILVA
AGOSTO DE 1956	A' 15 deste mês, foi dia santo, não houve aula. Por falta de fórmulas para mapa escolar, o deste mês foi assim feito em folha de papel.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

NOVEMBRO DE 1956	Os dias 1 e 2 deste, não houve aula, por ter sido dia santo e feriado, respectivamente. Este mês, realizaram-se as provas dos exames de promoção, e no dia 30 houve a entrega das mesmas, encerrando-se as aulas do ano letivo. Os que conseguiram boas notas foram premiados. A festa do encerramento constou de recitativos diversos, corridas de: saco, velocidade; cabo de guerra, quebra-panela etc	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
NOVEMBRO DE 1957	Tendo sido feriados os dias 2 e 15, não houve aula.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

JUNHO DE 1958	As aulas foram suspensas, do dia 20 ao dia 30 deste, em virtude das férias sanjuaninas.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
JUNHO DE 1958	No dia 5 não houve aula por ter sido dia santo. As aulas foram suspensas no dia 20 deste por motivo de férias de S. João.	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	FRANCISCA BERNADO DA SILVA
JULHO DE 1958	Em continuação ao ano letivo as aulas foram iniciadas no dia 1º deste, pois haviam sido suspensas 10 dias, por motivo das férias de S. João.	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	FRANCISCA BERNADO DA SILVA
NOVEMBRO DE 1960	As aulas foram encerradas no dia 30 deste, havendo a entrega das provas dos exames de promoção dos alunos; a qual se revestiu num ambiente de muita alegria e cordialidade.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
NOVEMBRO DE 1960	No dia 15 dêste mês não houve aula por ter sido feriado Nacional, Dia da Proclamação da República.	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX

SETEMBRO DE 1960	No dia 29 este não houve aula por ter sido dia de São Miguel padroeiro da aldeia. No dia 7, por ter sido Feriado Nacional.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
AGOSTO DE 1960	No dia 15 deste mês não houve aula por ter sido dia santificado da Assonção de Nossa Senhora	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
JUNHO DE 1960	No dia 24 deste mês não houve aula por ter sido dia de São João.	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
JUNHO DE 1960	O aluno Joaquin Manuel Felix que cursou e concluiu nesta escola o Curso Primário, foi designado para lecionar na Escola Coronel Luiz Guedes na aldeia Estiva Velha pertencente ao Patrimônio Indígena.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
NOVEMBRO DE 1961	Dia primeiro não houve aula por ter sido dia Santificado. Dia 15, não houve aula por ser o dia da República.	ALÍPIO BANDEIRA	FRANCISCA CASSIANO SOARES
SETEMBRO DE 1961	Dia 7 deste não houve aula por ter sido dia feriado Nacional, Dia da Independência do Brasil.	ALÍPIO BANDEIRA	FRANCISCA CASSIANO SOARES
SETEMBRO DE 1961	No dia 7 deste mês não houve aula por ter sido feriado Nacional, Dia da Independência do Brasil.	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
AGOSTO DE 1961	No dia 15 não houve aula por ter sido dia santificado – Assunção de Nossa Senhora	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
JULHO DE 1961	Durante o mês de julho houve aula o mês todo	ALÍPIO BANDEIRA	FRANCISCA CASSIANO SOARES
JUNHO DE 1961	No dia 1º e 29 deste, não houve aula por ter sido dias santificados	ALÍPIO BANDEIRA	FRANCISCA CASSIANO SOARES
MAIO DE 1961	No dia 1º deste não houve aula por ter sido feriado nacional.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA

FEVEREIRO DE 1961	Como nos anos anteriores fiz a matrícula a 15 deste mês iniciando no dia 20 do mesmo atingindo o número de 58 alunos de ambos os sexos.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
ABRIL DE 1962	No dia 19 deste não houve aula por ter sido dia comemorativo ao índio e no dia 21 por ter sido feriado nacional	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
AGOSTO DE 1962	O dia 15 foi santificado. Os dias 19 e 21 foram feriados, nestas datas não houve aula	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
SETEMBRO DE 1962	No dia 7 deste mês não houve aula por ter sido feriado Nacional dia da Independência do Brasil	CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES	JOAQUIM MANUEL FELIX
NOVEMBRO DE 1962	1º deste, não houve aula por ter sido dia santo; nos dias 2 e 15 por terem sido feriados. Dia 30 deste foram encerradas as aulas do ano letivo de 1962.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
NOVEMBRO DE 1963	No dia 1º deste não houve aula por ter sido santificado; e no dia 15 por ter sido feriado nacional. Dia 30 deste, foi encerrado o Ano Letivo com a entrega das provas e Exame de promoção a 25 alunos pertencentes as cinco classes do curso primário.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MARÇO DE 1964	Alunos-39, dias letivo-18. Frequência geral-510, frequência dia-28.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
ABRIL DE 1964	Alunos-43. Dias letivos-19. Frequência geral-473. Média de frequência diária 24.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MAIO DE 1964	Aluno: 43. Dias letivo: 19. Frequência geral: 356. Média da frequência diária: 18	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MAIO DE 1964	Alunos: 43. Dias letivos: 19. Freq. Geral: 453. Média dia: 25.	ALÍPIO BANDEIRA	FRANCISCA CASSIANO SOARES

MAIO DE 1964	Foncionou este Educandario desde período 1º até 30 deste tendo como dias letivos de funcionamento 19, com o nº de 23 alunos com a frequência média de 18 diariamente no horário das 18e 30 as 21 e 30.	MARECHAL RONDON	MIGUEL CIRIACO DA SILVA
SETEMBRO DE 1964	No dia 7 deste não houve aula, por ter sido feriado nacional; e no dia 29 por ter sido a festa do padroeiro da Aldeia.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	EUNICE BRANDÃO DA SILVA
MARÇO 1965	Tendo sido a professora signatária deste removida do Posto Indígena Felipe Camarão, Est. Da Bahia, para o presente Posto Nisia Brasileira, reiniciou suas aulas, aqui, no dia 22/03/65.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	MARIA LOURDES B. ALBUQUERQUE
MAIO DE 1965	Encontrava-se licenciada a professora Eunice Brandão até o dia 13 de maio de 1965 e que neste período passei a lecionar seus alunos; dita professora reiniciou suas aulas a 14.5.	DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA	MARIA LOURDES B. ALBUQUERQUE

** A ESCOLA CORONEL JOSÉ LUIS GUEDES FICA LOCALIZADA NO ALDEAMENTO ESTIVA-VELHA

** A ESCOLA DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA FICA LOCALIZADA NO FORTE

** A ESCOLA ALÍPIO BANDEIRA FICA LOCALIZADA EM SÃO FRANCISCO